GOVÊRNO COSTA E SILVA

CARTA DE BRASÍLIA

REGIÃO SUL
(Anexo IV)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

118/68

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Carta de Brasília

Região Sul

(ANEXO IV)

338.9(81).3(81)
B823

I. B. C.
BIBLIOTECA
Nº. 479/68
1 / 8 / 68
RIO DE JANEIRO

CÓDIGO DOS ESTADOS

20 — SÃO PAULO

21 — PARANÁ

22 — SANTA CATARINA

23 — RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICE

REGIÃO SUL

SÃO PAULO

Arroz 9
Feijão 12
Milho 15
Mandioca 18
Batata-Inglêsa 21
Algodão 24
Amendoim 27
Cana-de-Açúcar 30
Laranja 32
Banana 35
Uva 38
Cebola 40
Bovinocultura de Corte 42
Bovinocultura de Leite 45
Suinocultura 47
Avicultura 50
Política Florestal 55

PARANÁ

Arroz 79
Centeio 82
Milho 84
Trigo 87
Feijão 90
Soja 93
Batata-Inglêsa 96
Mandioca 99
Algodão 102
Amendoim 105
Cana-de-Açúcar 108
Laranja 110
Banana 113
Bovinocultura de Carne 116
Bovinocultura de Leite 119
Suinocultura 121
Avicultura 124
Política Florestal 127

SANTA CATARINA

Arroz 149
Milho 153
Trigo 156
Feijão 159
Soja 162
Batata-Inglêsa 165
Mandioca 168
Cana-de-Açúcar 171
Uva 173
Bovinocultura de Carne 175
Bovinocultura de Leite 178
Suinocultura 181
Ovinocultura 184
Política Florestal 187

RIO GRANDE DO SUL

Arroz 209
Milho 212
Trigo 215
Feijão 218
Soja 221
Batata-Inglêsa 224
Mandioca 227
Laranja 230
Vitivinicultura 233
Cebola 236
Pêssego 238
Oliveira 241
Bovinocultura de Carne 243
Bovinocultura de Leite 246
Suinocultura 249
Ovinocultura 252
Avicultura 255
Política Florestal 259
Resumo e Conclusões da Região Sul 281

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/1 — ARROZ

1. *Justificativa*

A Cultura é básica para a alimentação humana e situa-se, hoje, entre as primeiras quanto à importância na renda agrícola do Estado.

São Paulo é o 4.º produtor do Brasil e em 1965 alcançou 15% do total nacional. O rendimento por área necessita de elevação.

Há interêsse de aumentar a produção, a qual entretanto vem crescendo apenas devido a expansão da área cultivada.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO
E VALOR DA PRODUÇÃO — ARROZ
(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1 000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	601.471	48,4	18,9	915.553	37,1	17,0	1.522	13.766	41,4	20,4
1962	572.409	45,1	17,1	865.012	34,5	15,6	1.511	31.398	46,0	21,5
1963	675.877	48,5	18,1	910.475	33,2	15,9	1.347	67.282	31,0	22,1
1964	728.173	47,2	17,4	792.128	30,8	12,5	1.088	79.930	33,0	16,4
1965	785.788	46,4	17,0	1.094.569	35,0	14,4	1.393	97.603	33,5	15,5
63/65	729.946	47,3	17,5	932.390	33,2	14,2	1.277	81.605	32,7	17,2

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Baixa produtividade;
Inexpressivo emprêgo de variedades selecionadas;

Culturas preponderantemente alicerçadas na lavoura do sequeiro;
Incipiente produção de sementes básicas;
Práticas culturais deficientes.

3. *Objetivos*
Pesquisa e experimentação visando à criação, para multiplicação, de variedades produtivas e resistentes às pragas e doenças da cultura;
Emprêgo generalizado de práticas culturais modernas, com a utilização de mecanização e métodos de conservação do solo;
Maior utilização de fertilizantes, corretivos e defensivos;
Combate às pragas e doenças da cultura;
Melhoria dos sistemas de colheita, secagem, beneficiamento e armazenagem;
Assistência técnica efetiva;
Maior incremento à cultura do arroz irrigado.

4. *Metas*
Aumento da produção ao mínimo de:
1968 — 1.251.504 t.
1969 — 1.340.928 t.
1970 — 1.434.528 t.
1971 — 1.532.592 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Melhoramento genético das sementes
Aperfeiçoamento do nível técnico da rizicultura
Venda de sementes melhoradas
Abertura de novas áreas de cultura
Estudos econômicos
Fiscalização da produção
Órgãos de Administração Indireta
Armazenamento
Abastecimento
Comercialização
Cooperativismo
Crédito

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Equacionamento dos fatôres limitantes da produção
Melhoramento genético das sementes
Trabalhos de seleção e melhoramento de variedades, prin-

cipalmente para culturas irrigadas
Defesa contra moléstias e pragas
Produção de sementes básicas
Multiplicação de sementes básicas para produção de sementes selecionadas
Estudos Econômicos
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Comercialização
Beneficiamento
Cooperativismo

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	14,6
Médio Parnaíba	5,2	0,8
Franca	5,9	0,8
Ribeirão Prêto	5,2	0,8
Catanduva	6,4	0,9
Pereira Barreto	8,6	1,3
Rio Prêto	13,4	1,9
Barretos	15,8	2,3
Outras Zonas	39,5	5,8

Fonte: IBRE — FGV

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/7 — FEIJÃO

1. *Justificativa*

Só o fato de ser o Brasil um dos maiores produtores e consumidores de feijão do mundo, já justifica a atenção especial que deve ser dada a essa cultura. O rendimento médio brasileiro, de 623 quilos por hectare, é muito baixo; no Estado de São Paulo, a situação é a mesma que ocorre no Brasil. A produção média anual está em tôrno de 158 mil toneladas correspondendo a 7,6% da produção nacional. De acôrdo com levantamentos estatísticos da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, as produções de feijão não mostram tendência de aumento nem, tampouco, de melhoria dos rendimentos.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — FEIJÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	285.777	30,9	11,1	178.952	24,2	10,2	626	3.883	24,1	10,4
1962	276.439	28,7	10,2	158.145	21,2	9,2	572	10.441	30,5	11,1
1963	306.982	27,2	10,3	177.763	19,4	9,1	579	15.120	24,3	11,0
1964	266.069	22,3	8,5	143.511	14,2	6,9	506	14.396	19,2	8,0
1965	259.758	20,8	7,9	162.207	14,9	7,1	620	23.888	21,1	7,4
63/65	277.603	23,3	8,9	158.160	16,1	7,6	570	17.801	21,3	8,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Produção média por área muito baixa;
Número excessivo de variedades;
Falta de treinamento de pessoal técnico auxiliar;
Ocorrência, em grande escala, de pragas e moléstias de vírus, de fungos e de bactérias;
Falta de racionalização das práticas culturais;
Área restrita de cultura de feijão da 3ª safra ou "safrinha", no Vale do Paraíba.

3. *Objetivos*

Incentivar a produção de sementes certificadas de variedades resistentes às pragas e moléstias visando, inclusive, à redução do número de variedades hoje existentes;
Emprêgo generalizado das modernas práticas culturais, com a utilização da mecanização e métodos de conservação do solo;
Combate as pragas e moléstias da cultura;
Incentivar o aumento da área de produção no Vale do Paraíba, por ocasião da 3ª safra ou "safrinha";
Assistência técnica efetiva;
Emprêgo de fertilizantes.

4. *Metas*

Crescer a produção para um mínimo de:

1968 — 209.961 t.
1969 — 228.648 t.
1970 — 248.571 t.
1971 — 271.158 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Obtenção de sementes básicas
Extensão
Multiplicação de sementes de variedades selecionadas
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização
Armazenamento
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de sementes
Trabalhos de pesquisa e experimentação
Trabalhos de defesa sanitária
Treinamento de pessoal técnico através de cursos
Estabelecimento de Campos de Demonstração
Impressão e distribuição de literaturas específicas

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*

Produção de sementes melhoradas com a fiscalização de órgãos técnicos
Beneficiamento

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	8,4
São José do Rio Pardo	2,8	0,2
Bragança	3,8	0,3
São Paulo	4,4	0,4
Paranapiacaba	4,1	0,3
Campos Gerais	8,8	0,7
Itaporanga	5,7	0,5
Franca	3,0	0,3
Ribeirão Prêto	2,8	0,2
Botucatu	3,8	0,3
Barretos	4,6	0,4
Rio Prêto	4,4	0,4
Catanduva	4,9	0,4
Bauru	3,2	0,3
Araçatuba	3,3	0,3
Marília	10,3	0,9
Assis	5,3	0,4
Presidente Prudente	2,7	0,2
Outras Zonas	22,1	1,9

Fonte: IBRE — FGV

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/5 — MILHO

1. *Justificativa*

São Paulo é um dos maiores produtores de milho do Brasil, notadamente o híbrido. A cultura do milho no Estado passou de simples cultura de subsistência de manutenção da fazenda a cultura altamente comercial, não sòmente pela utilização crescente do produto na indústria de transformação como pela exportação. A média de produção anual está em volta de 1 milhão e 800 mil toneladas, o que vem a representar 16,9% da produção nacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — MILHO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	1.013.417	29,0	14,7	1.574.651	29,7	17,4	1.554	11.879	47,5	17,2
1962	1.116.940	29,6	15,2	1.721.937	30,2	17,9	1.542	26.408	50,2	18,6
1963	1.265.734	31,0	16,0	1.960.917	31,3	18,8	1.549	30.888	31,6	17,0
1964	1.153.255	27,4	14,2	1.299.030	23,5	13,8	1.126	56.972	27,2	15,1
1965	1.273.309	27,8	14,5	2.144.839	29,3	17,7	1.680	111.138	31,7	17,8
63/65	1.230.766	28,7	14,9	1.801.595	28,3	16,9	1.464	66.666	30,3	16,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Média de rendimento inalterada nos últimos anos em quilos por hectare;
Instabilidade de comercialização tem prejudicado a expansão da cultura;
Há necessidade de aumento de produção de sementes básicas;
Há necessidade de produção maior de sementes selecionadas, partindo das sementes básicas.

3. *Objetivos*

Produção, em larga escala, de sementes básicas visando à produção de sementes melhoradas;
Incentivo à produção de sementes de milho híbrido e de variedades de colonização aberta;
Combate às pragas e doenças da cultura;
Fixação de preço mínimo satisfatório;
Incentivos à industrialização.

4. *Metas*

Fazer a produção elevar-se a um mínimo de:

1968 — 2.350.560 t.

1969 — 2.482.779 t.

1970 — 2.765.802 t.

1971 — 2.979.618 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de sementes básicas
Produção de sementes melhoradas
Fiscalização da exportação
Padronização e classificação

Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização
Armazenamento
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Defesa Sanitária Vegetal
Extensão
Difusão de práticas de cultivo
Cursos de treinamento para pessoal técnico

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes melhoradas
Beneficiamento

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	16,9
São José do Rio Pardo	3,4	0,6
Bragança	3,4	0,6
São Paulo	3,2	0,5
Pirassununga	3,9	0,6
Campos Gerais	9,0	1,5
Itaporanga	4,8	0,8
Ribeirão Prêto	6,2	1,1
Barretos	11,5	1,9
Rio Prêto	5,7	1,0
Catanduvas	5,3	0,9
Bauru	3,1	0,5
Araçatuba	3,4	0,6
Marília	4,6	0,8
Assis	4,8	0,8
Outras Zonas	27,7	4,7

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/10 — MANDIOCA

1. *Justificativa*

O Estado de São Paulo é um dos grandes produtores de mandioca. A produção anual está em volta de 2 milhões e 230 toneladas, o que representa 9,4% da produção nacional.

O interêsse em se expandir a lavoura mandioqueira torna-se uma necessidade, tendo em vista o aumento populacional e as ofertas recebidas do exterior como por exemplo, da Alemanha Ocidental, para aquisição de subprodutos da mandioca

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — MANDIOCA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000.00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	70.297	17,2	5,1	1.310.010	22,5	7,2	18.635	2.955	23,2	7,8
1962	84.324	18,5	5,7	1.477.829	22,7	7,4	17.526	7.641	27,6	9,0
1963	107.573	21,4	6,6	2.104.347	27,6	9,5	19.562	12.471	30,4	10,0
1964	116.959	20,5	6,8	2.145.585	23,1	8,8	18.345	16.170	21,8	8,3
1965	124.492	21,1	7,1	2.445.007	24,4	9,8	19.640	24.665	21,8	8,0
63/65	116.341	21,0	6,9	2.231.646	24,9	9,4	19.182	17.769	23,3	8,6

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Pequeno rendimento econômico por área cultivada;
Consumo regular;
Produção muito inferior à demanda;
Inexpressiva ocorrência de pragas e doenças;
Cultura geralmente consorciada.

3. *Objetivos*

Intensificação da produção de classes de variedades mais resistentes às pragas e doenças e de maior produtividade;
Incentivos visando ao aumento da área cultivada;
Melhores estímulos à comercialização e industrialização;
Financiamento mais abundante.

4. *Metas*

Atingir a seguinte produção mínima:

1968 — 3.091.699 t.

1969 — 3.301.666 t.

1970 — 3.522.877 t.

1971 — 3.758.910 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisas e experimentação em cooperação com o Instituto Agronômico de Campinas
Produção de material para distribuição de variedades criadas pela Secretaria da Agricultura
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Defesa Sanitária Vegetal
Extensão

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Exportação da fécula

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	8,6
Médio Paraíba	2,8	0,2
Pirassununga	16,3	1,4
Rio Claro	5,7	0,5
Campos Gerais	3,0	0,3
Ribeirão Prêto	4,2	0,4
Araraquara	3,3	0,3
Barretos	6,3	0,5
Rio Prêto	4,9	0,4
Catanduva	4,3	0,4
Assis	21,2	1,8
Presidente Prudente	3,1	0,3
Pereira Barreto	5,2	0,4
Andradina	3,6	0,3
Outras Zonas	16,1	1,4

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/9 — BATATA-INGLÊSA

1. *Justificativa*

São Paulo é o maior produtor de batata-inglêsa do Brasil, sendo responsável por 33,3% da produção nacional no ano de 1965. A produção naquele ano foi de, aproximadamente, 409 mil toneladas.

Embora exista um aumento de volume de produção há, também, um aumento da população e de consumo "per capita" o que poderá, dentro de pouco tempo, apresentar "déficit" de produção em relação às necessidades se não fôr feito um esfôrço da parte dos órgãos governamentais no sentido de amparar convenientemente esta cultura.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO
E VALOR DA PRODUÇÃO — BATATA INGLÊSA
(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000.00	% em relação à região	em relação ao Brasi
1961	46.225	29,1	24,1	378.173	42,0	35,0	8.181	4.149	44,3	36 (
1962	53.869	33,3	27,5	432.067	45,6	38,1	8.021	9.841	51 2	41 8
1963	51.365	31,8	25,7	449.791	46,1	38,5	8.757	17.277	54,3	44 4
1964	53.231	31,9	25,5	413.135	40 5	32,7	7.761	19.794	41,9	34,0
1965	41.976	26,0	20,8	362.471	35,4	29,1	8.640	31.665	46,1	36,8
63/65	48.857	29,9	24,0	408.466	40,6	40,6	8.360	22.912	46 5	37 5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Baixo rendimento por área;
Falta de novas variedades adaptáveis às diferentes condições ecológicas;
Trabalhos limitados de seleção e multiplicação dos novos clones "I.A.C.";
Falta de frigoríficos em áreas estratégicas para o armazenamento de batata-semente;
Falta do estabelecimento de convênios com outros Estados, principalmente com o Paraná e Santa Catarina, para multiplicação de batatas-semente certificadas das variedades criadas no Instituto Agronômico de Campinas.

3. *Objetivos*

Ampliar os trabalhos de melhoramento, objetivando a criação de novas variedades;
Obtenção de novos "clones" mediante cruzamento;
Ampliação dos trabalhos de seleção e multiplicação dos clones do "I.A.C.".
Multiplicação de batatas-semente certificadas, de variedades criadas no "I.A.C." e em outros Estados, principalmente Paraná e Santa Catarina;
Combate às pragas e doenças da cultura;
Financiamento abundante;
Incentivos visando ao aumento da área cultivada.

4. *Metas*

Alcançar uma produção mínima em tôrno de:

1968 — 401.580 t.
1969 — 612.638 t.
1970 — 623.405 t.
1971 — 434.172 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Fiscalização da importação
Trabalhos de promoção
Cadastro da importação
Pesquisa e experimentação em pequena escala
Cooperação com os órgãos da Secretaria da Agricultura
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Melhoramento, objetivando a criação de novas variedades
Ampliação dos trabalhos de obtenção de novos "clones" mediante cruzamentos
Seleção e multiplicação dos novos "clones" "I.A.C."
Trabalho de combate e contrôle das pragas e moléstias
Instalação de campos experimentais
Divulgação dos produtos culturais e de defesa

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes melhoradas
Transporte
Industrialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	36,3
São Paulo	18,6	6,8
Paranapiacaba	15,4	5,6
Campos Gerais	5,9	2,1
Itaporanga	2,8	1,0
Franca	3,5	1,3
Marília	5,3	1,9
Presidente Prudente	4,5	1,6
Outras Zonas	4,7	1,7

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/11 — ALGODÃO

1. *Justificativa*

No Brasil o algodão representa 80% do total de fibras têxteis utilizadas, mas seu consumo "per capita" é bastante baixo, girando em tôrno de 3,7 kg/ano, enquanto nos países mais adiantados alcança 6 kg/ano.

São Paulo é o maior produtor de algodão do Brasil, responsabilizando-se por 33% da produção do País. Presentemente a cultura encontra-se em fase de instabilidade, em face da oscilação do mercado de exportação, mas fornece a matéria-prima para o importantíssimo parque industrial têxtil da Região Sul.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — ALGODÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	698.468	78,2	21,6	701.473	73,6	38,4	1.004	26.550	75,9	39,3
1962	738.935	77,5	21,4	756.224	73 3	39,8	1.023	36.351	73,5	35,2
1963	658.353	72,8	18,5	719.785	72,7	36,8	1.093	54.306	74,4	37,0
1964	622.723	64,3	16,5	575.942	64,8	32,5	925	90.893	66.3	30,6
1965	734.803	67,8	18,3	625.860	64,1	31,5	850	162.525	67,7	32,9
63/65	671.960	68,2	17,8	640.529	67 3	33,6	953	102.575	68,3	32,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Diminuição da área plantada causada pelo preço desfavorável e instabilidade no mercado internacional;
Baixa produção média por área;
Deficiência de produtos para tratamento de sementes;
Necessidade de revisão da classificação do algodão em pluma;
Falta de incentivo à mecanização da colheita;
Falta de crédito à indústria interna para torná-la apta a concorrer com o mercado de exportação na aquisição do algodão.

3. *Objetivos*

Incrementar a utilização de práticas racionais de cultura para diminuição do custo do produto;
Emprêgo de "sementes prêtas", em maior escala.
Produção de tipos que interessem mais ao mercado internacional com relação ao tamanho e propriedades físicas do fio;
Importação do algodão em carôço;
Revisão da classificação do algodão em pluma;
Extensão da garantia de preços mínimos ao carôço de algodão;
Liberação plena das exportações;
Definição em favor de um acôrdo internacional do algodão;
Participação no Instituto Internacional do Algodão;
Maior emprêgo da mecanização e métodos de conservação do solo.

4. *Metas*

Elevar a produção ao mínimo seguinte:
1968 — 751.905 t.
1969 — 785.610 t.
1970 — 819.315 t.
1971 — 853.335 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade:*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Fiscalização da exportação
Cooperação com os órgãos das Secretarias da Agricultura
Padronização e classificação
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Treinamento a técnica através de cursos rápidos
Produção e distribuição de sementes selecionadas
Classificação
Estudos econômicos

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes melhoradas
Industrialização
Exportação

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	36,5
Pirassununga	3,4	1,2
Ribeirão Prêto	3,3	1,2
Barretos	8,5	3,1
Rio Prêto	6,6	2,4
Catanduva	3,2	1,2
Bauru	2,8	1,0
Araçatuba	12,7	4,6
Marília	11,7	4,3
Assis	7,6	2,8
Presidente Prudente	16,4	6,0
Pereira Barreto	8,1	2,9
Andradina	4,6	1,6
Presidente Wenceslau	3,3	1,2
Outras Zonas	7,8	2,9

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/12 — AMENDOIM

1. *Justificativa*

A cultura apresenta um extraordinário desenvolvimento no Estado, que produz 95% da produção brasileira. Tem grande importância dentro da economia estadual ou nacional, fornecendo matéria-prima em grande escala para as indústrias de óleos.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — AMENDOIM

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	410.796	96,8	94,1	558.310	97,5	95,5	1.359	10.496	98,0	96,2
1962	446.928	96,6	93,8	618.143	97,5	95,4	1.383	15.341	97,8	95,6
1963	390.491	95,3	92,3	570.263	96,6	94,4	1.460	27.304	97,5	95,7
1964	393.793	94,7	91,6	432.953	95,1	92,2	1.099	59.143	96,9	95,2
1965	482.559	92,4	89,2	672.197	93,4	90,5	1.390	106.511	94,3	92,3
63/65	422.281	94,0	90,9	558.471	95,0	92,2	1.323	64.319	95,5	93,6

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Falta de recursos visando à ampliação dos estudos para melhoramento da cultura;
Deficiência de um maior número de variedades comerciais resistentes ao "trips";
Deficiência de sementes básicas em quantidade suficiente para atender às exigências das estações de multiplicação;
Multiplicação limitada das sementes básicas;
Deficiência de divulgação de técnicas de defesa fitossanitária, através de campanhas e demonstrações;
Problemas de comercialização e industrialização.

3. *Objetivos*

Melhoramento, competição de variedades e obtenção de variedades comerciais resistentes ao "trips":
Produção em maior escala de sementes básicas e multiplicação dessas sementes para produção de sementes selecionadas;
Aumentar a área plantada e a produção por área com o emprêgo de sementes certificadas e orientação nos tratos culturais e defesa vegetal, a fim de ser possível atender a indústria e os mercados exteriores.

4. *Metas*

Fazer a produção atingir as seguintes quantidades mínimas:

1968 — 888.710 t.
1969 — 974.685 t.
1970 — 1.065.185 t.
1971 — 1.159.305 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação em cooperação com os órgãos da Secretaria da Agricultura
Fiscalização da exportação
Padronização e classificação
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Ensaios de variedades
Pesquisa e experimentação
Produção de sementes básicas
Organização dos produtores
Disseminação do uso da semente certificada
Treinamento
Fomento
Divulgação de técnicas e defesa fitossanitária através de campanha e demonstrações regionais
Estudos Econômicos

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Industrialização
Exportação

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	94,0
São Carlos e Jaú	1,8	1,7
Barretos	1,2	1,1
Rio Prêto	1,4	1,3
Catanduva	2,0	1,9
Bauru	2,9	2,7
Araçatuba	7,7	7,3
Marília	44,4	41,8
Assis	3,5	3,3
Presidente Prudente	27,1	25,5
Andradina	2,1	2,0
Presidente Wenceslau	3,1	2,9
Outras Zonas	2,8	2,5

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/13 — CANA-DE-AÇÚCAR

1. *Justificativa*

São Paulo ocupa lugar de destaque na produção de cana-de-açúcar. A produção em 1965 foi da ordem de 24 milhões e 900 mil toneladas, o que corresponde a 36% da produção nacional.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO
E VALOR DA PRODUÇÃO — CANA-DE-AÇÚCAR

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	372.129	77,6	27,2	20.631.938	85,1	34,7	55.443	16.325	89,7	37,5
1962	395.649	77,9	27,0	21.741.961	85,0	34,8	54.953	29.225	90,4	39,6
1963	422.261	78,3	28,0	21.599.988	83,6	33,9	51.153	67.459	92,8	40,3
1964	449.235	79,5	29,6	23.691.553	84,9	35,7	52.737	150.262	91,6	43,4
1965	533.126	79,9	31,3	29.476.223	84,2	38,9	55.290	267.617	90,6	46,2
63/65	468.207	79,3	29,7	24.922.588	84,2	36,3	53.230	161.779	91,2	44,4

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Custo elevado da produção;
Situação aflitiva dos produtores com relação à colocação de colheitas em determinadas áreas;
Mão-de-obra caríssima pela falta de máquinas de colheita cujo custo é bastante elevado;
Baixa produtividade por área.

3. *Objetivos*
Aumentar a difusão de clones de alta produtividade para maior produção por área;
Emprêgo de colhedeiras destinadas ao barateamento da produção;
Promover financiamento, ao produtor, para a aquisição de colhedeiras mecânicas;
Combate às pragas e doenças da cultura.

4. *Metas*

Alcançar a seguinte produção mínima:

1968 — 38.422.844 t.

1969 — 41.957.746 t.

1970 — 45.817.859 t.

1971 — 50.033.098 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Em cooperação com os órgãos da Secretaria da Agricultura
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Fomento vegetal

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Comercialização

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/17 — LARANJA

1. *Justificativa*

São Paulo é o maior produtor do País, havendo produzido em 1965, 3 bilhões e 940 milhões de frutos, o que corresponde a 37% da produção nacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — LARANJA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 frutos	% em relação à região	% em relação ao Brasil	frutos/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em re ação ao Brasil
1961	40.397	64,2	34,0	2.788.381	60,0	31,6	69.024	2.151	64,4	26,5
1962	44.047	65,6	35,0	2.943.525	60,3	31,8	66.827	3.516	66,8	27,5
1963	53.429	69,0	38,5	3.751.244	66,0	35,6	70.209	6.364	70,9	26,2
1964	56.517	69,7	39,3	3.659.560	66,9	35,6	64.751	16.292	74,2	28,7
1965	62.316	71,7	41,5	4.411.342	68,4	38,6	70.800	24.243	72,2	28,9
63/65	57.241	70,0	39,7	3.940.715	67,2	36,7	68.628	15.634	72,7	28,4

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Há necessidade de melhoria tecnológica com a formação de bases reprodutivas de material selecionado;
Há necessidade de ordenar a comercialização;
Há necessidade de aumento da industrialização;
Há necessidade de incrementar a exportação.

3. *Objetivos*

Obtenção de matrizes sadias, livres de viroses transmissíveis por enxertia;
Promover a formação de pomares matrizes para produção de mudas e distribuição de borbulhas:
Incrementar a exportação e industrialização;
Implantação do seguro agrícola.

4. *Metas*

Fazer a produção atingir os seguintes níveis mínimos:

1968 — 5.019.317.000 frutos

1969 — 5.240.167.000 frutos

1970 — 5.470.734.000 frutos

1971 — 5.711.446.000 frutos

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Fiscalização da exportação
Outras atividades em ação combinada com a Secretaria da Agricultura
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Registro de plantas matrizes
Produção e distribuição de mudas e borbulhos
Defesa sanitária vegetal
Revenda de material
Pesquisa e experimentação

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*

Industrialização
Exportação

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	34,5
São Paulo	5,7	2,0
Pirassununga	8,8	3,1
Rio Claro	17,5	6,0
Araraquara	16,9	5,8
Barretos	24,7	8,5
Outras Zonas	26,4	9,1

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/18 — BANANA

1. *Justificativa*

São Paulo produziu, em 1965, cêrca de 56 milhões e 800 mil cachos de banana, o que correspondeu a 17% da produção nacional.

Atualmente, a cultura está a exigir orientação técnica especializada para, com produção maior e mais econômica, ampliar a exportação.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — BANANA.

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 cachos	% em relação à região	% em relação ao Brasil	cachos ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	47.318	69,4	24,4	46.698	63,3	17,2	987	3.501	77,6	21,0
1962	49.927	70,8	23,9	50.214	61,8	16,7	1.006	5.610	75,0	18,8
1963	51.465	70,5	23,2	47.919	60,1	15,3	931	10.963	74,8	20,2
1964	51.297	70,7	22,5	60.399	66,5	17,8	1.177	32.900	81,8	26,9
1965	54.551	71,6	22,9	62.105	66,1	17,9	1.138	39.729	77,3	23,7
63/65	52.437	70,9	22,9	56.808	64,4	17,0	1.083	27.864	78,7	24,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Há necessidade de melhoria tecnológica com relação aos tratos culturais e de defesa sanitária vegetal;

Há necessidade de incentivos para a industrialização em maior escala;

A baixa produtividade por área e a má aparência do produto, além de deixarem pouca margem de lucro, têm provocado redução de interêsse no mercado externo.

3. *Objetivos*

Aumentar a produção por área e ampliar as áreas de cultivo através de orientação de modernas técnicas de cultura e defesa;

Aumentar o interêsse dos agricultores com assistência local e facilidades de exportação, com a criação de mais postos de fiscalização;

Produção de mudas de variedades resistentes às doenças e de maior produtividade.

4. *Metas*

Atingir uma produção mínima de:

1968 — 73.256.000 cachos

1969 — 77.285.000 cachos

1970 — 81.535.000 cachos

1971 — 86.020.000 cachos

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta

Padronização e classificação
Fiscalização da Exportação
Defesa vegetal em cooperação com os órgãos da Secretaria da Agricultura

Órgãos de Administração Indireta

Cooperativismo
Crédito cooperativista
Comercialização
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Fomento
Estudos Econômicos
Treinamento, através de cursos rápidos, sôbre práticas culturais e defesa.

5.3 *Outros Órgãos*

Abastecimento
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*

Industrialização
Exportação

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	17,4
Litoral São Francisco	7,0	1,2
Litoral de Santos	18,2	3,2
Baixada do Ribeira	46,4	8,1
Piracicaba	11,1	1,9
Outras Zonas	17,3	3,0

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/19 — UVA

1. *Justificativa*

São Paulo produz 20% da produção nacional. A produção em 1965 foi em tôrno de 97 mil toneladas.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — UVA

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	14.537	22,7	22,4	88.158	20,2	19,5	6.064	1.748	41,8	39,6
1962	14.911	22,0	21,4	68.154	17.6	17,0	4.571	2.955	40,9	39,1
1963	16.199	23,5	22,9	97.541	19,8	19,2	6.021	5.543	33,0	31,4
1964	10.793	16,4	16,0	93.403	24,0	23,2	8.654	9.032	40,9	39,4
1965	9.698	14,4	14,1	99.459	18,5	18,1	10.260	14.653	31,7	30,8
63/65	12.230	18,2	17,7	96.800	20.5	19,9	7.915	9.742	34,3	33,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Consumo reduzido do produto, tanto da fruta como do vinho;
Falta de difusão de práticas fitotécnicas de alto nível;
Necessidade de melhoramento genético;
Falta de divulgação de técnicas modernas de cultivo

3. *Objetivos*
Equacionar os fatôres limitantes que dificultam a formação de vinhedos, desenvolvendo a pesquisa, o fomento e a defesa fitossanitária;
Expandir a produção e alongar a época de colheita e abastecimento;
Estimular a formação de vinhedos com híbridos, que reúnam em sua constituição a precocidade, qualidade e rendimento para atender a indústria no preparo de vinhos finos;
Estimular o consumo através de cooperativas de produção;
Implantação de seguro agrícola.

4. *Metas*

Elevar a produção ao mínimo de:

1968 — 125.957 t.

1969 — 136.159 t.

1970 — 147.188 t.

1971 — 159.111 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Fiscalização da importação e exportação
Trabalhos de laboratórios para orientação industrial
Fiscalização da produção de vinhos
Trabalhos em cooperação com os órgãos da Secrefaria da Agricultura
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito Cooperativista

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa vegetal
Trabalho de extensão
Cursos de treinamento

5.3 *Outros Órgãos*
CEASA — Abastecimento
Banco do Brasil e outros Bancos, na parte de crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Cooperativas
Industrialização
Exportação de vinhos

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/23 — CEBOLA

1. *Justificativa*

Apesar da produção limitada causada pela dificuldade de armazenamento, falta de preço mínimo e de sementes melhoradas, São Paulo produziu, em 1965, cêrca de 41 mil toneladas, participando com 22,5% da produção regional e 18,4% da nacional.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — CEBOLA

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000 00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	7.926	26,3	19,4	32.204	27,7	16,7	4.063	891	16,6	14,6
1962	8.530	26,5	19,7	40.812	23,1	18,0	4.785	1.223	27,8	17,5
1963	7.645	26,1	18,7	32.160	22,4	16,5	4.207	2.196	27,9	22,4
1964	7.424	21,2	15,7	37.518	18,5	15,6	5.054	9.022	41,0	30,7
1965	7.997	23,8	17,1	41.527	22,5	18,4	4.820	18.084	47,8	37,9
63/65	7.688	23,5	17,1	37.068	21,0	16,8	4.822	9.767	43,3	33,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Produção limitada pela falta de preços mínimos e do aumento da produção de sementes melhoradas;
Armazenagem deficientíssima;
Produção desorganizada;
Falta de crédito e financiamento.

3 *Objetivos*
Estimular a produção através da concessão de preço mínimo:
Intensificar a produção e disseminação de sementes certificadas:
Promover a adoção de práticas racionais da cultura;
Intensificação dos trabalhos de defesa fitossanitária:
Ativação da assistência técnica.

4. *Metas*

Atingir a produção mínima seguinte:

1968 — 53.290 t.

1969 — 57.926 t.

1970 — 62.966 t.

1971 — 68.444 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta

Em colaboração com os órgãos da Secretaria da Agricultura

Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Fomento da cultura
Distribuição de sementes certificadas

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes melhoradas
Comercialização

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/30 — BOVINOCULTURA DE CORTE

1. *Justificativa*

A pecuária de corte, inclusive criação e engorda, vem progredindo em São Paulo, em cujas invernadas se processa a engorda do gado proveniente de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, bem como de criações locais. São Paulo, com uma produção de aproximadamente 400 mil toneladas anuais de carne, é responsável por 32% da produção nacional.

Impõe-se empreender política de produção de carne baseada nas únicas premissas universalmente adotadas: preço, técnica e financiamento.

PRODUÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO — CARNE BOVINA

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	t	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	416.940	63,8	34,9	44.516	63,2	34,7
1962	399.983	62,1	33,8	68.390	62,6	33,4
1963	378.202	60,4	30,0	104.423	59,7	30,7
1964	411.020	62,5	32,6	207.399	61,2	31,2
1965	413.266	61,0	31,5	322.104	57,9	29,7
63/65	400.829	61,3	31,4	211.309	59,6	30,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Falta de manejo adequado, o que vem limitando a produção de novilhos de corte com menos idade;
Assistência veterinária limitada junto aos criadores;
Policiamento sanitário animal deficiente;
Falta de cursos de treinamento em serviço, determinando orientação técnica e extensão;
Elevados prejuízos causados pelas moléstias infecto-contagiosas, parasitárias e carências;
Fertilidade que não chega a ser a desejada;
Baixo nível agrostológico das pastagens.

3. *Objetivos*

Equacionar os fatôres limitantes que dificultam a produção de novilhos de corte, desenvolvendo os estudos através de manejo e alimentação adequados, de modo a obtê-los com dois anos de idade e com pêso conveniente para abate;
Equacionar os fatôres que limitam a aplicação da Assistência Veterinária direta aos criadores e da Polícia Sanitácia Animal;
Coordenar e disciplinar as atividades relacionadas da criação com a industrialização de seus produtos;
Financiamento, visando à introdução de reprodutores puros.

4. *Metas*

Elevar a produção aos seguintes níveis mínimos:

1968 — 494.860 t.

1969 — 540.543 t.

1970 — 590.270 t.

1971 — 643.685 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Trabalhos de seleção, cruzamento e administração
Fiscalização da importação
Fiscalização da matança e dos produtos de origem animal
Fiscalização do trânsito interestadual de animais e produtos de origem animal
Trabalhos de extensão
Cursos de treinamento

Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Trabalhos de Zootecnia e nutrição animal
Assistência Veterinária
Orientação dos criadores
Divulgação de técnicas de criação, prevenção e defesa
Promoção de cursos práticos de manêjo, orientação e combate às principais moléstias

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Exportação

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População Bovina:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	13,6
Médio Parnaíba	4,7	0,6
Barretos	7,0	1,0
Rio Prêto	7,6	1,0
Catanduva	4,5	0,6
Bauru	4,6	0,6
Araçatuba	9,0	1,2
Marília	5,2	0,7
Assis	6,3	0,9
Presidente Prudente	7,1	1,0
Pereira Barreto	7,5	1,0
Andradina	3,5	0,5
Presidente Wenceslau	3,6	0,5
Outras Zonas	29,4	4,0

Fonte: IBRE-FGV.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/30 — BOVINOCULTURA DE LEITE

1. *Justificativa*

O Estado de São Paulo possui expressiva pecuária leiteira; é o segundo Estado produtor de leite com uma produção anual de aproximadamente 1 bilhão e 400 milhões de litros. Com essa produção São Paulo é responsável por 23% da produção nacional.

Apesar do baixo consumo "per capita", o "deficit" na produção de leite tem se acentuado nos últimos anos face a um crescimento demográfico mais acentuado do que o aumento na produção.

PRODUÇÃO DE LEITE

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	1.000 litros	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	1.245.439	60,6	24,6	19.118	59,6	24,8
1962	1.306.904	61,4	24,7	30.880	61,7	25,1
1963	1.275.650	58,8	23,7	49.418	58,6	23,7
1964	1.429.800	56,8	23,2	120.704	59,1	24,4
1965	1.487.507	54,4	22,5	173.091	55,2	23,5
63/65	1.397.652	56,7	23,1	114.404	57,6	23,9

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Melhoramento genético dos rebanhos;
Práticas deficientes nos sistemas de criação e manejo;
Uso limitado de rações balanceadas;
Baixo índice de fertilidade;
Reduzidas práticas de inseminação artificial diante do efetivo do rebanho paulista.

3. *Objetivos*
Elevação da produtividade em determinadas áreas através do melhoramento do manejo, sistemas de criação, alimentação e genética dos rebanhos;

Inseminação artificial:
Introdução de reprodutores;
Aperfeiçoamento da comercialização.

4. *Metas*

Atingir os níveis mínimos de produção de:

1968 — 1.762.070.000 l

1969 — 1.913.505.000 l

1970 — 2.076.039.000 l

1971 — 2.250.221.000 l

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Orientação no manejo e alimentação
Fiscalização da importação e exportação

Fiscalização na fabricação de produtos de origem animal
Defesa sanitária animal
Curso de treinamento
Fiscalização do trânsito interestadual
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito
Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Trabalhos de Zootecnia e nutrição animal
Assistência Veterinária
Orientação aos criadores
Divulgação de técnicas modernas da criação, manejo, prevenção e defesa
Promoção de cursos práticos
Trabalhos de extensão

5.3 *Outros Órgãos*
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização do produto
Comercialização do produto

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/31 — SUINOCULTURA

1. *Justificativa*

São Paulo, com uma produção aproximada de 38 mil toneladas de carne por ano e participando com mais de 15% da produção nacional, apresenta um desfrute superior em relação a outros Estados, no entanto muito baixo em relação a outros países como, por exemplo, a Dinamarca, que consegue desfrute da ordem de 17,0%.

PRODUÇÃO DE CARNE E PRESUNTO

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	t	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	37.026	33,8	18,7	4.951	36,3	21,4
1962	45.756	34,7	19,7	8.085	36,0	20,9
1963	41.303	32,9	18,0	14.180	36,2	20,4
1964	36.055	29,4	15,8	25.956	34,5	19,5
1965	35.034	27,9	14,9	39.869	32,9	18,5
63/65	37.464	30,1	16,2	26.668	34,5	19,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
A instabilidade de preços tem sido fator limitante ao desenvolvimento da suinocultura no Estado de São Paulo;
Baixos níveis tecnológicos;
Necessidade de melhoramento do rebanho;
Aspecto fitossanitário deficiente;
Comercialização irregular.

3. *Objetivos*
Produção econômica dos suínos tipo carne;
Emprêgo de matrizes recentemente importadas da Alemanha e da Bélgica, na produção de porco tipo carne;
Produção de reprodutores para venda aos criadores;
Aumento do desfrute através de:
a) cursos e treinamento a técnicos e criadores;
b) realização de trabalhos de extensão;

c) trabalhos de seleções e melhoramento das raças de suínos, econômicamente de interêsse da região;
d) execução de testes de progênies junto aos criadores;
e) melhoria do estado sanitário do rebanho;
f) incentivos à comercialização e industrialização.

4. *Metas*

Alcançar a produção mínima de:

1968 — 37.810 t.
1969 — 39.205 t.
1970 — 40.754 t.
1971 — 42.304 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Experimentação no campo da alimentação, manejo, profilaxia e seleção de suínos
Venda de reprodutores de alta linhagem
Cooperação com a Secretaria da Agricultura na parte de treinamento e em outros assuntos
Fiscalização de matança e dos produtos de origem animal
Órgãos de Administração Indireta
Cooperativismo
Crédito cooperativista
Abastecimento
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Trabalhos de experimentação e pesquisa sôbre nutrição, manêjo, cruzamento, higiene, profilaxia, pastagens e testes de progênie
Seleção e venda de reprodutores
Trabalhos de extensão visando à formação de pastagens, construções de pocilgas, criação, manêjo, profilaxia, alimentação e comercialização

5.3 *Outros Órgãos*
Banco do Brasil e outros Bancos, na parte de crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Trabalho das cooperativas de produtores de suínos
Industrialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População Suína:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	9,3
Médio Paraíba	2,1	0,2
Alto Paraíba	2,6	0,2
São José do Rio Pardo	2,7	0,2
Bragança	3,5	0,3
São Paulo	4,2	0,4
Paranapiacaba	2,0	0,2
Campos Gerais	2,9	0,3
Franca	2,7	0,2
Ribeirão Prêto	2,8	0,3
São Carlos e Jaú	2,9	0,3
Barretos	6,7	0,0
Rio Prêto	9,1	0,0
Catanduva	3,9	0,4
Bauru	3,2	0,3
Marília	6,8	0,0
Assis	7,6	0,0
Presidente Prudente	4,6	0,0
Pereira Barreto	6,5	0,0
Piracicaba	2,7	0,2
Andradina	2,7	0,2
Presidente Wenceslau	2,0	0,2
Outras Zonas	15,8	1,5

Fonte: IBRE — F.G.V.

20 — ESTADO DE SÃO PAULO

20/34 — AVICULTURA

1. *Justificativa*

A região geo-econômica do Estado de São Paulo, compreendida pelo Estado de São Paulo, Norte do Paraná, Sul de Mato Grosso, Sul de Minas e Triângulo Mineiro, engloba aproximadamente 60% da produção avícola do Brasil. Pela sua potencialidade permite um desenvolvimento considerável, pois é nesta região que se encontram os grandes produtores de matrizes especializadas, numerosas incubadoras, centrais de incubação e grandes abatedouros com técnicas modernas; a facilidade de transporte nas diversas modalidades, a produção intensiva de cereais e subprodutos industriais necessários à nutrição de aves, fazem com que São Paulo, com maior facilidade e menor investimento, possa incrementar a produção comercial de carnes e ovos. São Paulo é o primeiro Estado na produção de carnes e ovos, sendo responsável por 47,3% da produção nacional com relação à carne de aves e 30% para ovos.

As últimas estatísticas mostram uma produção anual de 9,533 toneladas de carne e 196 milhões de dúzias de ovos.

PRODUÇÃO DE CARNE E OVOS

(1961/65 e média 1963/65)

	CARNE					
	AVES ABATIDAS			PESO DAS CARCAÇAS		
ANO	1.000 cabeças	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	1.739	61,8	26,1	2.027	58,7	26,1
1962	1.936	64,2	29,4	2.609	72,3	33,2
1963	1.833	65,6	27,6	2.304	67,1	29,0
1964	6.852	85,5	53,3	8.719	86,6	55,8
1965	8.277	83,7	54,2	10.347	85,8	57,2
63/65	5.654	78,3	45,0	7.123	79,8	47,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

OVOS						
	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	1.000 dz.	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	167.017	58,6	30,7	10.121	62,9	32,8
1962	172.170	58,8	30,1	15.621	62,2	31,5
1963	178.087	57,6	29,3	27.963	64,4	32,4
1964	196.213	58,8	30,3	51.305	61,6	30,7
1965	216.083	59,8	31,2	64.736	55,1	24,3
63/65	196.794	58,7	30,3	48.001	60,4	29,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Falta de difusão de técnicas de manejo e arraçoamento para retôrno mais alto e com redução de preço;
Deficiência de estudos sôbre os efeitos da aflatoxina na nutrição das aves;
Deficiência de ensino e divulgação das comparações de práticas de condução e manejo nos setores de:

a) produção e melhoramentos de pintos de um dia;

b) engorda de frangos;

c) produção de ovos;

d) comercialização.

3. *Objetivos*

Melhoramento da avicultura facilitando a importação de matrizes por curto prazo de tempo e concomitantemente, criar condições para que as granjas possam continuar o trabalho genético;
Adoção de testes de amostragem com fiscalização, como meio de orientação ao avicultor;
Difusão de técnicas de manejo e melhorias de nutrição;
Defesa sanitária animal efetiva.

4. *Metas*

Alcançar a produção mínima seguinte:

Cabeças p/ abate	*Ovos*
1968 — 13.499.000	1968 — 257.808.000 dz.
1969 — 15.524.000	1969 — 281.679.000 dz.
1970 — 18.224.000	1970 — 307.596.000 dz.
1971 — 21.395.000	1971 — 335.901.000 dz.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade:*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta

Fiscalização na importação
Cadastro dos avicultores
Cooperação com todos os órgãos do Estado
Fiscalização das firmas produtoras e comerciantes de rações
Cadastramento dos produtores de ração

Órgãos de Administração Indireta

Cooperativismo
Crédito cooperativista
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Formulação de rações
Estudos econômicos
Pesquisa e experimentação
Difusão de práticas de condução e manêjo nos diversos setores especializados

5.3 *Outros Órgãos*

Abastecimento
Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*

Produção e comercialização de pintos de um dia
Produção e comercialização de rações, aditivos, etc.
Produção e comercialização de instalações, aparelhos, etc.
A.P.A. — Assistência em geral aos produtores

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SÃO PAULO	100,0	20,8
Médio Parnaíba	2,5	0,5
São José do Rio Pardo	3,3	0,7
Bragança	5,7	1,2
São Paulo	26,0	5,4
Paranapiacaba	2,6	0,5
Pirassununga	2,5	0,5
São Carlos e Jaú	3,3	0,7
Barretos	2,8	0,6
Rio Prêto	4,6	1,0
Catanduva	4,8	1,0
Bauru	3,9	0,8
Araçatuba	4,6	1,0
Marília	8,4	1,7
Assis	3,0	0,6
Presidente Prudente	2,8	0,6
Pereira Barreto	2,8	0,6
Andradina	2,1	0,4
Outras Zonas	14,3	3,0

Fonte: IBRE — F.G.V.

POLÍTICA FLORESTAL

50.4 REGIÃO SUL

50.4.20 ESTADO DE SÃO PAULO

1. *Diagnóstico:*

1.1 O Estado de São Paulo era outrora, naturalmente, coberto por formações da Floresta Tropical e Subtropical, apresentando superfícies menores de Formação de Cerrados; por ser o mais desenvolvido do País, foi também um dos que mais sofreram pela destruição irracional das florestas naturais que cobriam seus solos, de topografia ondulada e montanhosa. A primordial necessidade da formação de povoados, vilas e cidades e a mobilização de áreas para o avanço da agricultura e da pecuária, foi realizado em detrimento acelerado das florestas naturais, sem que fôsse tomado em conta se estas são protetoras do solo e ademais, se os solos são efetivamente capazes de prover uma agricultura e uma pecuária permanentes. Tal maneira de proceder, tem hoje, seu visível resultado de estabilização na pobreza de algumas áreas de São Paulo, outrora com solos ricos e produtivos.

1.2 Além disso, as inumeráveis indústrias que se foram instalando neste Estado, foram consumindo material florestal, sem preocupar-se com o elemento gerador de tal matéria prima. As florestas apareciam, então, como produtoras inesgotáveis de madeira; e isto, realmente, teria acontecido se o progresso paulista não houvesse adquirido a extraordinária magnitude que o situa, hoje, como o de maior importância da América Latina. Ante tão possante avanço, era claro que as florestas do Estado teriam que sentir, com intensidade crescente, os efeitos desastrosos de tanta destruição inconsulta.

1.3 O resultado dessa política de destruição foi de tal monta que, a cobertura florestal existente em 1911, — cêrca de 54 por cento da área territorial do Estado, — ficasse reduzida à atual percentagem de 10 por cento, — conforme citam os técnicos paulistas. Essa percentagem é, evidentemente, escassa para a defesa do solo.

Tal fenômeno motiva, todos os anos, enormes prejuízos ao melhor solo de São Paulo — o solo denominado agrícola. A falta da proteção florestal origina a erosão do solo fértil, cujas terras são carreadas pelas águas.

Nos últimos anos, êsse problema tem se intensificado com a falta de proteção das terras, ocasionando uma erosão crescente, acarretando a perda de grandes áreas de cultivo.

1.4 A progressiva escassez de material florestal vem acarretando ainda, nos últimos anos, a instalação de indústrias fora do próprio Estado.

2. *Objetivos:*

O Estado de São Paulo tem hoje um Serviço Florestal que vem promovendo, direta e indiretamente, dentro de suas possibilidades, obras de reconstrução de massas arbóreas por reflorestamento e contrôle das extrações florestais. Em igual sentido, é ponderável a obra de reflorestamento realizada pelo antigo Instituto Nacional do Pinho e a de replantio florestal realizada pela atividade privada, de maior envergadura da América Latina. Assim sendo, dado o volume do que se tem destruído e a dos mencionados nos requerimentos industriais e progressivos de São Paulo, necessário se torna a criação de inúmeras massas arbóreas de espécies diversas que o Estado de São Paulo exige, para conseguir o *equilíbrio agropecuário florestal*. E tal equilíbrio, no aspecto florestal, se logrará quando o Estado possuir 30 por cento de sua área cobertos por formações de massas arbóreas, sob a forma de maciços, cortinas de florestas de proteção agropecuária e produção florestal. Levando-se em conta que o Estado tem hoje apenas 10 por cento de cobertura florestal, na área de 25 milhões de ha, deduz-se que, uns 5 milhões de ha, poderão ser plantados. Como citam as estatísticas, há atualmente plantados 600.000 ha, sendo 520.000 ha correspondentes a *Eucalyptus* e 80.000 a Coníferas. Deduz-se daí que mais de 4 milhões de hectares poderão ser plantados. O Estado de São Paulo ficaria, assim, defendido em sua produção agropecuária e passaria a ser efetivo e permanente produtor e industrializador de matérias-primas de forma a atender de maneira segura, regular e permanente, o Agro-paulista. A ação a desenvolver ou impulsionar com maior ênfase será:

2.1 Sob o ponto de vista florestal:

— reconstruir, com rapidez, as massas florestais de proteção de encostas, mediante obras de correção de torrentes e reflorestamento;

— ditas obras poderão ser constituídas de massas de proteção restrita, massas de produção industrial, pequenos maciços de proteção pecuária, cortinas florestais de proteção agropecuária e de produção florestal, conforme o ambiente ecológico em pauta.

2.2 É necessário prestar a maior atenção à defesa das florestas naturais que ainda existem na escarpa atlântica da Serra do Mar, que cumprem funções específicas de proteção. Em tal sentido, poderiam realizar-se obras de melhoramento florestal das mesmas, inclusive, até

limitadas extrações de acôrdo com planos de aproveitamento que assegurassem, em primeiro lugar, a proteção permanente das encostas.

2.3 Efetuados os inventários das florestas naturais, como se vem fazendo no Estado e tendo em conta o alto valor tecnológico de muitas madeiras paulistas, promover-se-iam planos de exploração racional das florestas de produção, para conseguir o maior, o melhor e o permanente aproveitamento de tais tipos de florestas.

2.4 Promover e facilitar o maior desenvolvimento do reflorestamento, com as espécies mais adequadas, de maior rendimento e de maior importância econômica, de acôrdo com os diferentes ambientes ecológicos do Estado; tais plantações poderão corresponder, indistintamente a grandes, médias e pequenas massas de produção industrial ou, simplesmente, poderão ser cortinas e maciços de proteção agropecuária e produção florestal.

2.5 Adquirir áreas representativas das formações florestais naturais remanescentes, com objetivos de perpetuar as espécies interessantes e garantir uma fonte de produção de suas sementes. Convirá, ainda, seguir a política de aquisição de áreas degradadas, para fazer o adequado reflorestamento.

2.6 Dado o avanço dos estudos tecnológicos das madeiras e produtos florestais, realizados por instituições de pesquisas do Estado, convirá promover a colaboração, para que estudos desta natureza possam se fazer com madeiras e produtos provenientes de outros Estados, principalmente, os Estados do Sul. Isto permitirá não apenas um maior aproveitamento das madeiras brasileiras, como também, uma exploração mais racional das próprias florestas e uma maior duração das espécies mais conhecidas atualmente que, por serem acentuadamente exploradas, tornam-se bastante comprometidas em sua existência.

3. *Ação do Ministério da Agricultura:*

O Estado de São Paulo, presentemente, tem um bem montado e eficiente Serviço Florestal, ao qual o I.B.D.F. poderá prestar seu apoio e colaboração.

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DE SÃO PAULO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(Maio de 1967)

Órgãos / *Dependências*	SECRETARIA GERAL DA AGRICULTURA						
	DPA	DPEA	DDIA	DE	SM	DFA	*Total*
Agência	1	—	1	1	—	—	3
Inspetoria	—	—	3	—	—	—	3
Faz. Reg. de Sem.	2	—	—	—	—	—	2
Est. Experimental	—	2	—	—	—	—	2
Pôsto Agropecuário	3	—	—	—	—	—	3
Est. Climatológica	—	—	—	—	27	—	27
Pôsto de Vigilância Sanitária Animal ..	—	—	17	—	—	—	17
P. de Análise de Vinho	—	2	—	—	—	—	2
Sub. Est. de Enologia	—	2	—	—	—	—	2
Camp. de Fruticultura	1	—	—	—	—	—	1
Pôsto de Desinfecção S. Animal ...	—	—	5	—	—	—	5
Distrito Meteor. ..	—	—	—	—	1	—	1
Pôsto de Fisc. da Exportação	—	—	1	—	—	—	1
Pôsto de Inspeção do SIPAMA	—	—	12	—	—	—	12
Quarentenário	—	—	1	—	—	—	1
Faz. de Criação ...	1	—	—	—	—	—	1
Turma (Revenda)	1	—	—	—	—	—	1
Delegacia	—	—	—	—	—	1	1
TOTAL	9	6	40	1	28	1	85

Há também no Estado a sede da Coordenação Regional do Sul.

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DE SÃO PAULO

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Maio de 1967)

Denominação	Delegacia	Agência	Divisão	Circunscrição	Representação	Total
IBRA	1	—	—	—	—	1
INDA	1	—	—	1	—	2
IBDF	1	1	—	—	—	2
SUNAB	1	—	—	—	—	1
COBAL	—	—	—	2	—	2
CIBRAZEM	1	—	—	—	—	1
CFP	—	1	—	—	—	1
SUDEPE	—	—	—	—	1	1
BNCC	—	—	—	1	—	1
TOTAL	5	2	—	4	1	12

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

40 - ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS, AUTÁRQUICOS E PRIVADOS RELACIONADOS COM A AGROPECUÁRIA

ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

FEDERAIS (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA)				ESTADUAIS		AUTÁRQUICOS		PRIVADOS	
Administração Direta		Administração Indireta							
ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências
CRS	1	IBRA	1	SAS	5	CAGESP	—	FAESP	—
DFA	1	INDA	2	SPE	5	CAIC	—	SRB	—
DPA	7	IBDF	2	SRN	7	CEASA	—	UCESP	—
DPEA	6	SUNAB	1	SOC	4	ICESP		APCB	—
DDIA	36	COBAL	2	IRE	1			APCBRH	—
DE	1	CIBRAZEM	1					ACNB	—
SM	28	CFP	1					ARGRS	—
		SUDEPE	1					ABCB	—
		BNCC	1					ACGRC	—
								ABCCRM	—
								ARVRG	—
								APC	—
								APA	—
								CAC	—
								CCLESP	—
								CAB	—
								CCSP	—

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

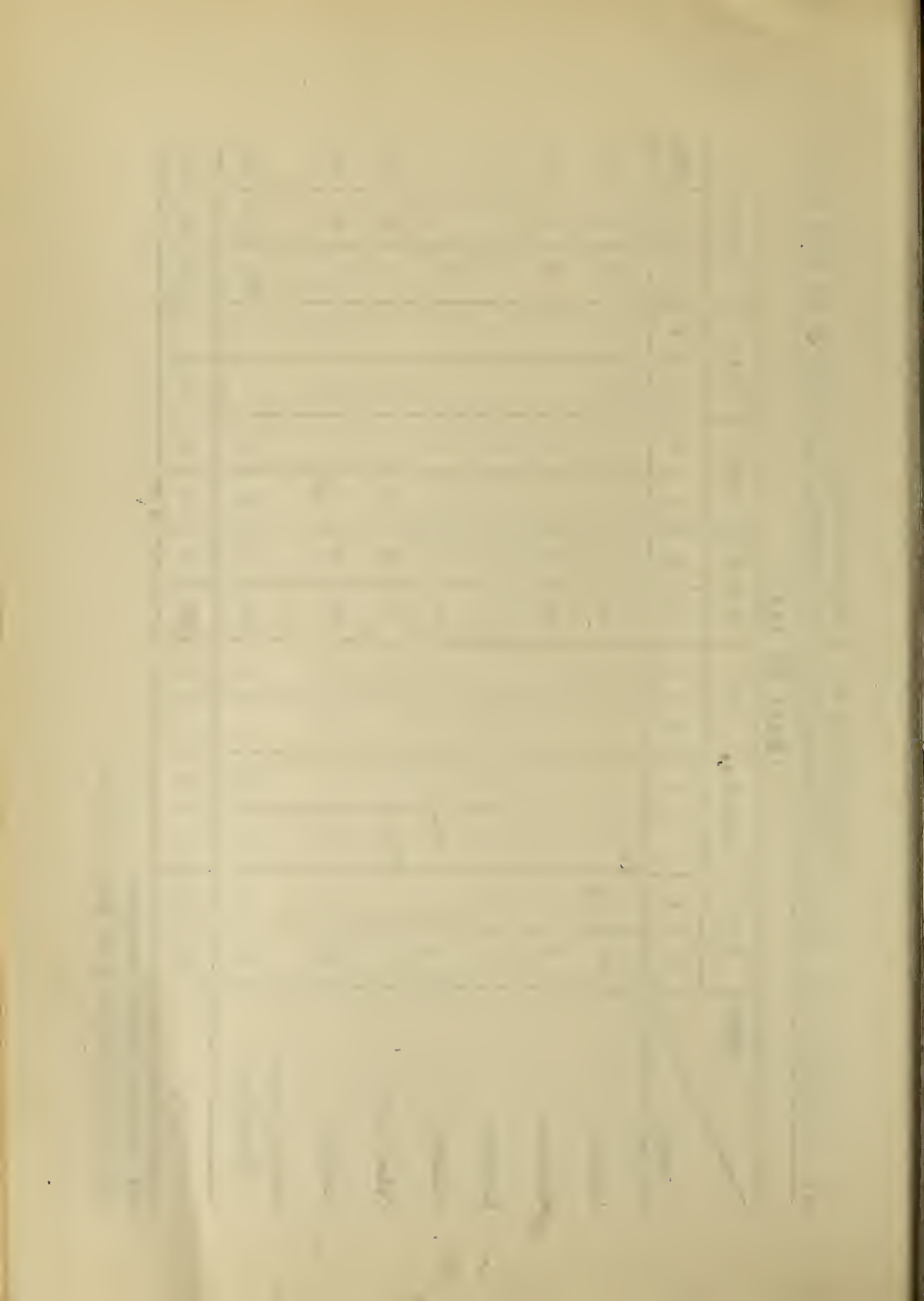
41 – EXISTÊNCIA DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

ÓRGÃO / FUNÇÃO	DPA		DPEA		DE		DDIA		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agrônomos	19	2	11	—	—	—	11	—	1	—	1	—	43	2	45
Veterinários	2	5	—	—	—	—	36	18	—	—	1	—	39	23	62
Economista	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Contadores	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2
Outros Técnicos	—	—	26	—	—	—	34	29	2	—	—	—	62	29	91
Burocratas	45	6	22	—	—	—	44	16	7	2	9	—	127	24	151
Pessoal de Campo e Trabalhadores	344	66	218	45	—	—	165	54	45	14	2	—	804	179	983
TOTAL	413	79	307	45	—	—	290	117	55	16	13	—	1078	257	1335

(+) Inclusive Pessoal Temporário

Obs. Dados Preliminares, em Fase de Revisão.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

41 - EXISTÊNCIA DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

FUNÇÃO	DPA		DPEA		DDIA		DE		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agrônomas	6	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	—	14
Veterinárias	3	—	—	—	13	—	—	—	—	—	—	—	16	—	16
Economistas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	1
Contadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Técnicas	—	—	8	—	3	—	—	—	—	—	—	—	11	—	11
Burocratas	5	—	14	—	13	—	—	—	2	—	6	—	40	—	40
Pessoal de Campo e Trabalhadores	10	—	16	—	4	—	—	—	—	—	4	—	34	—	34

(+) Inclusive Pessoal Temporário.

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão.

41 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RELAÇÃO PROPORCIONAL ENTRE AS VÁRIAS CLASSES DO TOTAL DE PESSOAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

DISCRIMINAÇÃO	RELAÇÃO PROPORCIONAL
Agrônomos/Burocratas	1/4
Veterinários/Burocratas	1/3
Outros Técnicos/Burocratas	1/19
Agrônomos/Pessoal de Campo e Trabalhadores ..	1/23
Veterinários/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/17
Outros Técnicos/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/117
Burocratas/Pessoal de Campo e Trabalhadores ..	1/6

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42 - VEÍCULOS EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (†) NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967

DISCRIMINAÇÃO	D.P.A.			D.P.E.A.			D.D.I.A.			D.E.			S.M.			D.F.A.			TOTAL		
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	J	B	R	I	B	R	I
Autos	—	—	—	—	—	—	—	--	—	—	--	—	—	—	—	—	—	—	5	2	2
Caminhões	—	—	-	—	—	—	—	—	—	—	—	-	—	—	—	—	—	—	2	17	1
Camionetas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		38	49	3
Jeeps	—	—	—	—	—	—	—	-	—	—	--	—	—	—	—	—	—	—	20	43	7

(†) B - BOM
R - Recuperável
I - Irrecuperável

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42 - TRATORES EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

ÓRGÃOS / TRATORES	D.P.A.			D.P.E.A.														
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Deutz-DM-55-	6	—	—	—	—	—												
Fendt-Farmer-F-41	3	—	—	—	—	—												
Ford - BR	11	—	—	—	—	—												
Ford - 8 NA	—	—	—	—	—	1												
Valmet - 360	6	—	—	—	—	—												
Massey. Ferguson-50 X	1	—	—	—	—	—												
C.B.T. - 1020	1	—	—	—	—	—												
Allis Chalmers-CA-1	—	1	—	—	—	—												
Allis Chalmers-WD-45	1	—	—	—	—	—												
Allis Chalmers-G	—	2	—	—	—	—												
Allis Chalmers-W-PATR	—	2	—	—	—	—												
Allis Chalmers-H.D. 5	—	1	—	—	—	—												
Allis Chalmers-H.D19	—	1	—	—	—	—												
Hanomag - R - 35	—	1	—	—	—	—												
John Deere - B	—	1	—	—	—	—												
John Deere - M	—	2	—	—	—	—												
John Deere - 60	—	2	—	—	—	—												
John Deere - 720	—	2	—	—	—	—												
Fiat - 70/CI	—	2	—	—	—	—												
Fiat - 411 R	—	1	—	—	—	—												
TOTAL	29	18				1												

(+) B — BOM
R — Recuperável
I — Irrecuperável

Obs. - Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42 – TRATORES EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

ÓRGÃOS / TRATORES	D.P.A.			D.P,E.A.														
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Fiat-RD-25 RD	—	—	—	1	—	—												
Caterpillar-D-8	1	—	—	—	—	—												
Caterpillar-D-6-Lâmin	1	1	—	—	—	—												
Caterpillar-D-4	3	6	—	—	—	—												
Caterpillar-D.6-Scrapers	—	1	—	—	—	—												
Intercontinental	—	1	—	—	—	—												
14 de Outubro-TG-90	2	—	1	—	—	—												
Fordson-Major	—	2	3	—	—	—												
Fordson Major 518 CV1600	—	—	—	1	—	—												
Massey Harris-33-D	—	1	1	—	—	—												
Hanomag K-55-E	—	—	—	—	—	—												
Sift-	—	—	—	—	—	—												
Oliver-99-D	—	—	—	1	—	—												
Tobatta-Micro	—	2	—	—	—	—												
TOTAL	7	14	5	3														

(+) B – BOM
R – RECUPERÁVEL
I – IRRECUPERAVEL

Obs. Dados preliminares, em fase de previsão.

42 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS EXISTENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Maio de 1967)

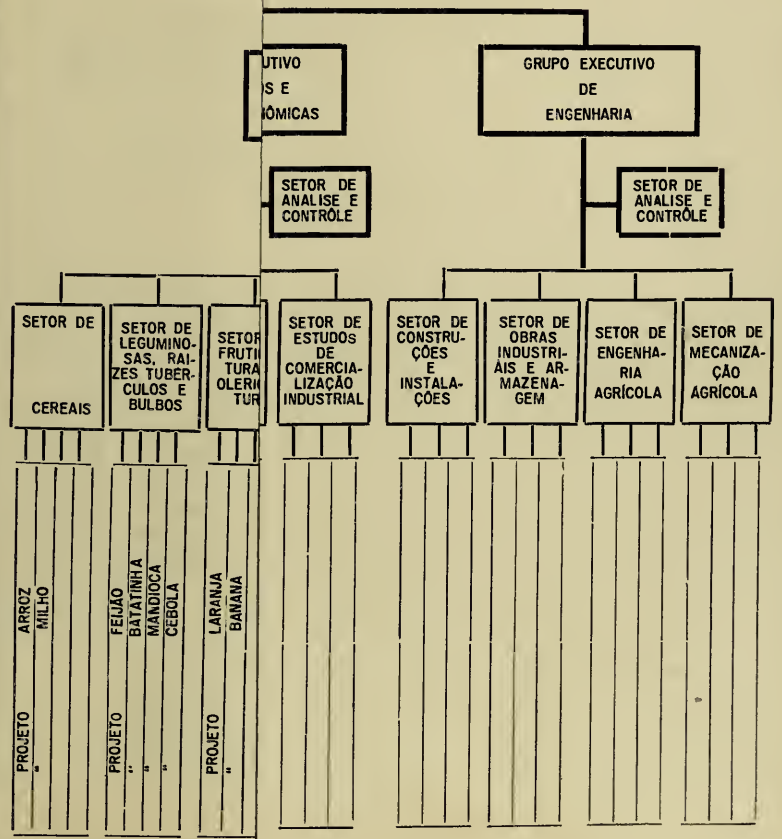
Discriminação	*Bons*	*Recuperáveis*	*Irrecuperáveis*
Preparo do solo	79	56	14
Plantio	—	—	3
Tratos Culturais	9	—	3
Combate a praças e doenças	—	—	—
Colheita	—	1	—
Beneficiamento	—	1	—
Oficinas Mecânicas	5	—	
Estações de Radiotelegrafia ou Fonia	1	—	—
Estações Climatológicas ...	48	—	—
Laboratórios	6	7	—
Usinas de Eletricidade	1	—	—
Serrarias	—	1	—
Outros	—	2	—

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

ORGANOGRAMA DA DIR

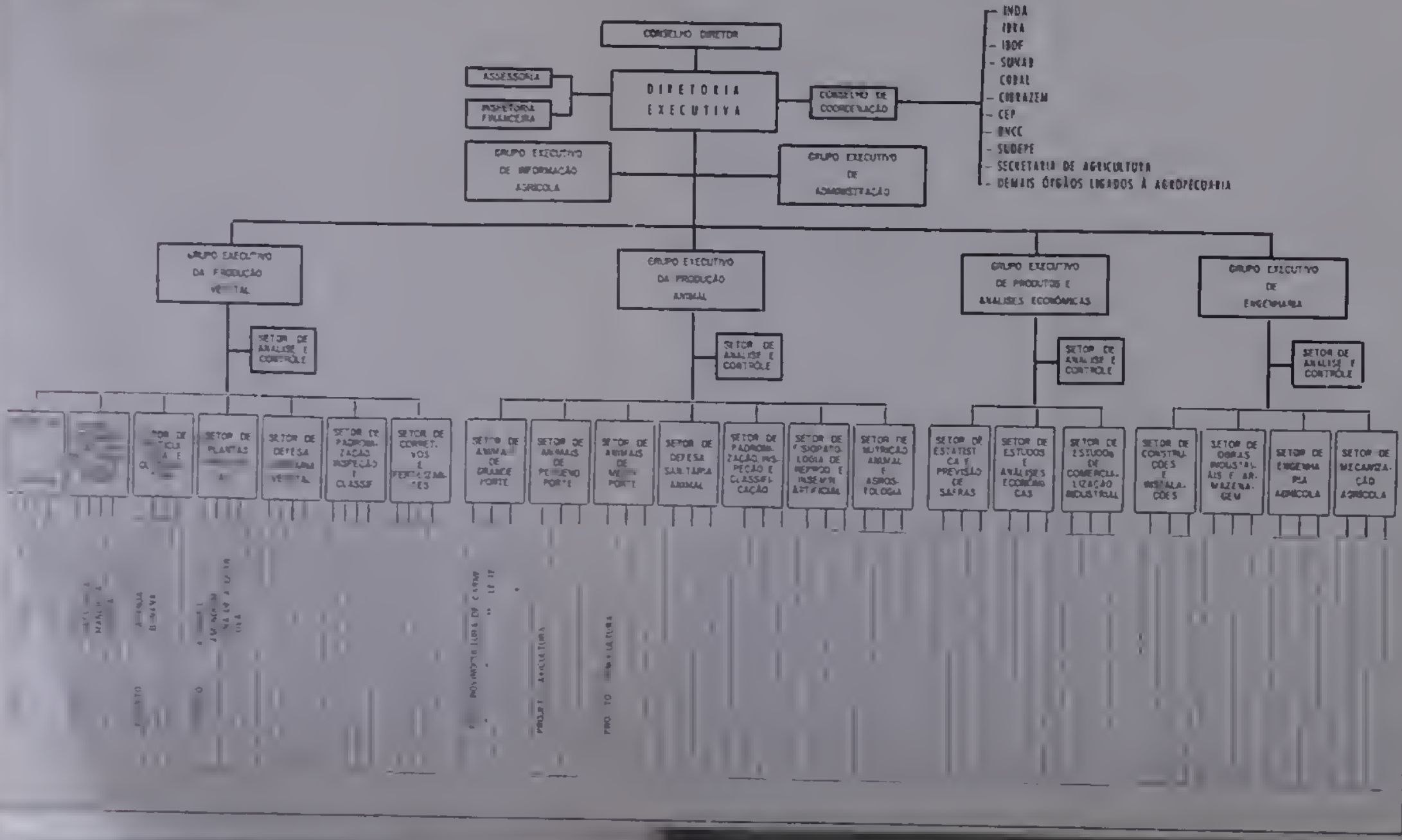
SÃO PA

DE AGRICULTURA
GÃOS LIGADOS À AGROPECUARIA



AN AVA CA DIRETORA EXECUTIVA

SÃO PAULO



21 — ESTADO DO PARANÁ

21/1 — ARROZ

1. *Justificativa*

A cultura tem razoável expressão no setor agrícola do Estado. É básica para a alimentação humana e o Estado produz 7% da produção nacional.

Na economia local, o arroz é a 5ª cultura mais importante.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — ARROZ

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000.00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	227.875	16,2	7,2	308.728	12,5	5,7	1.355	4.498	13,5	6,7
1962	258.882	20,4	7,7	335.273	13,4	6,0	1.295	12.010	15,6	7,3
1963	271.924	19,5	7,3	391.803	14,3	6,8	1.440	21.763	13,9	7,1
1964	354.903	23,0	8,5	416.195	16,2	6,6	1.173	38.083	15,8	7,8
1965	389.526	23,0	8,4	546.389	17,5	7,2	1.403	43.605	15,0	6,9
63/65	338.784	22,0	8,1	451.462	16,1	7,6	1.333	34.484	15,0	7,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Norte do Paraná: cultura consorciada com café, algodão e isoladamente. Sudoeste, Centro e Sul: cultura isolada;
Norte e Sudoeste: cultura semi-mecanizada. Plantio manual nas zonas recém desbravadas. Mecanização no Planalto Central.

Pequeno emprêgo de sementes melhoradas;
Pouco emprêgo de calcários, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária deficiente;
Assistência técnica precária, de modo geral.

3. *Objetivos*

Intensificação da mecanização;
Fornecimento integral de sementes melhoradas;
Maior emprêgo de fertilizantes, corretivos;
Defesa fitossanitária adequada;
Maior assistência técnica;
Melhoria da comercialização;
Estabelecimento de uma tradição de exportação;
Crédito orientado.

4. *Metas*

Aumentar a produção até atingir o nível mínimo de:
1968 — 625.752 t.
1969 — 670.464 t.
1970 — 717.264 t.
1971 — 766.296 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção, orientação, fiscalização e comercialização de sementes
Motomecanização
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
CFP — Comercialização
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Cooperativismo

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Produção, aquisição e venda de sementes — Motomecanização

ACARPA — Assistência técnica
Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Congregar os produtores em cooperativas
Produção de sementes sob fiscalização do M.A.
Amparo à instalação de indústrias de calcários, fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANA	100,0	6,5
Campos Gerais	9,3	0,6
Tomazina	5,4	2,0
Oeste	30,4	2,0
Norte	25,1	2,3
Campo do Oeste	15,4	1,0
Outras Zonas	4,4	0,3

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/3 — CENTEIO

1. *Justificativa*

O Paraná é o maior produtor de centeio do Brasil, com 60% da produção nacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — CENTEIO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	14.320	61,0	61,0	11.260	65,4	65,4	786	225	70,5	70,5
1962	16.860	65,6	65,6	12.675	64,0	64,0	752	421	68,8	68,8
1963	13.918	60,8	60,8	9.830	59,5	59,5	706	551	65,0	65,0
1964	12.258	58,7	58,7	9.930	59,1	59,1	810	992	60,1	60,1
1965	12.958	60,6	60,6	10.203	60,6	60,6	787	1.567	63,6	63,6
63/65	13.045	60,0	60,0	9.988	59,7	59,7	766	1.037	62,7	62,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A cultura desenvolve-se em maior proporção no Centro, Oeste e Sul do Paraná e tem sido muito modesto o seu melhoramento;
De um modo geral, nota-se a semi-mecanização. Nos Campos Gerais existe a motomecanização;
Pouco cuidado com a fertilidade do solo;
Pequeno emprêgo de sementes melhoradas;
Ínfima utilização de calcário, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária deficiente;
Assistência técnica precária.

3. *Objetivos*

Ampliação dos trabalhos de pesquisa e divulgação de seus resultados para assistência técnica aos produtores;
Intensificar a mecanização;
Fornecimento integral de boas sementes;
Maior uso de corretivos e fertilizantes;
Defesa fitossanitária adequada.

4. *Metas*

Elevar a produção ao mínimo seguinte:

1968 — 13.357 t.

1969 — 14.586 t.

1970 — 15.914 t.

1971 — 17.378 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade:*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção e comercialização de sementes
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
BNCC — Crédito cooperativo
INDA — Cooperativismo

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Produção e comercialização de sementes
Defesa sanitária vegetal

5.3 *Outros órgãos*
BB e outros Bancos — Crédito e financiamentos
ACARPA — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção e comercialização de sementes
Cooperativismo
Industrialização
Comercialização

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/5 — MILHO

1. *Justificativa*

O milho figura entre as seis mais importantes culturas do País. O Paraná é o 4.º produtor, com 18% da produção nacional.

A cultura está disseminada por todo o Estado, sendo cultivada por quase tôdas as famílias rurais.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — MILHO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	874.894	25,7	12,7	1.339.958	25,3	14,8	1.531	8.776	35,1	12,8
1962	950.065	25,2	12,9	1.477.855	26,0	15,4	1.555	17.767	33,7	12,5
1963	1.045.094	25,6	13,2	1.682.948	26,8	16,2	1.610	23.153	23,7	12,8
1964	1.242.709	29,6	15,3	1.765.283	32,0	18,7	1.421	49.776	23,8	13,2
1965	1.318.750	28,8	15,0	2.182.543	29,8	18,0	1.655	84.721	23,9	13,5
63/65	1.202.184	28,0	14,5	1.876.925	29,5	17,6	1.561	52.550	23,9	13,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

No Norte, a cultura está consorciada com café, algodão ou feijão; na zona cafeeira é isolada; no Sudoeste, Centro e Sul, consorciada com o feijão ou isolada;

No Norte e Sudoeste, existe semi-mecanização como também cultura manual nas áreas recém-desbravadas. No Planalto Central e Campos Gerais há mecanização que, em grande parte, já estão motomecanizadas;

Emprêgo de milho híbrido em aproximadamente 25% da área cultivada;

Pouco uso de calcário fertilizante e defensivos;

Assistência técnica com pouco aproveitamento.

3. *Objetivos*

Intensificação da mecanização;
Produção de sementes básicas visando à obtenção de híbridos;
Maior uso de corretivos, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária adequada;
Maior assistência técnica;
Crédito adequado e preço mínimo compensador;
Revisão da classificação do milho destinado à exportação.

4. *Metas*

Crescimento da produção para alcançar um mínimo de:
1968 — 2.390.400 t.
1969 — 2.524.860 t.
1970 — 2.812.680 t.
1971 — 3.030.120 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção, aquisição e distribuição de sementes
Mecanização
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
CFP — Financiamento e preços mínimos
BNCC — Crédito cooperativo
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito em geral
INDA — Cooperativismo
SUNAB — Abastecimento

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Cooperativismo

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Produção, aquisição e distribuição de sementes — Mecanização
ACARPA — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção e comercialização de sementes
Cooperativismo
Industrialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANA	100,0	16,7
Curitiba	5,1	0,8
Campos Gerais	3,5	0,6
Alto Ivaí	7,0	1,2
Irati	3,7	0,6
Oeste	41,2	6,9
Norte	30,8	5,1
Outras Zonas	8,7	1,5

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/6 — TRIGO

1. *Justificativa*

A cultura é altamente prioritária face ao elevado montante de divisas que o Brasil dispende com a importação do produto. Nosso País produz sòmente 10% da demanda interna. O Estado do Paraná é o 3.º produtor de trigo do País.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — TRIGO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	79.724	7,8	7,8	60.841	11,2	11,2	763	1.343	11,2	11,2
1962	85.000	11,5	11,4	70.934	10,0	10,1	835	2.788	9,7	9,7
1963	83.994	10,6	10,6	55.564	14,2	14,2	662	3.614	14,5	14,5
1964	83.425	11,4	11,4	63.318	9,8	9,9	759	8.104	9,1	9,0
1965	90.545	11,8	11,8	73.127	12,5	12,5	808	12.625	11,3	11,3
63/65	85.988	11,3	11,2	64.003	11,9	11,8	744	8.114	10,8	10,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos:*
Cultivo isolado em todo o Estado;
Semi-mecanização no Sudeste; mecanização nas demais regiões;
Emprêgo de sementes melhoradas em cêrca de 50% da área plantada;
Pouco uso do calcário; início de emprêgo de fertilizantes;
Defesa fitossanitária deficiente;
Assistência técnica regular;
A cultura tende a expandir-se em área e em rendimento;
Atendimento atual baixo nas culturas extensivas.

3. *Objetivos*

Intensificação da mecanização;
Fornecimento de sementes melhoradas;
Maior emprêgo de corretivos, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária adequada;
Maior assistência técnica;
Pesquisa e experimentação objetivando a criação de variedades novas mais produtivas, resistentes às pragas e doenças e adaptadas às regiões;
Ampliação das áreas de cultivo;
Crédito; transporte, armazenamento, comercialização.

4. *Metas*

Alcançar a produção mínima seguinte:

1968 — 95.241 t.
1969 — 104.194 t.
1970 — 114.092 t.
1971 — 124.817 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção, aquisição e distribuição de sementes
Mecanização
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Produção, aquisição e distribuição de sementes
Mecanização
ACARPA — Assistência técnica
COPASA — Armazenamento
CODEPAR — Financiamento
Banco do Brasil e rêde bancária — crédito em geral

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Comercialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	10,8
Curitiba	11,7	1,3
Campos Gerais	9,0	1,0
Alto Ivaí	8,2	0,8
Irati	25,6	2,8
Oeste	27,1	3,0
Campo do Oeste	13,8	1,5
Outras Zonas	4,6	0,4

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANA

21/7 — FEIJÃO

1. *Justificativa*

A cultura espalha-se por todo o Estado, ocupando o Paraná o 1.º lugar na produção nacional. Produção 26% do feijão brasileiro e 57% de todo o feijão produzido na Região Sul. O produto é muito importante para a Unidade Federada, principalmente por gerar rendas elevadas e mobilizar uma considerável mão-de-obra.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — FEIJÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	t Cr$ 1.000.00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	382.743	41,3	14,9	322.789	43,8	18,5	843	5.991	42,8	16,0
1962	410.716	42,6	15,1	339.301	45,4	19,8	826	16.922	49,3	18,0
1963	534.549	47,3	17,9	472.660	51,6	24,3	884	32.132	51,5	23,5
1964	623.511	52,3	19,9	539.314	57,2	27,6	864	40.213	53,5	22,3
1965	647.263	51,9	19,8	594.584	54,6	26,0	918	56.593	50,0	17,5
63/65	601.774	50,6	19,2	535.519	54,5	26,0	889	42.979	51,0	20,0

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Cultura consorciada com café, algodão ou milho;
São cultivadas variedades diversas tanto de feijão prêto, mulatinho ou feijão de côres;
Plantio em época inadequada em muitas áreas;
Rendimento muito baixo em relação ao alcançado nas estações experimentais;
No Norte e Sudoeste há semi-mecanização ou trabalho manual; nos Campos Gerais há mecanização;
Falta de ensaios regionais e difusão dos trabalhos experimentais.
Assistência técnica insuficiente;
Pequeno emprêgo de fertilizantes, defensivos e calcários;
Pragas e doenças inutilizam grande parte da cultura e da produção; defesa fitossanitária precária;

O pequeno número de armazéns instabiliza o preço da produção, provocando o aviltamento do mesmo nas safras abundantes.

3. *Objetivos*
Aumento de produção por área plantada;
Intensificação da mecanização;
Difusão dos ensaios regionais;
Rêde de armazéns reguladores de produção;
Conquista de novos mercados consumidores;
Garantia de preços mínimos aos produtores;
Melhoria das variedades existentes.

4. *Metas*
Aumentar a produção ao mínimo de:
1968 — 768.871 t.
1969 — 837.301 t.
1970 — 910.261 t.
1971 — 992.973 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Produção, aquisição e venda de sementes
Pesquisa e experimentação
Revenda de material agrícola
Assistência técnica
Mecanização
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação
Informação agrícola
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
CFP — Comercialização
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Fomento
Produção, aquisição e venda de sementes e mudas
Defesa sanitária vegetal
Solos
Assistência técnica
Revenda de material agropecuário
Cooperativismo
Ensino Agrícola
Classificação e padronização em convênio com o M.A.
Mecanização

5.3 *Outros órgãos*

Café do Paraná — Produção, preparo e distribuição de sementes
Mecanização
COPASA — Armazenamento
BB e rêde bancária em geral — Crédito e financiamento
ACARPA — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes e mudas
Cooperativismo
Comercialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	24,2
Tomazina	5,3	1,3
Alto Ivaí	4,6	1,1
Oeste	39,5	9,5
Norte	39,0	9,4
Outras Zonas	11,6	2,9

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/8 — SOJA

1. *Justificativa*

A cultura da soja é uma das mais importantes para o Brasil, por se constituir em matéria-prima para a indústria de produtos alimentícios oleaginosos, entrar na composição de rações e ser produto de exportação.

A crescente expansão da área cultivada e da produção de soja colocou-a entre as dez principais culturas temporárias e entre os dezesseis produtos vegetais mais importantes para o Brasil.

Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina são os responsáveis pela quase totalidade da soja produzida no País.

A taxa de crescimento da lavoura de soja no Paraná tem sido bem elevada nos últimos anos e passou ràpidamente, de cultura secundária à cultura básica para a economia agrícola do Paraná.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — SOJA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	6.400	2,7	2,7	8.963	3,3	3,3	1.400	79	2,3	2,3
1962	10.531	3,4	3,4	13.934	4,1	4,0	1.323	186	3,3	3,3
1963	13.305	4,0	3,9	17.937	5,6	5,6	1.348	386	3,7	3,7
1964	16.934	4,7	4,7	18.531	6,1	6,1	1.094	1.058	5,0	5,0
1965	43.306	8,1	7,9	44.111	8,5	8,4	1.286	3.513	6,5	6,5
63/65	21.516	5,8	5,7	26.860	7,0	7,0	1.248	1.652	5,8	5,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

No Norte a cultura está consorciada com o café, ou isoladamente;
No Sudoeste e Centro, está intercalada com o milho, ou isolada;
Semi-mecanização no Norte e Nordeste e mecanização no Centro;

É irregular o uso de sementes melhoradas;
Pequeno emprêgo de calcário e regular uso de fertilizantes;
Defesa fitossanitária precária;
Assistência técnica com pouco aproveitamento.

3. *Objetivos*
Aumento da produtividade;
Intensificação da mecanização;
Rêde de armazéns reguladores da produção;
Garantia de preços aos produtores;
Conquista de novos mercados consumidores;
Obtenção e disseminação de sementes melhoradas.

4. *Metas*
Aumentar a produção até atingir o mínimo de:
1968 — 56.868 t.
1969 — 63.924 t.
1970 — 71.400 t.
1971 — 79.380 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção, aquisição e distribuição de sementes
Mecanização
Defesa sanitária vegetal
Classificação do produto
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
CFP — Comercialização
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Cooperativismo
Classificação do produto em convênio com o MA

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Produção, aquisição e distribuição de sementes — Mecanização
ACARPA — Assistência técnica
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Industrialização
Exportação

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANA	100,0	4,5
Oeste	87,4	3,9
Norte	10,4	0,5
Outras Zonas	2,2	0,1

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANA

21/9 — BATATA-INGLÊSA

1. *Justificativa*

Trata-se de um produto utilizado na alimentação humana, em tôdas as Unidades da Federação. O Paraná ocupa no País o 3.º lugar como produtor, com 1/5 da produção nacional.

A cultura vem despertando interêsse no meio rural, com crescimento nos últimos anos face a exploração de novas áreas de plantio por agricultores nipo-brasileiros que trouxeram técnicas mais aprimoradas de cultivo em lavouras totalmente mecanizadas.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — BATATA-INGLÊSA

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	36.179	22,8	18,9	189.876	21,1	17,6	5.248	1.739	18,6	15,3
1962	30.334	18,8	15,5	164.369	17,4	14,5	5.419	3.193	16,3	13,5
1963	32.671	20,2	16,4	198.361	20,0	16,9	6.071	5.100	16,0	13,1
1964	36.633	22,0	17,6	246.736	22,5	19,5	6.735	10.074	21,3	17,3
1965	38.279	23,7	18,9	271.241	26,5	21,8	7.086	12.154	17,7	14,1
63/65	35.861	22,0	17,6	238.779	23,7	19,5	6.659	9.109	18,5	14,9

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Cultura semi-mecanizada e mecanizada;
Emprêgo desordenado de sementes melhoradas;
Falta de regularidade no emprêgo de calcário; bom emprêgo de fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária regular;
Assistência técnica razoável.

3. *Objetivos*

Evolução da mecanização;
Ordenação e contrôle da distribuição de sementes melhoradas;
Regular o emprêgo de calcário e incentivar o maior uso de corretivos e fertilizantes;
Melhorar a defesa sanitária e a assistência técnica.

4. *Metas*

Alcançar a produção o mínimo de:

1968 — 300.840 t.

1969 — 309.124 t.

1970 — 217.190 t.

1971 — 325.256 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Revenda de material agrícola
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
SUNAB — Abastecimento
COBAL — Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Cooperativismo
Produção de sementes

5.3 *Outros órgãos*
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e Financiamentos
ACARPA — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção e comercialização de sementes
Estímulos ao armazenamento
Financiamento à industrialização
Organização de cooperativas

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	20,8
Castro	10,0	1,7
Curitiba	14,1	2,4
Campos Gerais	7,9	1,4
Tomazina	14,2	2,4
Alto Ivaí	8,7	1,5
Irati	29,9	5,1
Oeste	6,8	1,2
Outras Zonas	8,4	5,1

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/10 — MANDIOCA

1. *Justificativa*

O Paraná é um dos principais produtores do País (8% da produção brasileira). O produto é largamente empregado na alimentação humana e animal, como também na indústria de farinha ou fécula. A cultura é praticada em quase todo o Estado, concentrando-se mais no Sudoeste e Norte.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — MANDIOCA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000 00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	30.076	7,4	2,2	447.175	7,7	2,5	14.868	1.093	8,5	2,9
1962	38.416	8,4	2,6	651.382	10,0	3,3	16.456	2.465	9,1	3,0
1963	48.626	9,7	3,0	845.181	11,1	3,8	17.381	4.803	11,7	4,1
1964	89.683	15,7	5,2	2.051.355	22,2	8,4	22.873	16.116	21,7	8,3
1965	91.827	15,6	5,2	2.107.691	21,0	8,4	22.953	21.317	18,8	6,9
63/65	76.712	13,8	4,5	1.668.076	18,6	7,0	21.744	14.079	18,4	6,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos:*
Cultura isolada, manual ou semi-mecanizada;
Pequeno emprêgo de manivas de boas variedades;
Pouco uso de calcários, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária deficiente;
Assistência técnica precária.

3. *Objetivos*
Conduzir trabalhos de experimentação e pesquisa na rêde de estações experimentais e ensaios regionais, objetivando maior rentabilidade por área;
Produção e disseminação de manivas de boas variedades;

Estimular a instalação de fábricas para o beneficiamento do produto;
Adoção de métodos racionais de cultivo.

4. *Metas*

Aumento da produção a um mínimo de:

1968 — 2.652.295 t.

1969 — 2.829.999 t.

1970 — 3.029.609 t.

1971 — 3.221.923 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de manivas
Defesa fitossanitária
Mecanização
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
CFP — Comercialização
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamentos
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Produção de manivas
Defesa fitossanitária
Cooperativismo

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Mecanização
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e Financiamentos

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Cooperativismo
Produção e comercialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	5,3
Irati	7,3	0,4
Oeste	74,5	4,0
Norte	7,3	0,4
Outras Zonas	10,9	0,5

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/11 — ALGODÃO

1. *Justificativa*

O Paraná é o segundo produtor de algodão do Brasil, fornecendo mais de 15% da produção nacional. A cultura é, econômicamente, importantíssima para o Estado não só pela elevada renda que gera, como também, pelo razoável parque industrial que alimenta e pela crescente mão-de-obra que absorve.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — ALGODÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	294.846	21,8	6,0	251.073	26,3	13,7	1.289	8.438	24,1	12,5
1962	214.986	22,5	6,2	275.859	26,7	14,5	1.283	13.082	26,5	12,7
1963	245.738	27,2	6,9	269.464	27,2	13,8	1.096	18.654	25,6	12,7
1964	346.107	35,7	9,2	313.489	35,2	17,7	906	46.158	33,7	15,5
1965	348.116	32,1	8,7	349.933	35,9	17,6	1.005	77.649	32,3	15,7
63/65	313.320	31,8	8,3	310.962	32,7	16,3	1.002	47.487	31,6	15,2

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstco — Aspectos Técnicos*

A cultura está concentrada no norte do Paraná, estando consorciada com o café, ou isolada;
Semi-mecanização, com algumas regiões empregando mecanização. A colheita é manual;
Há emprêgo de sementes melhoradas, através de monopólio estatal;
É pouco empregado o calcário, mas é razoável o emprêgo de fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária regular;
Assistência técnica regular.

3. *Objetivos*

Intensificação da mecanização;
Maior emprêgo de corretivos, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária eficiente;
Maior assistência técnica;
Incremento da produção de sementes melhoradas e com tratamento fitossanitário;
Disseminação de Campos de Cooperação com cotonicultores;
Incentivo à irrigação.

4. *Metas*

Crescer a produção, para atingir um mínimo de:

1968 — 420.112 t.

1969 — 438.944 t.

1970 — 457.776 t.

1971 — 476.784 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação — em convênio com a S.A.
Produção de sementes — em convênio com a S.A.
Defesa sanitária — em convênio com a S.A.
Motomecanização — em convênio com a CAFÉ do Paraná
Classificação do produto — em convênio com a S.A.
Órgãos de Administração Indireta
ACARPA — Assistência técnica, em convênio com o M.A., S.A. e CAFÉ do Paraná
INDA — Cooperativismo, em convênio com a SA
CFP — Comercialização
BNCC — Crédito cooperativista

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação — em convênio com o M.A.
Produção de sementes — em convênio com o M.A.
Assistência técnica — em convênio com o M.A. e ACARPA
Classificação do produto, através do Serviço do Acôrdo de Classificação, em que participam o M.A. e a S.A.

5.3 *Outros órgãos*
CAFÉ do Paraná — Assistência técnica, em convênio com o MA e ACARPA.
Motomecanização, em convênio o MA
COPASA — Armazenamento
CODEPAR — Financiamento industrial
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamentos

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes, em campos de cooperação
Formação de cooperativas
Industrialização do produto

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	15,4
Oeste	32,3	4,9
Norte	67,3	10,4
Outras Zonas	0,4	0,1

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/12 — AMENDOIM

1. *Justificativa*

Nos últimos anos a cultura tomou grande impulso no Paraná, tendo em vista a grande procura do produto, tanto para consumo "in natura" como industrializado (óleo).

— A tendência é para expansão da cultura no Paraná, com aumento significativo da área cultivada.

O produto tem colocação facílima nos mercados consumidores.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — AMENDOIM

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000.00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	3.947	0,9	0,4	4.138	0,7	0,7	1.048	55	0,5	0,5
1962	5.793	1,3	1,2	5.560	0,9	0,9	959	125	0,8	0,8
1963	8.741	2,1	2,1	9.159	1,6	1,5	1.048	362	1,3	1,3
1964	11.239	2,7	2,6	11.549	2,5	2,5	1.028	1.265	2,1	2,0
1965	28.592	5,5	5,3	36.437	5,1	4,9	1.274	5.127	4,5	4,4
63/65	16.191	3,6	3,5	19.048	3,2	3,1	1.176	2.251	3,3	3,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A cultura desenvolve-se isoladamente, e semi-mecanizada;
Há pouco emprêgo de sementes melhoradas;
Emprega-se pouco calcário, fertilizantes e defensivos;
Defesa fitossanitária deficiente;
Precária assistência técnica;
Baixo rendimento por área;
Crédito difícil;
Preços inadequados.

3. *Objetivos*

Ampliação da área de produção e obtenção de melhor rendimento por unidade de área;
Assistência técnica, através do emprêgo de sementes melhoradas;
Ampliação da industrialização;
Conseguir preço mínimo compensador.

4. *Metas*
Alcançar nos próximos anos uma produção mínima em tôrno de:
1968 — 48.118 t.
1969 — 52.773 t.
1970 — 57.673 t.
1971 — 62.769 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção, orientação, fiscalização e comercialização de sementes
Mecanização
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
CFP — Comercialização
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Cooperativismo

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Produção, aquisição e venda de sementes — Mecanização
ACARPA — Assistência técnica
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Cooperativismo
Produção de sementes melhoradas
Industrialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	1,9
Oeste	48,5	0,9
Norte	28,2	0,5
Outras Zonas	23,3	0,5

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/13 — CANA-DE-AÇÚCAR

1. *Justificativa*

A cultura já está exercendo uma boa influência na renda agrícola do Estado e a área cultivada cresce vertiginosamente. O rendimento por hectare é superior ao do Estado de São Paulo.

O Paraná possui ótimas condições para o desenvolvimento da cultura, o que vem provocando um interêsse marcante no plantio do produto. O Estado produz cêrca de 4% do total nacional.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — CANA-DE-AÇÚCAR

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasi
1961	26.732	5,6	1,9	1.737.081	7,2	2,9	64.981	918	5,0	2,1
1962	29.135	5,7	2,0	1.912.298	7,5	3,0	65.636	1.456	4,5	2,0
1963	32.772	6,1	2,2	2.171.476	8,4	3,4	66.260	2.421	3,3	1,4
1964	31.059	5,5	2,0	2.084.675	7,4	3,1	67.119	8.089	4,9	2,3
1965	42.795	6,4	2,5	3.219.328	9,2	4,2	75.227	16.433	5,6	2,8
63/65	35.542	6,0	2,2	2.491.826	8,3	3,6	69.535	8.981	4,6	2,2

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Emprêgo desordenado e insuficiente de variedades melhoradas;
Práticas de cultivo empíricas;
Diminuta mecanização;
Utilização muito restrita de corretivos, fertilizantes e defensivos;
Cultura com muita incidência de pragas e doenças;
Necessidade de financiamento na entressafra.

3. *Objetivos*
Emprêgo de variedades melhoradas recomendadas pelos órgãos de pesquisa;
Adoção de práticas racionais de cultivo;
Orientação técnica à cultura;

Uso de colhedeiras mecânicas, para barateamento do custo de produção;
Facilidades de crédito para melhoramento da indústria.

4. *Metas*

Atingir nos próximos anos uma produção mínima de:

1968 — 4.148.482 t.
1969 — 4.530.142 t.
1970 — 4.946.915 t.
1971 — 5.402.031 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Assistência técnica
Mecanização
Revenda de material agrícola
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Revenda de material

5.3 *Outros órgãos*

Café do Paraná — Produção e distribuição de mudas — Mecanização
I.A.A. — Financiamento, comercialização e industrialização
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamentos

5.4 *Iniciativa Privada*

Produção de mudas selecionadas
Industrialização
Comercialização

21 — ESTADO DO PARANA

21/17 — LARANJA

1. *Justificativa*

A cultura é prioritária pela sua razoável importância na economia estadual e por apresentar grandes possibilidades de expansão, graças às extensas áreas existentes e propícias ao seu cultivo.

A laranja tem condições favoráveis de colocação no mercado externo, desde que seja melhorada a qualidade do produto.

AREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — LARANJA

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 frutos	% em relação à região	% em relação ao Brasil	frutos/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	4.702	7,5	4,0	508.571	11,0	6,3	108,2	314	9,4	3,9
1962	4.902	7,3	3,9	560.867	11,5	6,1	114,4	466	8,8	3,6
1963	5.183	6,7	3,7	581.890	10,2	5,5	112,3	813	12,5	3,3
1964	5.202	6,4	3,6	487.360	8,9	4,7	93,6	1.600	7,3	7,3
1965	5.059	5,8	3,4	607.018	9,4	5,3	119,9	3.363	10,0	10,0
63/65	5.148	6,3	3,6	558.756	9,5	5,2	108,5	1.925	9,0	5,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstco — Aspectos Técnicos*

Cultivo rudimentar, sem adoção de práticas modernas;
Carência de melhoria do padrão tecnológico no que concerne às árvores cítricas;
Necessidade de renovação dos laranjais velhos e de baixa produtividade;
Os larajais do Norte estão contaminados pelo cancro cítrico;
Pequena mecanização nos tratos culturais;
São necessárias melhores variedades;
Pouco emprêgo de calcário, fertizantes e defensivos;
Defesa sanitária deficiente;
Assistência técnica precária.

3. *Objetivos*

Incentivar o plantio de boas variedades;
Adoção de tecnologia moderna;
Renovação dos laranjais de baixa produção;
Contrôle e erradicação do cancro cítrico;
Emprêgo de máquinas especializadas nos tratos culturais;
Maior aplicação de calcário, fertilizantes e defensivos;
Melhor assistência fitossanitária e técnica em geral.

4. *Metas*

Aumentar a produção ao mínimo de:

1968 — 689.181 mil frutos
1969 — 719.505 " "
1970 — 751.163 " "
1971 — 784.214 " "

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Produção de sementes e mudas
Mecanização
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Produção de sementes e mudas
Mecanização
ACARPA — Extensão Rural

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	5,4
Alto Ribeira	13,8	0,7
Campos Gerais	13,0	0,7
Tomazina	7,6	0,4
Oeste	20,3	1,1
Norte	28,9	1,6
Outras Zonas	16,4	0,9

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANA

21/18 — BANANA

1. *Justificativa*

A cultura é rendosa para uma grande parte da população rural e, conseqüentemente, para o Estado. Encontra-se em fase de estagnação por falta de amparo adequado mas, na região, existem grandes áreas propícias ao seu desenvolvimento. O rendimento tem sido baixo devido ao empirismo dos métodos de cultivo.

O produto consegue colocação no mercado externo e a industrialização é crescente na região sul.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — BANANA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 cachos	% em relação à região	% em relação ao Brasil	cachos ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	7.551	11,7	11,1	10.934	14,8	4,0	1.448	410	9,1	2,5
1962	7.910	11,2	11,2	10.646	13,1	3,5	1.346	618	8,3	2,1
1963	7.502	10,3	3,4	10.711	13,6	3,4	1.428	1.198	8,2	2,2
1964	7.744	10,7	3,4	11.123	12,2	3,3	1.437	2.238	5,6	1,8
1965	8.309	10,9	3,5	11.734	12,5	3,4	1.412	3.442	6,7	2,1
63/65	7.852	10,2	3,4	11.189	12,7	3,4	1.425	2.293	6,5	2,0

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Cultivo manual, concentrado principalmente na faixa litorânea do Estado;

Não há seleção rigorosa de mudas, sendo utilizadas as das próprias zonas de produção;

Não são adotadas práticas de correção de solo e fertilização;

É ineficiente a defesa fitossanitária;

Assistência técnica diminuta.

3. *Objetivos*

Adoção de métodos mais racionais de cultivo;
Contrôle do "Mal de Sigatoka";
Melhoramento do aspecto fitossanitário da cultura, bem como da assistência técnica;
Facilidades para aquisição e emprêgo de defensivos;
Estímulo ao plantio e comercialização do produto;
Incremento da exportação;
Facilidades de crédito para a industrialização;
Introdução de novas variedades mais produtivas.

4. *Metas*

Aumento da produção até o mínimo de:

1968 — 13.914 mil cachos
1969 — 14.680 " "
1970 — 15.487 " "
1971 — 16.339 " "

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Mecanização
Revenda de material agrícola
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Mecanização

5.3 *Outros órgãos*
Café do Paraná — Mecanização
ACARPA — Assistência técnica
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Cooperativismo
Comercialização
Industrialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	3,3
Litoral	70,2	2,3
Oeste	9,5	0,3
Norte	14,5	0,5
Outras Zonas	5,8	0,2

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/28 — BOVINOCULTURA DE CARNE

1. *Justificativa*

A produção de carne é essencial e básica à alimentação do povo brasileiro e influi bastante na economia do Estado. É ocupação tradicional de grande parte da população rural e o rebanho cresce razoàvelmente.

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	t	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	47.461	7,3	4,0	5.639	8,0	4,4
1962	53.425	8,3	4,5	10.808	9,9	5,3
1963	56.805	9,1	4,8	18.525	10,6	5,5
1964	57.770	8,8	4,6	32.739	9,7	4,9
1965	62.770	9,3	4,8	54.601	9,8	5,0
63/65	59.912	9,2	4,8	35.288	9,9	5,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Atividade em fase de crescimento;
Baixa produtividade;
Seleção genética reduzida;
Alimentação e manejo incorretos;
Precária situação sanitária do rebanho;
Pouca inseminação artificial.

3. *Objetivos*

Melhorar a produtividade do rebanho;
Incrementar a inseminação artificial;
Emprêgo de métodos adequados de alimentação e manejo;
Estimular o cooperativismo;
Facilitar crédito aos criadores;
Introdução de reprodutores puros, tipo carne.

4. *Metas*

Alcançar uma produção futura ao nível mínimo de:

1968 — 75.407 t.
1969 — 82.368 t.
1970 — 89.946 t.
1971 — 98.085 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Manejo e alimentação
Inseminação artificial
Sanidade animal
Pesquisa e experimentação
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo
CFP — Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Defesa sanitária animal
Pesquisa e experimentação
Classificação e padronização
Assistência técnica
Cooperativismo

5.3 *Outros órgãos*

ACARPA — Extensão rural
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*

Industrialização
Exportação
Cooperativismo
Comercialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas de concentração da população bovina:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	2,9
Campos Gerais	9,0	0,2
Oeste	40,0	1,2
Norte	24,1	0,7
Campos do Oeste	10,4	0,3
Outras Zonas	16,5	0,5

Fonte: IBRE — FGV

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/30 — BOVINOCULTURA DE LEITE

1. *Justificativa*

Atividade imprescindível à alimentação humana, desenvolvendo-se mais acentuadamente na bacia leiteira da Região Sul em virtude da ação das cooperativas nela situadas. O Paraná produz 5% do leite brasileiro.

PRODUÇÃO DE LEITE

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	1.000 litros	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	205.964	10,0	4,1	4.098	12,8	5,3
1962	213.348	10,0	4,0	6.358	12,7	5,2
1963	229.009	10,6	4,2	11.044	13,0	5,3
1964	296.675	11,8	4,8	27.148	13,3	5,5
1965	374.842	13,7	5,7	48.796	15,5	6,6
63/65	300.175	12,0	4,9	28.996	13,9	5,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Rebanho sem grande melhoramento;
Ausência de tradição na criação;
Manejo antiquado;
Falta de sanidade animal;
Poucas pastagens artificiais;
Inseminação artificial escassa.

3. *Objetivos*

Seleção genética através da introdução de reprodutores puros;
Formação de novas bacias leiteiras e zoneamento apropriado;
Incremento ao cooperativismo;
Aprimoramento das técnicas de manêjo;
Sanidade animal;
Incentivo à inseminação artificial;

Melhoria da alimentação, com a formação de pastagens artificiais;
Pesquisa e experimentação;
Facilidades creditícias para a instalação de usinas de pasteurização;
Instalação de granjas leiteiras modernas;
Incentivo à industrialização do leite e subprodutos;
Fomento à comercialização através de cooperativas.

4. *Metas*

Atingir a produção futura de:

1968 — 446.391 mil litros
1969 — 484.755 " "
1970 — 525.930 " "
1971 — 570.056 " "

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Fomento
Assistência técnica
Produção, aquisição e venda de reprodutores melhorados
Defesa sanitária animal
Registro de criadores
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo
SUNAB — Abastecimento
CFP — Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Defesa sanitária animal
Assistência técnica
Cooperativismo
Classificação e padronização em convênio com o M.A.

5.3 *Outros órgãos*
ACARPA — Assistência técnica
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamentos

5.4 *Iniciativa Privada*
Cooperativismo
Industrialização
Comercialização

21 — ESTADO DO PARANÁ

21/31 — SUINOCULTURA

1. *Justificativa*

É atividade de realce na economia do Estado, a ela dedicando-se elevado número de criadores. O Paraná produz 8% de carne suína consumida no País.

POPULAÇÃO E VALOR DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	QUANTIDADE			VALOR		
	1.000 cabeças	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	11.262	10,3	5,7	1.386	10,2	6,0
1962	15.832	12,0	6,8	2.581	11,5	6,7
1963	18.188	14,5	7,9	4.943	12,6	7,1
1964	19.812	16,2	8,7	10.168	13,5	7,6
1965	20.465	16,3	8,7	17.271	14,3	8,0
63/65	19.488	15,6	8,4	10.794	13,8	7,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2 *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Manejo deficiente;
Pequeno uso de matrizes tipo carne;
Aspecto genético do rebanho necessitando de melhoramento;
Comercialização defeituosa;
Crédito difícil.

3. *Objetivos*

Melhoria do manejo e alimentação;
Introdução de reprodutores selecionados tipo carne, para melhoramento genético do plantel;
Fomento ao porco tipo carne através das indústrias do ramo com incentivos de preços;

Maior consumo de carne suína;
Assistência creditícia efetiva;
Organização de Cooperativas;
Fixação de um preço mínimo para o porco em função do preço mínimo do milho;
Comercialização do produto com a tipificação das carcaças;
Defesa sanitária animal efetiva.

4. *Metas*

Elevar a produção ao mínimo de:

1968 — 22.077 t.
1969 — 22.891 t.
1970 — 23.796 t.
1971 — 24.701 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Padronização e classificação
Pesquisa e experimentação
Assistência técnica às indústrias de rações
Contrôle estatístico da produção
Órgãos de Administração Indireta
CFP — Preços mínimos
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Classificação e padronização em convênio com o MA
Defesa sanitária animal
Assistência técnica
Cooperativismo

5.3 *Outros órgãos*
ACARPA — Extensão rural
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Comercialização
Cooperativismo

6. *Principais Zonas Fisiográficas de concentração* da população de suínos:

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	12,1
Campos Gerais	5,5	0,7
Alto Ivaí	5,4	0,7
Oeste	53,8	6,5
Norte	14,7	1.8
Campos do Oeste	6,3	0,7
Outras Zonas	14,3	1,7

Fonte: IBRE — F.G.V.

21 — ESTADO DO PARANA

21/33 — AVICULTURA

1. *Justificativa*

A produção avícola já se mostra bastante desenvolvida no Estado. notadamente ao redor da Capital. Apresenta bons índices técnicos em relação aos demais setores pecuários, em face da efetiva assistência técnica dos organismos estatais e privados. Na produção de carne avícola, o Paraná já chegou a contribuir com 10% da produção nacional, entretanto a atividade apresenta tendência para a produção de ovos por ser prodtuo de mais fácil mercado, pois o preço da carne avícola é bastante elevado em confronto com o da carne bovina. A produção de ovos equivale a 10% da produção do País, tanto em quantidade quando em valor.

PRODUÇÃO DE CARNE E OVOS

(1961/65 e média 1963/65)

	CARNE							OVOS				
	AVES ABATIDAS			PESO DAS CARCAÇAS				QUANTIDADE		VALOR		
ANO	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 dz.	% em relação à região	% em relação ao Brasil	NCR$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	399	14,2	6,0	787	22,8	10,1	50.415	17,7	9,3	3.027	18,8	9,8
1962	188	6,2	2,9	260	7,2	3,3	51.899	17,7	9,1	4.799	19,1	9,7
1963	169	6,1	2,5	222	6,5	2,8	57.546	18,6	9,5	7.758	17,9	9,0
1964	147	1,8	1,1	200	2,0	1,3	61.209	18,3	9,5	14.628	17,6	8,7
1965	163	1,6	1,1	180	1,5	1,0	66.204	18,3	9,6	25.834	22,0	9,7
63/65	160	2,3	1,4	201	2,4	2,4	61.653	18,4	9,5	16.073	19,8	9,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Avicultura dirigindo-se para a produção de ovos;
Pequeno consumo de carne avícola, pelo elevado preço em relação à carne bovina;
Comercialização dos ovos muito irregular;
Rações muito caras;
Pequeno número de cooperativas, e sem orientação.

3. *Objetivos*

Incremento da exploração com a introdução de raças puras, tipos carne e ovos;

Implantação de uma indústria avícola integrada;
Propiciar maior desenvolvimento aos trabalhos de pesquisa e experimentação;
Incentivar a formação de cooperativas.

4. *Metas*
Aumento mínimo da produção aos seguintes níveis:

Carne	*Ovos*
1968 — 260 t.	79.325 mil dúzias
1969 — 299 t.	86.671 " "
1970 — 350 t.	94.645 " "
1971 — 411 t.	103.354 " "

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Produção de pintos e ovos para incubação
Revenda de material pecuário
Defesa sanitária animal
Inspeção, padronização e classificação do produto
Informação agrícola
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito cooperativo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Defesa sanitária animal
Assistência técnica
Comercialização
Pesquisa biológica e tecnológica
Ensino agrícola
Classificação e padronização em convênio com o MA

5.3 *Outros órgãos*
ACARPA — Extensão rural
Banco do Brasil e outros Bancos — Crédito e financiamento

5.4 *Iniciativa Privada*
Cooperativismo
Construção de abatedouros e câmaras frigoríficas
Comercialização

6. *Principais Zonas Fisiográficas de concentração* da população de galinhas:
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
PARANÁ	100,0	10,6
Curitiba	7,2	0,0
Campos Gerais	7,2	0,6
Oeste	48,4	0,0
Norte	22,1	0,0
Outras Zonas	15,1	0,0

Fonte: IBRE — FGV

50.4.20 — ESTADO DO PARANÁ

1. *Diagnóstico*

1.1. O Estado do Paraná está localizado onde existiam densas florestas, ricas em espécies do mais alto valor tecnológico. As formações florestais naturais que existiam no Estado correspondiam à Floresta Tropical de Baixa Montanha e à Floresta Subtropical do Planalto; esta última, apresentando o tipo de Floresta Subtropical de *Araucaria* — "pinho do Paraná" ou "pinho brasileiro" e a Floresta Subtropical Mista de Latifoliadas. Tão importantes formações florestais ocupavam quase em sua totalidade o Estado, sendo aproximadamente 2/3 do mesmo do tipo Floresta Subtropical e 1/3 a Floresta Tropical. Além disso, existiam pequenas superfícies de Campos naturais.

1.2. O Paraná é um dos Estados onde, nos últimos anos, o crescimento demográfico é de índice elevadíssimo e como conseqüência, um dos que mais sofreram com a destruição de suas florestas naturais que cederam lugar à formação de povoados, vilas e cidades. Mas, além disso, imensas superfícies de florestas foram destruídas na mobilização das terras destinadas à agricultura e à pecuária. E como tal destinação se fêz, em geral, de maneira irracional sem se levar em conta prèviamente a capacidade de uso do solo, a produtividade foi decaindo, chegando-se até ao abandono da terra. No Estado existem hoje enormes superfícies de florestas e terras degradadas devido aos processos citados, transformadas em matagais improdutivos ou em solos destruídos pela erosão hídrica, nas épocas de maiores precipitações e também, cólica, na época da sêca; isto é, terras nas quais os habitantes vivem hoje em estado de quase absoluta pobreza.

1.3 Reinhard Maack cita, a êste respeito, superfícies do Estado com formações florestais Tropical e Subtropical Paranaenses, cuja área primitiva, em 1930, era de 17.737.700 ha que incluíam 13.793.700 ha de mata virgem e 3.880.000 ha de mata devastada; por sucessivas destruições, foram reduzidas, em 1960, a 6.454.900 ha de mata virgem e 11.218.000 ha de mata devastada. Além disto, um documentado estudo realizado pela Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Paraná — CERENA —, com a colaboração do especialista da F.A.O., F. S. van Dillewiin, demonstra que em 1963, a existência de *Araucaria angustifolia*, nas florestas de produção, no Estado eram de 47,5 milhões a 59 milhões de m³ de madeira explorável, em pé (sem casca); e como

se veio explorando irracionalmente, à razão de 4,3 milhões de m² por ano, a extinção das matas dar-se-á em 11 a 16 anos (contados a partir de 1963). Equivale dizer que, dentro dos próximos 10 anos, a atividade madeireira, em especial das serrarias, tanto para exportação como para consumo interno, terá cessado, caindo no desemprêgo mais de 150.000 pessoas que dependem diretamente da indústria florestal.

1.4. Seguindo esta ação destruidora, perder-se-á grande parte do solo arável e a produção madeireira, que hoje significa importante fonte de arrecadação. As estatísticas do ex-I.N.P. em 1965 revelam, em cifras redondas, que se exportaram 900.000 m³ de Araucaria, representando 15 milhões de cruzeiros novos.

1.5. O reflorestamento no Estado se apresenta por esforços isolados, como o da Celulosa Klabin e do trabalho do ex-I.N.P. em seus dois parques florestais num total, no Estado, de 20.000 ha reflorestadas; área diminuta, não só para prover de material e matéria-prima industrial como sobretudo, acentuadamente baixa, para chegar ao equilíbrio agropecuário e florestal necessário, onde se possa obter boa e segura produção.

2. *Objetivos:*

O Paraná, por suas características ecológicas, devia ser um Estado de produção silvo-pecuária e agrícola. Se essas três atividades se desenvolvessem racionalmente, a produção teria sido progressiva e permanente. Mas, como não foi assim, em matéria florestal, hoje o Estado pode classificar-se como de reconstituição florestal, com mediana à escassa produção madeireira. Para atenuar perspectivas tão pouco alentadoras, necessário se faz cumprir os seguintes objetivos:

2.1. Aproveitar ao máximo os inventários florestais existentes, com o fim primordial de prolongar o tempo de duração de Araucária; para tal fim, convirá utilizar também, ao máximo, outras espécies da flora dendrológica do Paraná, que possam substituí-la, em numerosas aplicações para as quais são, inclusive, mais apropriadas.

2.2. Será preciso cumprir, de modo progressivo, as recomendações que se faz na publicação intitulada "Inventário do Pinheiro do Paraná", elaborada pela Comissão de Estudos dos Recursos Naturais Renováveis do Estado do Paraná (CERENA), em convênio com a CODEPAR, Universidade Federal do Paraná e Govêrno do Paraná, com a colaboração da FAO; publicada em Curitiba em novembro de 1966.

2.3. Será preciso acelerar os planos de reflorestamento, quer seja em forma de cortinas quebra-ventos florestais para proteção agrícola e produção madeireira, quer seja em forma de cortinas e maciços florestais de proteção pecuária e produção florestal, ou da forma de massas florestais de produção industrial.

2.4. Com o fim de manter uma fonte de produção permanente de sementes e de perpetuar espécies tão importantes como o "pinho do Paraná" e numerosas outras da flora dendrológica do Estado, conviria adquirir áreas representativas das formações florestais remanescentes. Também convirá adquirir áreas florestais degradadas para serem reflorestadas.

3. *Ação do Ministério da Agricultura:*

O I.B.D.F., instituição nova do Ministério encarregada, entre outras finalidades, de fiscalizar a aplicação das normas do Código Florestal, poderá, agora, com sua dinâmica, organização e condução, tomar medidas que urgem, para cumprir, com a rapidez, os objetivos citados. Tal tarefa poderá realizar diretamente ou, inclusive, em colaboração e coordenação com instituições do Estado que estão efetivamente em condições de fazê-lo.

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DO PARANÁ

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(Maio de 1967)

Órgãos / *Dependências*	SECRETARIA GERAL DA AGRICULTURA						
	DPA	DPEA	DDIA	DE	SM	DFA	*Total*
Delegacia	—	—	—	—	—	1	1
Agência	1	—	1	1	—	—	3
Inspetoria	—	—	3	—	—	—	3
Est. Experimental	—	4	—	—	—	—	4
Pôsto Agropecuár.	9	—	—	—	—	—	9
Est. Climatológica	—	—	—	—	15	—	15
Pôsto de Criação ..	1	—	—	—	—	—	1
Campo de Multiplicação de Sementes e Mudas	3	—	—	—	—	—	3
Circunscrição Agrícola	12	—	—	—	—	—	12
Pôsto de Desinfecção Veic.	—	—	1	—	—	—	1
Pôsto do Sipama ..	—	—	5	—	—	—	5
Pôsto de Fiscalizaç.	—	—	—	—	—	—	—
Pôsto de Esport. ..	—	—	3	—	—	—	3
Pôsto de Vigilância Sanit. Animal	—	—	14	—	—	—	14
Pôsto de Defesa Satária Vegetal	—	—	2	—	—	—	2
Lab. de Fabricação de Prod. Biológicos	—	—	1	—	—	—	1
Lab. de Diagnósticos	—	—	1	—	—	—	1
Patrulha Aérea ...	—	—	2	—	—	—	2
Patrulha Mecaniz.	5	—	—	—	—	—	5
Resid. Agrícola ...	3	—	—	—	—	—	3
TOTAL	34	4	33	1	15	1	88

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

40 - ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS, AUTÁRQUICOS E PRIVADOS RELACIONADOS COM A AGROPECUÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967)

Federais (Ministério da Agricultura)				ESTADUAIS		AUTÁRQUICOS		PRIVADOS	
Admistração Direta		Administração Indireta							
ÓRGÃO	N.° de dependências	ÓRGÃO	N.° de dependências	ÓRGÃO	N.° de dependências	ÓRGÃO	N.° de dependências	ÓRGÃO	N.° de dependências
DPA	34	IBRA	1	Sec. Agr	—	CODEPAR	—	ACARPA	69
DPEA	4	INDA	4	Pref.	—	CAFÉ	311	—	—
DDIA	33	IBDF	11	—	—	—	—	—	—
DE	1	SUNAB	1	—	—	—	—	—	—
SM	15	COBAL	1	—	—	—	—	—	—
DFA	1	CIBRAZEM	1	—	—	—	—	—	—
		CFP	1	—	—	—	—	—	—
		SUDEPE	1	—	—	—	—	—	—

Obs. Dados preliminares em fase de revisão

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DO PARANÁ

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Maio de 1967)

Denominação	*Deleg.*	*Repres.*	*Núcleos*	*Parques Florest.*	*Viveiros*	*Total*
IBRA	1	—	—	—	—	1
INDA	1	—	3	—	—	4
IBDF	1	—	—	3	7	11
SUNAB	1	—	—	—	—	1
COBAL	—	1	—	—	—	1
CIBRAZEM	—	1	—	—	—	1
CFP	—	1	—	—	—	1
SUDEPE	1	—	—	—	—	1
TOTAL	5	3	3	3	7	21

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

41 – EXISTÊNCIA DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967)

ÓRGÃO / FUNÇÃO	DPA		DPEA		DE		DDIA		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agrônomos	33	5	24	4	2	1	9	4	—	—	15	—	83	14	97
Veterinários	—	—	—	—	—	—	14	3	—	—	—	—	14	3	17
Economista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Contadores	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2
Outros Técnicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Burocratas	31	5	15	7	1	2	19	16	1	2	3	4	70	36	106
Pessoal de Campo e Trabalhadores	197	28	—	—	2	—	47	17	16	3	3	1	265	49	314
TOTAL	261	38	41	11	5	3	89	40	17	5	21	5	434	102	536

(+) Inclusive Pessoal Temporário

Obs. Dados Preliminares, em Fase de Revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

41 - NECESSIDADE DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967)

FUNÇÃO	DPA		DPEA		DDIA		DE		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agrônomos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	112
Veterinários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	89
Economistas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16
Contadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros Técnicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Burocratas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	-	—	—	—	—	305
Pessoal de Campo e Trabalhadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	831

(+) Inclusive Pessoal Temporário.

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão.

41. — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RELAÇÃO PROPORCIONAL ENTRE AS VÁRIAS CLASSES DO TOTAL DE PESSOAL NO ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967)

DISCRIMINAÇÃO	RELAÇÃO PROPORCIONAL
Agrônomos/Burocratas	1/1
Veterinários/Burocratas	1/6
Outros Técnicos/Burocratas	1/54
Agrônomos/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/3
Veterinários/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/18
Outros Técnicos/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/157
Burocratas/Pessoal de Campo e Trabalhadores ..	1/3

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42 - TRATORES EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (†) NO ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967

ÓRGÃOS / TRATORES																TOTAL			
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	N
Roda-Várias Marcas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	63	42	8	21
Esteira-Várias Marcas...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29	11	2	4
T O T A L																92	53	10	25

(†) B - BOM
R - Recuperável
I - Irrecuperável

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42 - VEÍCULOS EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967

DISCRIMINAÇÃO	D.P.A.			D.P.E.A.			D.D.I.A.			D.E.			S.M.			D.F.A.			TOTAL		
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Caminhões	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Camionetas	—	—	—	—	—	—	—	6	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	3
Jeeps	—	—	—	—	—	—	—	7	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7	2

(+) B - BOM
R - Recuperável
I - Irrecuperável

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão

42. — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS EXISTENTES NO ESTADO DO PARANÁ

(Maio de 1967)

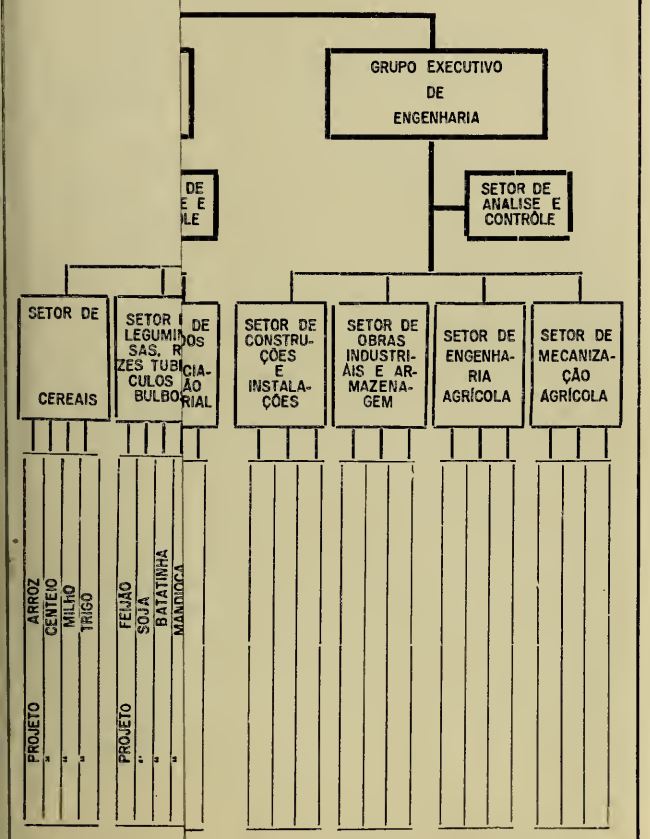
Discriminação	*Bons*	*Recuperáveis*	*Irrecuperáveis*	*Sem Especificação*
Preparo do solo	346	109	40	127
Plantio	48	39	19	36
Tratos culturais	122	16	6	22
Combate a pragas e doenças	—	—	—	—
Colheita	168	57	20	45
Beneficiamento	15	2	5	5
Oficinas Mecânicas	—	—	—	—
Estações de Radiotelegrafia ou Fonia	—	—	—	—
Estações Climatológicas ..	—	—	—	—
Laboratórios	—	—	—	—
Usinas de Eletricidade ...	—	—	—	—
Serrarias	—	—	—	—
Outros	43	3	3	—

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

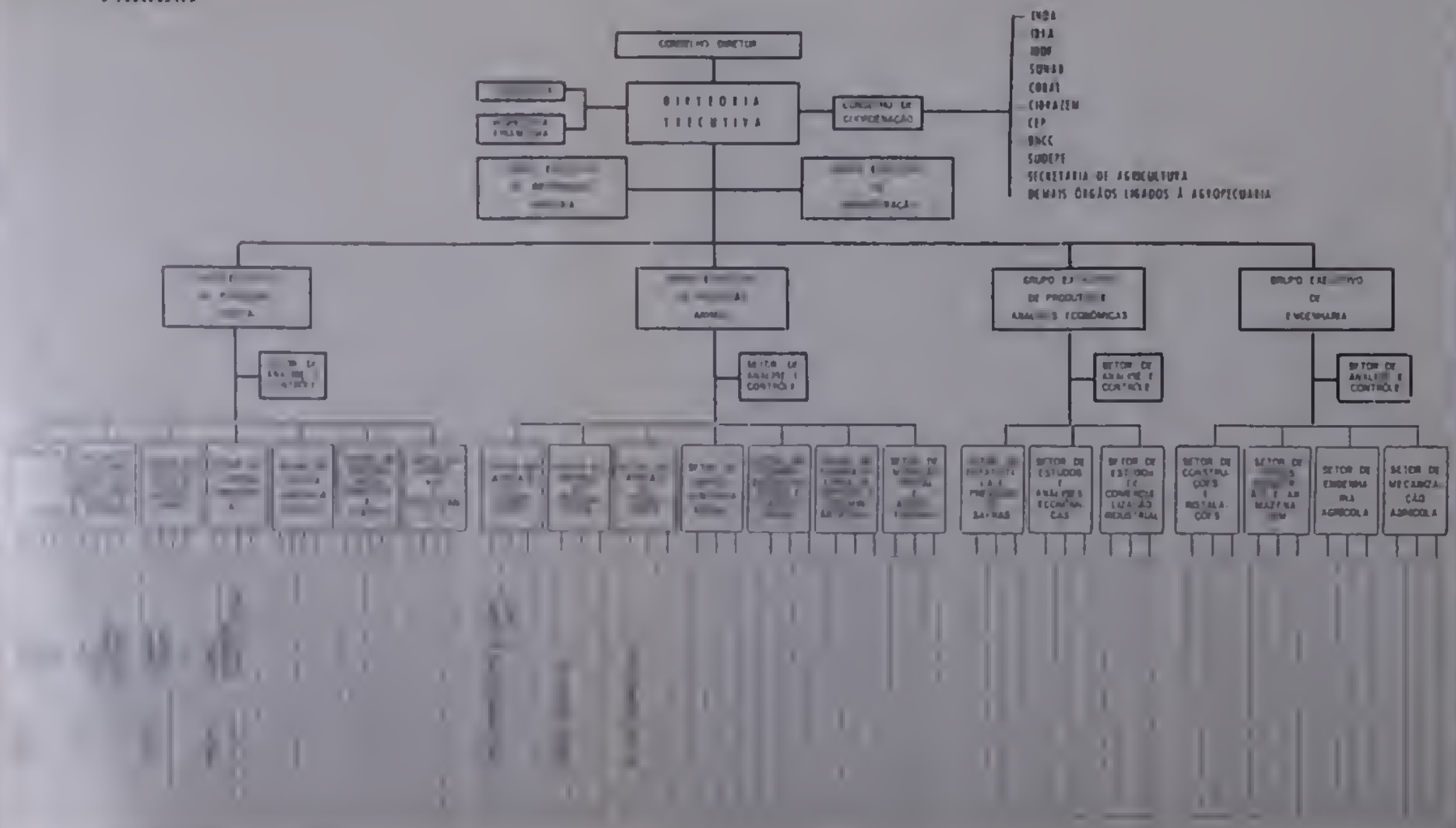
ORGANOGRAM

P

ICULTURA
GADOS À AGROPECUARIA



PARANÁ



CONSELHO DIRETOR
DIRETORIA EXECUTIVA
CONSELHO DE COORDENAÇÃO
INDA
IDEA
IDDF
SUNAB
COBAT
CIBRAZEM
CEP
BNCC
SUDEPE
SECRETARIA DE AGRICULTURA
DEMAIS ÓRGÃOS LIGADOS À AGROPECUARIA
GRUPO EXECUTIVO DE PRODUTOS E ANÁLISES ECONÔMICAS
GRUPO EXECUTIVO DE ENGENHARIA
SETOR DE ANÁLISE E CONTRÔLE
SETOR DE ANÁLISE E CONTRÔLE
SETOR DE ANÁLISE E CONTRÔLE
SETOR DE ESTUDOS E ANÁLISES ECONÔMICAS
SETOR DE ESTUDOS DE COMERCIALIZAÇÃO INDUSTRIAL
SETOR DE CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES
SETOR DE ENGENHARIA AGRÍCOLA
SETOR DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/1 — ARROZ

1. *Justificativa*

A cultura do arroz é atividade importante para a economia agropecuária catarinense, representando mais de 6% da renda interna do Estado no setor primário.

A maior concentração da cultura (83,8%) está no litoral e nos Vales do Itajaí e Itapocu, onde as lavouras são irrigadas.

O Estado de Santa Catarina é o 8.º produtor nacional de arroz.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — ARROZ

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	56.014	4,5	1,8	155.905	6,3	2,9	2.783	1.558	4,7	2,3
1962	59.644	4,7	1,8	136.824	5,5	2,5	2.294	3.036	3,9	1,9
1963	60.999	4,4	1,6	160.110	5,9	2,8	2.625	6.693	4,3	2,2
1964	66.467	4,3	1,6	179.012	7,0	2,8	2.693	12.024	5,0	2,5
1965	70.009	4,1	1,5	178.450	5,7	2,4	2.549	13.279	4,6	2,1
63/65	65.825	4,3	1,6	172.524	6,2	2,7	2.622	10.665	4,6	2,3

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Baixo rendimento do arroz de sequeiro, melhor rendimento do arroz irrigado, mas ambos com boa possibilidade de aumento de produtividade por área;

Uso limitado de sementes de boa qualidade e de variedades adequadas para a região;

Emprêgo incipiente de herbicidas, fungicidas, adubos e corretivos; Práticas culturais nem sempre adequadas;

Uso limitado de maquinaria agrícola;

Falta de instalações para a pré-limpeza e secagem do produto colhido;

Falta de organização dos produtores para beneficiamento e comercialização de sua produção;

Falta de recursos para drenagem de grandes baixadas adequadas para a cultura, no litoral catarinense;

Custo elevado do equipamento. para construção de novas arrozeiras e valas de irrigação;

Falta de crédito adequado para a produção e comercialização de sementes;

Deficiente crédito para a produção, beneficiamento e comercialização do arroz, pelos agricultores e suas cooperativas;

Falta de pesquisa e experimentação sôbre variedades, épocas de plantio, tratos culturais, pragas e doenças, uso de insumos.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos para a pesquisa e experimentação desenvolverem seus trabalhos visando à criação de novas variedades e o estudo de seu comportamento nas diferentes regiões do Estado;

Propiciar condições para a produção de sementes básicas e a sua multiplicação por particulares, sob a orientação e fiscalização de técnicos especializados;

Propiciar instalações para o beneficiamento das sementes produzidas por particulares

Garantir a comercialização das sementes produzidas;

Zelar pela disseminação da boa semente para que ela esteja ao alcance do produtor na época do plantio;

Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores, para a produção de sementes e de arroz para consumo, beneficiamento do produto e sua comercialização;

Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia e zelar pela sua organização, visando a uma comercialização adequada do produto e disponibilidade dos fatôres de produção;
Propiciar financiamento adequado para a produção, beneficiamento e comercialização do arroz, pelos agricultores e suas cooperativas, inclusive para as instalações e equipamentos necessários;
Proporcionar um efetivo trabalho de defesa fitossanitária.

4. *Metas*

Alcançar a seguinte produção mínima:

1968 — 208.584 t.

1969 — 223.488 t.

1970 — 239.088 t.

1971 — 255.432 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de semente básica
Orientação e fiscalização da produção de semente certificada ou fiscalizada e, a título primeiro, o seu beneficiamento
Treinamento de agricultores e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito para a construção de instalações de armazenagem na propriedade e na comunidade
Crédito para produção e comercialização da semente e do arroz para consumo
Garantia de preço mínimo
Conservação e comercialização da produção

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de semente e, a título primeiro, o seu beneficiamento
Disseminação do uso da semente certificada ou fiscalizada, inclusive aquisição e revenda
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*

ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção e comercialização de sementes
Produção e comercialização de adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, ferramentas, máquinas e utensílios

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	2,7
Litoral de S. Francisco	28,8	0,8
Bacia do Itajaí	30,9	0,8
Laguna	25,2	0,7
Outras Zonas	15,1	0,4

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/5 — MILHO

1. *Justificativa*

O Estado de Santa Catarina é o quinto produtor de milho do País, colhendo a mais alta produção por hectare (1.830 kg).

O milho é a mais importante cultura do Estado representando 11% da renda interna do setor primário e sôbre ela se alicerça uma suinocultura das mais significativas para a economia nacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — MILHO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000 00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	322.608	9,2	4,7	615.218	11,6	6,8	1.907	4.356	17,4	6,3
1962	346.805	9,2	4,7	623.822	11,0	6,5	1.799	8.812	16,0	5,9
1963	374.253	9,2	4,7	670.275	10,7	6,4	1.791	11.020	11,3	6,1
1964	384.938	9,2	4,8	684.434	12,4	7,3	1.778	21.857	10,5	5,8
1965	407.614	8,9	4.7	748.442	10,2	6,2	1.836	36.625	10,4	5,8
63/65	388.935	9,1	4,7	701.050	11,0	6,6	1.802	23.167	10,5	5.9

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A cultura do milho é a mais importante para a economia do Estado de Santa Catarina. Suas colheitas constituem a base da suinocultura que participa em mais de 20% da renda global do Estado;

O rendimento da cultura por área deixa a desejar, apesar de apresentar as maiores médias do país (1.800 kg/ha);

O uso de sementes melhoradas ainda é pequeno. A generalização do plantio de híbridos e sintéticos poderia duplicar a produção;

As práticas culturais não satisfazem. O uso de adubos e corretivos é pequeno e dá-se pouca atenção à conservação do solo e falta uma sistemática rotação de culturas;

O uso de maquinaria agrícola é limitado pelo seu alto custo e pela falta de conhecimentos do agricultor;

A sacaria onera o preço do cereal colhido. Faltam instalações e equipamentos para o manejo do produto a granel;
Os conhecimentos sôbre a conservação do cereal e as instalações necessárias na propriedade do agricultor, e na comunidade, deixam a desejar;
É fundamental a organização do produtor para a comercialização do milho colhido ou para a venda dêste, transformado em suíno tipo carne e crédito adequado para estas operações;
A padronização do produto colhido é dificultada pela mistura varietal, devido à impureza da semente.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos para a Pesquisa e Experimentação, com vistas à obtenção de novas variedades e híbridos; épocas de plantio, tratos culturais, adubações e correção do solo, manejo e conservação dos grãos colhidos;

Produção de sementes básicas pelos órgãos especializados e sua multiplicação por particulares orientados e fiscalizados;
Prover instalações necessárias ao beneficiamento de sementes;

Zelar pela disseminação da boa semente para que ela esteja ao alcance do agricultor na época do plantio;

Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores para a produção de semente e de milho para consumo, conservação do produto e sua comercialização;

Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia e zelar pela sua organização, visando a uma comercialização adequada do produto colhido e disponibilidade dos fatôres de produção;
Propiciar financiamento adequado para a produção, conservação e comercialização do milho, inclusive para as instalações e equipamentos necessários;
Melhorar o estado sanitário da cultura.

4. *Metas*

Elevar a produção a um nível mínimo de:

1968 — 823.360 t.
1969 — 869.674 t.
1970 — 968.812 t.
1971 — 1.043.708 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de semente básica
Orientação e fiscalização da produção de sementes e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Treinamento de agricultores e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito
Garantia dos Preços mínimos
Conservação e comercialização da produção

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de sementes e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Disseminação do uso da semente certificada ou fiscalizada, inclusive aquisição e revenda
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Produção de insumos

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	6,7
Bacia do Itajaí	8,7	0,6
Canoinhas	7,0	0,5
Rio do Peixe	27,1	1,8
Oeste	27,7	1,9
Campo de Lages	19,7	1,3
Outras Zonas	9,8	0,6

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/6 — TRIGO

1. *Justificativa*

A triticultura é de importância sempre crescente para a economia nacional.

A importação de trigo é, juntamente com o petróleo, o maior sorvedouro de divisas do País.

Santa Catarina é o segundo produtor de trigo do Brasil, contribuindo com 15,9% da nossa produção.

A lavoura tritícola catarinense localiza-se na pequena propriedade e tem apresentado boa estabilidade para a economia familiar do triticultor, mesmo nos anos de frustração.

Não tem contado com facilidades oficiais para a sua expansão, mas apresenta boas perspectivas face às áreas disponíveis com características ecológicas favoráveis.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO
E VALOR DA PRODUÇÃO — TRIGO
(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	100.445	9,8	9,8	79.165	14,6	14,5	788	1.778	14,8	14,8
1962	104.097	14,0	14,0	105.098	14,9	14,9	1.009	4.157	14,6	14,6
1963	102.874	13,0	13,0	70.903	18,2	18,1	689	4.260	17,1	17,1
1964	102.277	14,0	13,9	95.457	14,9	14,8	933	12.169	13,6	13,6
1965	98.585	12,9	12,9	84.830	14,5	14,5	860	15.463	13,9	13,8
63/65	101.245	13,3	13,3	83.730	15,9	15,8	861	10.631	14,1	14,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Baixo rendimento por hectare;
Falta de sementes de alta produtividade, resistência a pragas e doenças e adaptadas à região;

Práticas culturais nem sempre adequadas;
Emprêgo incipiente de adubos, corretivos, fungicidas e herbicidas;
Pouca atenção à conservação do solo e inexistência de uma sistemática rotação de culturas;
Falta de crédito adequado para a produção e comercialização de sementes;
Alto preço da maquinaria e demais bens de produção, em relação ao cereal colhido.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos para a Pesquisa e Experimentação, visando à criação de novas variedades e o estudo de seu comportamento nas diferentes regiões do Estado;
Propiciar condições para a produção de sementes básicas e a sua multiplicação;
Proporcionar instalações para o beneficiamento das sementes;
Garantir a comercialização das sementes produzidas;
Zelar pela disseminação da boa semente para que ela esteja ao alcance do produtor na época do plantio;
Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores para a produção de trigo-semente e de trigo para consumo;
Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia, e zelar pela sua organização em cooperativas, visando a uma comercialização adequada do produto colhido e disponibilidade dos fatôres de produção;
Propiciar financiamento adequado para a produção e comercialização do trigo pelos agricultores e suas cooperativas, inclusive para as instalações e equipamentos necessários;
Proporcionar um efetivo trabalho de defesa fitossanitária.

4. *Metas*

Aumentar a produção para um mínimo de:

1968 — 110.480 t.
1969 — 120.865 t.
1970 — 132.347 t.
1971 — 144.788 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de sementes básicas

Orientação e fiscalização da produção de sementes certificadas ou fiscalizadas e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Treinamento de agricultores e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito para construção de instalações de armazenagem na propriedade e na comunidade
Crédito para a produção e comercialização da semente e do trigo para consumo
Garantia de preços mínimos
Conservação e comercialização da produção

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de sementes e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Disseminação do uso da semente certificada ou fiscalizada, inclusive aquisição e revenda
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Produção de insumos
Colaboração com a pesquisa e preparação de pessoal

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação a Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	15,6
Canoínhas	10,3	1,6
Rio do Peixe	40,8	6,4
Oeste	25,1	3,9
Campos de Lages	21,7	3,4
Outras Zonas	2,1	0,3

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/7 — FEIJÃO

1. *Justificativa*

O Estado de Santa Catarina participa com 4,7% da produção nacional de feijão, sendo sua produção média por hectare de 1.037 kg.

A cultura representa ponderável fonte de renda para o agricultor catarinense (3,5% da renda interna do setor primário do Estado), destinando-se a produção ao mercado nacional e ao abastecimento local.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — FEIJÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	80.927	8,7	3,1	84.953	11,5	4,9	1.050	1.484	10,6	4,0
1962	85.889	8,9	2,2	86.528	11,6	5,1	1.007	2.386	7,0	2,5
1963	92.074	8,2	3,1	91.785	10,0	4,7	997	4.997	8,0	3,7
1964	91.660	7,7	2,9	95.923	10,2	4,9	1.046	6.854	9,1	3,8
1965	95.874	7,7	2,9	102.364	9,4	4,5	1.068	8.933	7,9	2,8
63/65	93.203	7,8	3,0	96.691	9,9	4,7	1.037	6.928	8,4	3,4

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Baixo rendimento por hectare;
Ausência de sementes de boa qualidade;
Práticas culturais nem sempre adequadas;
Uso limitado de maquinaria agrícola, adubos e corretivos;
Pouca atenção à conservação do solo e inexistência de uma sistemática rotação de culturas;
Falta de organização dos produtores para beneficiamento e comercialização de sua produção;
Falta de crédito para a produção e comercialização de sementes.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos a Pesquisa e Experimentação, visando obter variedades altamente produtivas para as diferentes regiões do Estado e de aceitação plena no mercado consumidor;

Propiciar condições para a produção de sementes básicas e a sua multiplicação;

Proporcionar instalações para o beneficiamento de sementes;
Garantir a comercialização das sementes produzidas;

Zelar pela disseminação da boa semente para que ela esteja ao alcance do produtor na época do plantio;

Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores para a produção de sementes e feijão para consumo, beneficiamento do produto e sua comercialização;

Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia e zelar pela sua organização, visando a uma comercialização adequada do produto colhido e disponibilidade dos fatôres da produção;

Melhorar o estado sanitário da cultura.

4. *Metas*

Alcançar para os próximos anos a seguinte produção mínima:

1968 — 133.074 t.

1969 — 144.917 t.

1970 — 157.815 t.

1971 — 171.861 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de semente básica
Orientação e fiscalização da produção de sementes certificadas ou fiscalizadas e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Treinamento de agricultores e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores

Crédito para a produção e comercialização da semente e do feijão para consumo
Garantia de preços mínimos
Conservação e comercialização da produção

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de sementes e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Disseminação do uso da semente certificada ou fiscalizada, inclusive aquisição e revenda
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Produção de bens de produção

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	4,8
Laguna	14,7	0,7
Canoínhas	13,6	0(7
Rio do Peixe	27,0	1,3
Oeste	27,2	1,3
Campos de Lages	10,9	0,5
Outras Zonas	6,6	0,3

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/8 — SOJA

1. *Justificativa*

A soja é uma cultura em início de desenvolvimento no Estado de Santa Catarina, mas com grande perspectiva face às condições ecológicas favoráveis.

Há dois anos não constava como ponderável sua produão e a colheita, dêste ano, somou cêrca de 900.000 sacos de 60 kg.

A produção tem mercado nas indústrias locais (três fábricas de óleo já instaladas) e o excedente contará com boa cotação no mercado internacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — SOJA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	3.895	1,6	1,6	4.677	1,7	1,7	1.200	73	2,1	2,1
1962	4.033	1,3	1,3	4.625	1,3	1,3	1.147	122	2,2	2,2
1963	3.504	1,0	1,0	4.072	1,3	1,3	1.162	141	1,4	1,3
1964	3.520	1,0	1,0	3.749	1,2	1,2	1.065	341	1,6	1,6
1965	6.087	1,4	1,4	8.862	1,7	1,7	1.456	1.068	2,0	1,9
63/65	4.370	1,1	1,1	5.561	1,4	1,4	1.272	517	1,7	1,6

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Recente disseminação da cultura;
Falta de semente de boa qualidade;
Práticas culturais nem sempre adequadas;
Uso limitado de maquinaria agrícola, adubos e corretivos;
Pouca atenção à conservação do solo e inexistência de uma sistemática rotação de culturas;

Falta de organização dos produtores para beneficiamento e comercialização da produção;
Falta de crédito adequado para a produção e comercialização de sementes.

3. *Objetivos*
Proporcionar recursos à Pesquisa e Experimentação, visando obter variedades altamente produtivas e de aceitação plena no mercado;
Propiciar condições para a produção de sementes básicas e a sua multiplicação;
Proporcionar instalações para o beneficiamento de sementes;
Garantir a comercialização das sementes produzidas;
Zelar pela disseminação da boa semente para que ela esteja ao alcance do produtor na época do plantio;
Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores para a produção de sementes e da soja para o consumo;
Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia e zelar pela sua organização, visando a uma comercialização adequada do produto colhido e disponibilidade dos fatôres da produção.

4. *Metas*
Crescimento da produção para alcançar os níveis mínimos seguintes:

1968 — 11.509 t.

1969 — 12.937 t.

1970 — 14.450 t.

1971 — 16.065 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de semente básica
Orientação e fiscalização da produção de sementes certificadas ou fiscalizadas e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Treinamento de agricultores e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores

Crédito para a produção e a comercialização da semente e do milho para consumo
Garantia de preço mínimo
Conservação e comercialização da produção

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de sementes e, a título pioneiro, o seu beneficiamento
Disseminação do uso da semente certificada ou fiscalizada, inclusive aquisição e revenda
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes
Produção de insumos
Industrialização da produção

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/9 — BATATA-INGLÊSA

1. *Justificativa*

Santa Catarina possui as melhores condições do Brasil para produção de batata-semente e sob êste aspecto deve ser analisada a cultura da solanácea.

O mercado catarinense, no entanto, deve encontrar na produção local o seu abastecimento, podendo esta alcançar os grandes centros de consumo na entressafra quando o alto preço compensa o ônus adicional de transporte.

O desenvolvimento da produção de batata-semente com vistas ao mercado nacional poderá significar ponderável economia de divisas para o Brasil.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — BATATA-INGLÊSA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	17.971	11,3	9,4	60.668	6,7	5,6	3.376	539	5,7	4,7
1962	19.372	12,0	9,9	57.457	6,1	5,1	2.966	1.016	5,3	4,3
1963	19.837	12,3	9,9	66.895	6,7	5,7	3.372	1.602	5,0	4,1
1964	21.390	12,8	10,2	72.950	7,1	5,8	3.410	3.121	6,6	5,3
1965	23.384	14,5	11,6	84.182	8,2	6,8	3.600	4.512	6,6	5,2
63/65	21.537	13,2	10,6	74.676	7,3	6,1	3.467	3.078	6,1	4,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Falta a organização dos produtores de batata-semente;
Falta de disponibilidade de sementes básicas na época de plantio;
Faltam instalações para armazenamento de batata-semente;
Faltam organização adequada e recursos materiais e humanos para a orientação e fiscalização da produção de batata-semente;
Falta pesquisa e experimentação em relação à cultura.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação para a produção de novas variedades, para o estudo do comportamento das existentes nas diferentes zonas de produção, tratos culturais, uso de insumos e métodos de conservação da batata-semente;
Proporcionar a existência de semente básica;
Construção, a título pioneiro, de instalações para a classificação e o armazenamento de batata-semente;
Garantir a comercialização da batata-semente produzida;
Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores para a produção de sementes;
Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia, e zelar pela sua organização, visando à comercialização da semente produzida e a disponibilidade dos fatôres de produção;
Combate eficaz às pragas e doenças da cultura.

4. *Metas*

Elevar a produção ao nível mínimo de:

1968 — 93.840 t.
1969 — 96.424 t.
1970 — 98.940 t.
1971 — 101.456 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta

Pesquisa e experimentação
Importação e produção de semente básica
Orientação técnica especializada
Instalação de uma unidade pioneira de classificação e armazenamento de batata-semente
Defesa sanitária vegetal
Padronização e classificação

Órgãos de Administração Indireta

Organização dos produtores
Crédito para a produção e comercialização de batata-semente

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Orientação e fiscalização da produção de batata-semente certificada ou fiscalizada
Orientação técnica especializada

Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção da batata-semente e sua comercialização
Produção de insumos
Assistência técnica especializada

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	5,9
Bacia do Itajaí	20,7	5,9
Laguna	7,7	0,5
Canoínhas	11,8	0,7
Rio do Peixe	10,0	0,6
Oeste	9,0	0,5
Campos de Lages	26,7	1,6
Outras Zonas	14,1	0,8

Fonte: BRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/10 — MANDIOCA

1. *Justificativa*

O Estado de Santa Catarina é o quarto produtor de mandioca do Brasil.

A cultura representa 6,5% da renda interna do setor primário do Estado e sua produção destina-se à alimentação humana, ao arroçoamento dos animais domésticos e à industrialização.

A mandioca transformada em farinha é absorvida pelo mercado nacional e uma parcela alcança o mercado externo. A fécula de mandioca destina-se principalmente ao mercado internacional, representando fonte de divisas para o País.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO

E VALOR DA PRODUÇÃO — MANDIOCA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t.	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	113.726	27,9	8 2	1.837.789	31,6	10,2	16.160	2.702	21,2	7,8
1962	121.235	26,6	8,2	1.866.014	28,6	9,4	15.392	7.020	25,9	8,5
1963	124.113	24,7	7,7	2.017.472	26,5	9,1	16.255	9.262	22,5	7,9
1964	131.253	23,0	7,7	2.202.675	23,7	9,0	16.782	12.849	17,3	6,6
1965	138.398	23,5	7,9	2.226.537	22,2	8,9	16.088	20.251	17,9	6,5
63/65	131.255	23,7	7,7	2.148.894	24,1	9,0	16.375	14.121	18,5	6,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Baixo rendimento por hectare;
Práticas culturais nem sempre adequadas;
Pequeno uso de fertilizantes e corretivos;
Pouca atenção à conservação do solo e inexistência de uma sistemática rotação de culturas;
Uso limitado de maquinaria agrícola;
Falta de variedades que aliem alta produtividade à resistência às doenças;

Falta de organização dos produtores na venda da mandioca e da farinha obtida em pequenos engenhos;
Problemas de mercado para a fécula de mandioca a preço justo pela ausência de mercado interno para corrigir as manipulações do mercado internacional;
Falta de legislação visando estimular o emprêgo da fécula como sucedâneo parcial da farinha de trigo;
Falta de pesquisa tecnológica sôbre o aproveitamento industrial da mandioca e dos resíduos da fabricação da fécula;
Excessivo número de variedades.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação, visando obter variedades altamente produtivas e resistentes;
Proporcionar recursos à pesquisa tecnológica, visando ao aproveitamento dos produtos e resíduos industriais da mandioca na alimentação humana e no arraçoamento de animais;
Capacitar, em treinamentos rápidos, os agricultores para uma produção mais rentável;
Levar aos agricultores assistência técnica e creditícia, para a produção da mandioca e seu aproveitamento industrial;
Providenciar legislação tornando obrigatória a adição da fécula à farinha de trigo, visando baratear o seu custo e economia de divisas na importação do cereal;
Propiciar financiamento para a construção de armazéns e para a estocagem da farinha pelos pequenos produtores organizados em cooperativas;
Combater, sistemáticamente, as pragas e doenças da cultura.

4. *Metas*

Aumentar a produção para um mínimo de:

1968 — 2.810.170 t.

1969 — 2.998.452 t.

1970 — 3.199.348 t.

1971 — 3.413.704 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Orientação técnica especializada
Treinamento de técnicos e agricultores
Defesa sanitária vegetal

Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito para a produção da mandioca e sua industrialização
Garantia do preço mínimo da farinha de mandioca e da fécula
Estocagem e comercialização da fécula e da farinha de mandioca
Legislação sôbre incorporação da fécula à farinha de trigo

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Fomento
Produção e distribuição de mudas
Organização dos produtores

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de mudas
Produção e comercialização de adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, ferramentas, máquinas e utensílios

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	9,2
Bacia do Itajaí	19,3	1,8
Florianópolis	12,6	1,2
Laguna	41,1	3,8
Rio do Peixe	2,8	0,7
Outras Zonas	18,8	1,7

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/13 — CANA-DE-AÇÚCAR

1. *Justificativa*

A cultura da cana-de-açúcar é, em volume, a segunda produção agrícola catarinense (1.277.004 toneladas em 1965), dispersa por todo o Estado. No entanto, representa atividade principal de 3.500 pequenos proprietários do litoral catarinense, cuja produção se destina às usinas de açúcar.

Êstes contam com uma produção por hectare das mais elevadas do País (100 ton/ha). O teor de sacarose é pequeno por falta de pesquisa e experimentação no setor, para indicação de melhores variedades.

A produção açúcar/ha é de 6.150 kg em Santa Catarina, para uma média nacional de aproximadamente 4.000 kg.

A industrialização é feita por cinco usinas com capacidade instalada de um milhão de sacos.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1 000 00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	28.647	6,0	2,1	890.103	3,7	1,5	31.071	461	13,8	5,7
1962	31.693	6,2	2,2	877.944	3,4	1,4	27.706	821	15,6	4,1
1963	33.712	6,3	2,2	1.039.394	4,0	1,6	30.832	1.718	19,1	7,1
1964	32.257	5,7	2,1	1.051.952	3,8	1,6	32.612	2.663	12,1	4,7
1965	38.648	5,8	2,3	1.277.004	3,6	1,7	33.042	6.117	18,2	7,3
63/65	34.872	5,9	2,2	1.122.783	3,8	1,6	32.197	3.499	16,3	6,4

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A cana-de-açúcar apresenta em Santa Catarina boa produção por área (100 ton/ha), mas o teor da sacarose é baixo, prejudicando o rendimento industrial das usinas de açúcar;

Falta pesquisa e experimentação sôbre variedades mais indicadas, adubação, tratos culturais;

Falta de assistência técnica e creditícia;

Falta de organização dos produtores visando à aquisição de bens de produção e uso em comum da maquinaria agrícola.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação para desenvolver trabalho, visando a criar e estudar o comportamento de variedades altamente produtivas em pêso-área o teor de sacarose, como também realizar estudos relativos à correção de solo, emprêgo de fertilizantes, defesa sanitária e outros;
Zelar pela disseminação do plantio das variedades mais indicadas, colocando mudas ao alcance do produtor na época do plantio;
Capacitar em treinamentos rápidos os plantadores de cana;
Levar ao agricultor assistência técnica e creditícia, e zelar pela sua organização.

4. *Metas*

Elevar a produção futura ao mínimo de:
1968 — 1.679.147 t.
1969 — 1.833.629 t.
1970 — 2.002.323 t.
1971 — 2.186.536 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Produção de material básico para multiplicação (mudas)
Treinamento de plantadores de cana e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Disseminação do uso de variedades mais indicadas, zelando pela disponibilidade de mudas
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
Instituto do Açúcar e do Álcool
Pesquisa e experimentação
Produção de mudas
Assistência técnica especializada
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de mudas
Produção de insumos
Asistência técnica e creditícia
Disponibilidade de insumos e serviços

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/19 — UVA

1. *Justificativa*

A viticultura é a principal atividade do colono em inúmeros municípios do Vale do Rio do Peixe.

A produção das parreiras catarinenses contribui com mais de 10% da produção nacional e tem mercado nas indústrias locais de sucos ou vinhos e alcança para consumo "in natura" as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

O cultivo de uvas de castas finas para vinho e uvas de mesa está em franco desenvolvimento, visando ao abastecimento do mercado nacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — UVA
(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	4.956	7,8	7,6	42.689	9,8	9,5	8.614	374	8,9	8,5
1962	5.237	7,7	7,5	37.015	9,6	9,2	7.068	563	7,8	7,4
1963	5.544	8,1	7,9	44.195	9,0	8,7	7.972	1.227	7,3	6,9
1964	5.580	8,5	8,3	48.502	12,5	12,0	8.692	2.031	9,2	8,9
1965	5.976	8,9	8,7	54.467	10,2	9,9	9.114	3.552	7,7	7,5
63/65	5.700	8,5	8,3	49.055	10,4	10,1	8.593	2.270	8,0	7,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Os vinhedos catarinenses são, em sua maioria, de uva Isabel, transformada em vinho ou sucos ou remetida para venda "in natura" em São Paulo e Guanabara;

Aos poucos está se implantando a produção de uvas de mesa e videiras de castas finas para a produção de vinhos;

O maior problema é a presença da pérola da terra (Margarodes);

Mercado deficiente para a uva produzida em maior quantidade pela pequena capacidade da indústria de sucos, e pelo mercado limitado para o vinho produzido;

Falta de organização dos produtores para a aquisição dos bens de produção e venda da uva produzida;

Dificuldades no transporte e conservação da uva destinada à venda "in natura";

Práticas culturais nem sempre adequadas;

Uso limitado de corretivos, fertilizantes e práticas de conservação do solo;
Falta de pesquisa visando ao contrôle do Margarodes;
Deficiente orientação tecnológica à indústria de sucos e às cantinas.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação com vistas principalmente ao problema do *Margorodes;*
Orientar o desenvolvimento da indústria de suco de uva;
Propiciar transporte adequado e condições de armazenamento da uva destinada ao consumo "in natura";
Levar ao viticultor assistência técnica e creditícia e zelar pela sua organização, visando a uma comercialização adequada do produto colhido e disponibilidade dos fatôres de produção;
Propiciar financiamento adequado à produção da uva e à sua comercialização ou industrialização.

4. *Metas*

Aumento da produção para atingir os seguintes níveis mínimos:
1968 — 68.894 t.
1969 — 74.474 t.
1970 — 80.506 t.
1971 — 87.027 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Treinamento de viticultores e técnicos
Orientação técnica especializada
Defesa sanitária vegetal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Aparelhamento da Rêde Ferroviária Federal para o transporte da uva "in natura"
Crédito

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Orientação e fiscalização da produção de mudas
Organização dos produtores
Fomento

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de mudas
Produção de insumos
Industrialização da produção

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/30 — BOVINOCULTURA DE CARNE

1. *Justificativa*

A criação de gado de corte representa fator ponderável para a economia catarinense, contribuindo com mais de 5% da renda interna do setor primário.

A qualidade zootécnica dos plantéis das boas criações é elevada, criando-se no planalto catarinense as raças Charoleza, Hereford, Flamengo, Polled Angus, Aberdeen Angus, Devon, além de gado Indiano (Gir, Nelore, Guzerá e Indubrasil).

Parte dos rebanhos deixa a desejar quanto ao padrão zootécnico. A produção destina-se ao mercado catarinense.

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	t	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000,00	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	28.524	4,4	2,4	3.299	4,7	2,6
1962	32.167	5,0	2,7	6.235	5,7	3,1
1963	32.826	5,2	2,7	9.842	5,6	2,9
1964	33.364	5,1	2,6	18.181	5,4	2,7
1965	32.940	4,9	2,5	28.857	5,2	2,6
63/65	32.043	5,1	2,6	18.960	5,4	2,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A pecuária de corte representa 5,8% da renda interna, do setor primário, de Santa Catarina;
Apresenta um desfrute de 11%;
O rendimento por carcaça é baixo;
A adoção de práticas zootécnicas adequadas, melhor manejo e alimentação e defesa sanitária, poderiam duplicar o rendimento;
No inverno, a falta de alimentação leva à morte 10% dos rebanhos e causa perdas de pêso de 50 a 100 kg por animal;
O plantio de forrageiras de inverno, a silagem e a fenação são práticas raramente efetivadas;
A falta de alimentação adequada e a carência de sais minerais provocam uma baixa fertilidade;

Há disponibilidade de bons reprodutores nas criações especializadas mas, nos rebanhos gerais (90%), não é aproveitado êste material genético;
Há falta de orientação técnica e conhecimentos experimentais sôbre uso econômico de fertilizantes, corretivos e pastagens melhoradas.

3. *Objetivos*
Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação visando à determinação das forrageiras mais indicadas para as diferentes regiões do Estado, dos tratos culturais relativos à dos métodos de conservação mais apropriados para forragens na fase hibernal;
Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação, visando ao melhoramento zootécnico dos rebanhos, sua alimentação e manejo;
Promover a introdução de reprodutores melhorados nos rebanhos gerais e a seleção de ventres para a produção de mestiços industriais;
Promover o melhoramento zootécnico dos produtos das fazendas de criação pela introdução de reprodutores de alta linhagem e semen congelado;
Promover a seleção bovina e o registro genealógico das raças de corte e mistas nas fazendas de criação;
incentivar a produção de sementes de forrageiras;
Incentivar a formação de pastagens de inverno, uso de silagem e fenação, e sais minerais;
Capacitar o criador em treinamentos rápidos;
Levar ao criador assistência técnica e creditícia;
Orientar o combate ao endo e ectoparasitos e a profilaxia e combate às zoonoses.

4. *Metas*
Alcance da produção mínima seguinte:
1968 — 39.275 t.
1969 — 42.900 t.
1970 — 46.847 t.
1971 — 51.086 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidades*
5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Assistência técnica especializada
Treinamento de técnicos e criadores

Propriedades demonstrativas
Defesa sanitária animal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Inseminação artificial
Introdução de reprodutores
Assistência e promoção
Organização dos produtores
Produção de sementes e mudas de forrageiras e sua disseminação

5.3 *Iniciativa Privada*
Produção de reprodutores e sêmen
Produção de sementes
Registro Genealógico

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População Bovina:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	2,1
Bacia do Itajaí	13,7	0,3
Laguna	12,3	0,3
Rio do Peixe	10,5	0,2
Oeste	10,4	0,2
Campos de Lages	38,8	0,8
Outras Zonas	14,3	0,3

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/30 — BOVINOCULTURA DE LEITE

1. *Justificativa*

A produção leiteira é uma atividade tradicional na pequena propriedade que caracteriza a agricultura catarinense, com destaque no Vale do Itajaí.

Ocupa posição de relêvo na economia do Estado, representando 10,8% da renda interna do setor primário.

O produto se destina ao consumo "in natura" e à transformação industrial.

O parque industrial laticinista de Santa Catarina, instalado principalmente no Vale do Itajaí, possui uma capacidade ociosa de 50%, por falta de matéria-prima.

PRODUÇÃO DE LEITE

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	QUANTIDADE			VALOR		
	1.000 litros	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	215.425	10,5	4,2	3.002	9,4	3,9
1962	211.979	9,9	4,0	4.241	8,5	3,4
1963	225.125	10,4	4,2	7.393	8,8	3,5
1964	262.426	10,4	4,3	19.498	9,5	3,9
1965	266.756	9,8	4,0	28.129	9,0	3,8
63/65	251.436	10,2	4,2	18.340	9,1	3,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A exploração de gado leiteiro é uma constante em tôdas as pequenas propriedades catarinenses e é fator de equilíbrio destas;
Há mercado em Santa Catarina tanto para consumo "in natura" como para indústria;
As variações estacionais não têm permitido o uso pleno do parque industrial instalado;
A disseminação da produção e a falta de organização dos produtores têm dificultado a coleta do leite e prejudicado a sua qualidade no local de industrialização;
A baixa produtividade do rebanho catarinense está estreitamente relacionada com as práticas de alimentação e manejo;

O rebanho é constituído, em sua maioria, por animais sem especialização funcional e cuja média anual de produção não ultrapassa a 900 litros;
A falta de organização da produção e dos produtores tem tornado a exploração leiteira pouco lucrativa, dificultando a assistência técnica e creditícia;
As condições ecológicas são extremamente favoráveis à exploração leiteira.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação, visando a determinação das forrageiras mais indicadas para as diferentes regiões do Estado, dos tratos culturais relativos e dos métodos de conservação mais apropriados para forragens na fase hibernal;
Proporcionar recursos à pesquisa e Experimentação, visando o melhoramento zootécnico dos rebanhos e na alimentação e manejo;
Estimular o contrôle da produção e o registro genealógico;
Estimular o uso da inseminação artificial com semen refrigerado ou congelado, de reprodutores de qualidade comprovada;
Proporcionar financiamento para aquisição de reprodutores e matrizes leiteiras;
Proporcionar financiamento para equipamento de laticínios, preferencialmente a organização de produtores;
Disseminar o plantio de forrageiras adequadas a cada região e o uso de silagem e fenação;
Propiciar a erradicação ou contrôle das zoonoses que afetam os rebanhos;
Promover o treinamento de técnicos e criadores, visando à alimentação e manejo dos rebanhos, ao aproveitamento do leite e à organização dos produtores;
Levar ao criador assistência técnica e creditícia e zelar pela sua organização;
Facilitar a formação de pastagens artificiais com os trabalhos de mecanização.

4. *Metas*

Elevar a produção aos seguintes níveis mínimos:

1968 — 313.257 mil litros
1969 — 340.179 " "
1970 — 369.074 " "
1971 — 400.039 " "

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Assistência técnica especializada
Inseminação artificial
Treinamento de técnicos e criadores
Inspeção da produção
Defesa sanitária animal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito
Comercialização

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Assistência veterinária
Inseminação artificial
Organização dos produtores

5.3 *Outros Órgãos*
Projeto de gado leiteiro — UBL.
Contrôle leiteiro
Melhoramento zootécnico
Melhoramento da alimentação e manejo
Assistência técnica
Revenda de reprodutores e matrizes
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Registro genealógico
Produção de reprodutores
Produção de insumos
Industrialização

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/31 — SUINOCULTURA

1. *Justificativa*

A suinocultura representa a atividade agropecuária mais importante para a economia do Estado de Santa Catarina, contribuindo com 20% da renda interna do setor primário do Estado.

Sôbre essa atividade se alicerça uma indústria das mais bem aparelhadas do País, cujos produtos são disputados no mercado nacional.

O rebanho suíno catarinense, com um efetivo de mais de 5.000.000 de animais, representa 8,5% da produção nacional.

PRODUÇÃO DE CARNE DE SUÍNOS E PRESUNTOS

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	QUANTIDADE			VALOR		
	t	% em relação à Região	% em relação ao Brasil	NCr$ 1.000	% em relação à Região	% em relação ao Brasil
1961	16.485	15,1	8,3	2.216	16,2	9,6
1962	18.626	14,1	8,0	3.690	16,4	9,5
1963	16.589	13,2	7,2	6.021	15,3	8,7
1964	17.456	14,2	7,6	11.843	15,8	8,9
1965	17.043	13,6	7,2	17.258	14,3	8,0
63/65	17.029	13,7	7,3	11.724	15,1	8,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Santa Catarina possui um efetivo de 5.379 milhões de suínos, o que representa (IBGE-1966) 8,5% do rebanho nacional;
Dêsse total, 51% se concentram na zona do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina;
A suinocultura participa em mais de 20% da renda do setor primário e 10% da renda global do Estado;
Melhores reprodutores, em número suficiente para a demanda;
Melhor manejo;
A alimentação racional em muito aumentaria o desfrute do rebanho, que se apresenta baixo;
O problema da comercialização apresenta-se como maior entrave ao desenvolvimento da suinocultura havendo épocas em que é mais econômico vender milho-base da alimentação do porco que alimentá-lo;

Há necessidade do melhoramento dos conhecimentos do criador, capacitando-o de orientar com mais segurança sua exploração pecuária.

3. *Objetivos*

Treinamento de criadores em Unidades Didáticas;
Instalação e funcionamento de "Estações de Avaliação de Suínos e Testes de Alimentação e Cruzamento";
Produção de reprodutores em trabalhos cooperativos com produtores particulares;
Assistência técnica e creditícia;
Estabelecer, junto à indústria, o processo de tipificação de carcaças.

4. *Metas*

Alcançar na produção as quantidades mínimas seguintes:

1968 — 18.271 t.
1969 — 18.945 t.
1970 — 19.693 t.
1971 — 20.442 t.

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Estações de avaliação
Assistência técnica especializada
Treinamento de técnicos e criadores
Tipificação das carcaças
Defesa sanitária animal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Produção e disseminação de reprodutores:
Organização dos produtores
Fomento e assistência

5.3 *Outros Órgãos*
ACARESC — Extensão Rural

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de reprodutores
Produção de insumos

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População Suína:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

(Média do triênio 1962/64)

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
SANTA CATARINA	100,0	8,5
Bacia do Itajaí	15,5	1,3
Laguna	10,2	0,9
Rio do Peixe	28,8	2,4
Oeste	22,8	1,9
Campos de Lages	10,2	0,9
Outras Zonas	12,5	1,1

Fonte: IBRE — FGV

22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

22/33 — OVINOCULTURA

1. *Justificativa*

As condições ecológicas do planalto catarinense são excelentes para a ovinocultura e o seu desenvolvimento serve à consolidação da pecuária, pois sua presença não é concorrente, mas complemento da criação de gado de corte na região.

A lã e a carne têm mercado garantido no Estado e o crescimento da produção de lã poderá ser transformado em divisas para o País.

PRODUÇÃO E VALOR DE CARNE E LÃ

(1961/65 e média 1963/65)

	CARNE						LÃ					
	PRODUÇÃO			VALOR			PRODUÇÃO			VALOR		
ANO	QDE t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	NCR$ 1.000	% em relação à região	% em relação ao Brasil	QDE	% em relação à região	% em relação ao Brasil	NCR$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	137	1,4	0,5	13	2,0	0,7	206	0,8	0,8	33	0,5	0,5
1962	154	1,5	0,6	21	1,9	0,6	218	0,9	0,9	62	0,3	0,3
1963	160	1,6	0,6	34	1,9	0,6	221	0,8	0,8	83	0,2	0,2
1964	150	1,3	0,5	56	1,4	0,5	240	0,8	0,8	198	0,4	0,4
1965	143	1,0	0,4	81	1,2	0,4	271	0,9	0,9	329	0,6	0,6
63/65	151	1,3	0,5	57	1,5	0,5	244	0,8	0,8	203	0,4	0,4

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

O planalto catarinense tem condições ideais para ovinocultura;
Recentemente a atividade tomou nôvo e grande impulso com introdução de reprodutores;
Há necessidade de adoção de práticas zootécnicas e de defesa sanitária, melhor manejo e alimentação;
A ovinocultura é atividade complementar na área de pecuária de corte.

3. *Objetivos*

Proporcionar recursos à pesquisa e experimentação visando ao melhoramentos zootécnico dos rebanhos, sua alimentação e manejo;
Promover a introdução de reprodutores melhorados e a inseminação artificial;
Formar pastagens de inverno;
Produzir feno e silagem;
Orientar o combate aos endo e ectoparasitos e a profilaxia e combate às zoonoses;

Capacitar os criadores em treinamentos rápidos;
Levar assistência técnica e creditícia ao criador.

4. *Metas*
Atingir a produção mínima de carne e lã ovinas em tôrno de:

Carne	*Lã*
1968 — 148 t	310 t
1969 — 161 t	334 t
1970 — 174 t	363 t
1971 — 187 t	394 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Assistência técnica especializada
Treinamento de técnicos e criadores
Propriedades demonstrativas
Defesa sanitária animal
Órgãos de Administração Indireta
Organização dos produtores
Crédito

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Inseminação artificial
Introdução de reprodutores
Produção de sementes e mudas de forrageiras
Assistência e promoção

5.3 *Iniciativa Privada*
Produção de reprodutores
Produção de sementes
Registro genealógico

50.4.22 — ESTADO DE SANTA CATARINA

1. *Diagnóstico:*

1.1. Santa Catarina foi um Estado eminentemente florestal, estando hoje com suas massas arbóreas naturais de produção em plena regressão. No passado, mais de 2/3 de sua superfície eram florestas com madeiras do maior valor tecnológico e econômico, incluídas nos tipos de formações naturais da Floresta Tropical Atlântica, da Floresta Subtropical Interior e da Floresta Subtropical de Araucárias. Também possui a formação natural herbácea dos Campos, de capacidade de uso para pecuária.

1.2. A degradação das florestas de Santa Catarina teve como fundamento a exploração irracional, exclusivamente seletiva comercial e a diminuição de suas florestas teve por causa, com freqüência, a procura de terras que permitiram o avanço pujante, ainda que irracional, da agricultura, a pecuária e criação de povoados, vilas e cidades. Tanto o progresso agrícola como o pecuário sôbre as florestas se realizou geralmente sem conhecer-se, prèviamente, a capacidade de uso dos solos. Em muitos casos os rendimentos decresceram muito rápido, porque as terras não eram agrícolas, determinando o progressivo abandono das superfícies, para seguir o avanço, com a destruição de novas superfícies florestais. Assim, até o presente, de 1.350.000 ha de "pinheirais" que havia em Santa Catarina em 1955 (segundo estimativa estadual), apenas existe hoje a décima parte dêsse total, com florestas de Araucária de produção.

1.3. Assinala-se que apenas resta a décima parte da área de "pinheirais" de 1955, em bosques de produção, porque foram estas massas as que mais sofreram já que, ainda que a floresta esteja presente em muitos casos, a realidade é que perdeu valor, devido à extração das árvores de madeiras mais valiosas, em especial a *Araucária*.

1.4. Se lamentável foi a destruição e exploração irracional das florestas, também resulta irracional a utilização da *Araucária* em diâmetros superiores aos 20 cm na indústria de celulosa. Esta atividade requer material arbóreo de 3 a 20 cm de diâmetro. Quando são utilizadas toras com diâmetros superiores aos citados, necessário se faz dividi-las longitudinalmente, em porções menores. Equivale a dizer que se destroem, assim, toras de muitos anos e mais apropriadas para outras indústrias florestais, como serrarias, laminado, etc.

1.5. E tôda esta situação torna-se mais lamentável, se levar em conta que cêrca de 30 por cento da receita tributária estadual provêm da exploração florestal e atividades correlatas. O significado econômico e social da indústria madeireira de Santa Catarina é de tal monta

que, por exemplo, em 1962, havia 14.462 pessoas ocupadas em tais atividades. O grau de expansão da indústria madeireira foi tal que, de 581 estabelecimentos madeireiros registrados, com 3.223 operários em 1940, se chegou a 2.167 estabelecimentos com 14.357 operários, em 1960.

1.6. Quanto ao reflorestamento, deve dizers-e que também, neste Estado, êle se realiza em ritmo diminuto, já que se estimam reflorestados em todo o Estado uns 20.000 ha. Deveria haver dez vêzes mais em pleno desenvolvimento para responder ao efetivo, progressivo e permanente bem-estar econômico e social do Estado. No presente, são reflorestadores estimuláveis várias instituições privadas, oficiais estaduais e o ex-I.N.P.

2. *Objetivos:*

Pela situação atual descrita, êste Estado deve ser provedor mediano de madeiras provenientes de suas florestas naturais. É, em troca, mais pròpriamente, um Estado de maior futuro como reflorestador, dadas as extraordinárias possibilidades que apresenta o desenvolvimento rápido de espécies arbóreas do mais alto valor industrial. Tendo em conta êstes objetivos, as diretrizes a cumprir serão:

2.1 Realizar o inventário florestal das massas florestais naturais, com o fim de verificar a efetiva existência de madeira em geral e de *Araucária* em especial. Com tais conhecimentos, encarar as extrações de maneira racional, tratando de aumentar ao máximo o número de madeiras de diversas espécies Latifoliadas a extrair, com o fim de diminuir racionalmente a exploração de *Araucária*. Assim se aumentará o uso de outras espécies e se prolongará, também razoàvelmente, a duração da produção da Conífera indígena, em seus diâmetros maiores.

2.2. Convirá racionalizar o uso das madeiras em geral e da *Araucária* em especial, tratando-se de evitar, ao máximo possível, envio de toras de diâmetros superiores a 20 cm para as fábricas de celuloses e papeis.

2.3. Determinar a capacidade de uso dos solos de maneira a conservar com florestas aqueles indicados, que não devem ser destruidos para fins agrícolas ou pecuários.

2.4. Promover, ao máximo possível, na grande, média e pequena propriedade agropecuária, o reflorestamento, na forma de cortinas florestais de proteção agrícola e produção florestal; de cortinas e maciços florestais de proteção pecuária e produção florestal; enfim, de grandes massas arbóreas industriais, tendendo, em todos os casos, à provisão de madeira às indústrias florestais.

2.5. Será conveniente adquirir áreas representativas das formações florestais naturais remanescentes, com o objetivo de perpetuar as espécies interessantes, em especial a *Araucária angustifolia* com o fim de garantir uma fonte de produção de sementes

Será de grande valor para a economia florestal do Estado a aquisição de áreas degradadas, para efetuar diretamente seu reflorestamento.

3. *Ação do Ministério da Agricultura:*

O I.B.D.F. é o órgão do Ministério ao qual competirá o desenvolvimento dos objetivos enumerados. E poderá contar, com efeito, com a colaboração do órgão estadual especializado para lograr assim o progresso econômico-social que pode derivar de uma bem planejada e coordenada ação florestal, como complemento do desenvolvimento agropecuário de Santa Catarina.

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(Maio de 1967)

Órgãos / *Dependências*	SECRETARIA GERAL DA AGRICULTURA						
	DPA	DPEA	DDIA	DE	SM	DFA	*Total*
Delegacia	—	—	—	—	—	1	1
Agência	1	—	—	—	—	—	1
Inspetoria	—	—	2	—	—	—	2
Faz. Reg. Criação	1	—	—	—	—	—	1
Est. Experimental	—	1	—	—	—	—	1
Pôsto Agropec....	14	—	—	—	—	—	14
Est. Climatológica	—	—	—	—	14	—	14
Est. Enologia	—	2	—	—	—	—	2
Res. Agrícola	5	—	—	—	—	—	5
P a t r. Mecanizada	2	—	—	—	—	—	2
Oficina	1	—	—	—	—	—	1
Campo s/mudas ..	1	—	—	—	—	—	1
Pôsto Inst. Artif. ..	2	—	—	—	—	—	2
Pôsto Fruticultura	2	—	—	—	—	—	2
Pôsto Met. Agrário	—	—	—	—	—	1	1
Pôsto Meteorologia	—	—	—	—	—	1	1
Pôsto D.S.V.	—	—	5	—	—	—	5
Pôsto D.S.A.	—	—	11	—	—	—	11
Pôsto de Sipama ..	—	—	5	—	—	—	5
Pôsto de Classificação e Fiscalização	—	—	3	—	—	—	3
TOTAL	29	3	26	—	16	1	75

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

40 - ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS, AUTÁRQUICOS E PRIVADOS RELACIONADOS COM A AGROPECUÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

(Maio de 1967)

Federais (Ministério da Agricultura)				ESTADUAIS		AUTÁRQUICOS		PRIVADOS	
Admistração Direta		Administração Indireta							
ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências
DFA	1	IBRA	1	Sec. Agr	—	IRASC	—	ACARESC	96
DPA	29	INDA	1	Pref.	—	—	—	—	—
DPEA	3	IBDF	1	—	—	—	—	—	—
DDIA	26	SUNAB	1	—	—	—	—	—	—
DE	—	COBAL	1	—	—	—	—	—	—
SM	16	CIBRAZEM	1	—	—	—	—	—	—

Obs. Dados preliminares em fase de revisão

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Maio de 1967)

Denominação	*Delegacia*	*Seção*	*Total*
IBRA	—	1	1
INDA	1	—	1
IBDF	1	—	1
SUNAB	1	—	1
COBAL	1	—	1
CIBRAZEM	1	—	1
CFP	—	—	—
SUDEPE	—	—	—
TOTAL	5	1	6

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

41 — EXISTÊNCIA DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(Maio de 1967)

ÓRGÃO / FUNÇÃO	DPA		DPEA		DE		DDIA		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agrônomos	18	1	6	1	—	—	6	—	—	—	2	—	32	2	34
Veterinários	2	—	—	—	—	—	14	3	—	—	—	—	16	3	19
Economista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Contadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros Técnicos	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Burocratas	28	4	9	1	—	—	15	4	1	—	9	1	62	10	72
Pessoal de Campo e Trabalhadores	221	31	99	18	—	—	150	36	19	2	9	—	498	87	585
TOTAL	270	36	114	20	—	—	185	43	20	2	20	1	609	102	711

+) Inclusive Pessoal Temporário

Obs. Dados Preliminares, em Fase de Revisão.

41 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RELAÇÃO PROPORCIONAL ENTRE AS VÁRIAS CLASSES DO TOTAL DE PESSOAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(Maio de 1967)

DISCRIMINAÇÃO	RELAÇÃO PROPORCIONAL
Agrônomos/Burocratas	1/3
Veterinários/Burocratas	1/5
Outros Técnicos/Burocratas	1/90
Agrônomos/Pessoal de Campo e Trabalhadores ..	1/17
Veterinários/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/30
Outros Técnicos/Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/566
Burocratas/Pessoal de Campo e Trabalhadores ..	1/6

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

41 - NECESSIDADES DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(Maio de 1967)

FUNÇÃO	DPA		DPEA		DDIA		DE		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agrônomos	7	—	7	—	7	—	1	—	1	—	2	—	25	—	25
Veterinários	2	—	2	—	12	—	—	—	—	—	2	—	18	—	18
Economistas	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	1	—	3	—	3
Contadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	—	2
Outros Técnicos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Burocratas	23	—	20	—	33	—	5	—	2	—	12	—	95	—	95
Pessoal de Campo e Trabalhadores	50	—	50	—	72	—	5	—	15	—	6	—	208	—	208

+) Inclusive Pessoal Temporário.

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42-TRATORES EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(Maio de 1967)

ÓRGÃOS / TRATORES																		
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Valmet-Pneu-360-D 1963	36	-	-	-	-	-												
John Deere-Pneu-R -	-	1	-	-	1	-												
Tobatta-KF-KF-ONR- 5/64	6	-	-	-	-	-												
Fordson Major 1957	-	2	-	-	-	-												
14 de Outubro-esteira 1966	6	-	-	-	-	1												
Allys Chalmers-W.D. Pneu 1948	-	1	-	1	-	-												
Ford-8N-Pneu 1949	-	1	-	1	-	-												
Oliver-66-esteira 1950	-	1	-	-	-	-												
Fiat - Pneu 1948	-	1	-	-	-	-												
Sidney-Power-Pneu 1948	-	1	-	-	-	-												
Krammer-KA-330-Pneu/50	-	1	-	-	-	-												
Internacional-TD-9-esteira -	-	-	-	-	-	1												
TOTAL	48	9	-	2	1	2												

(+) B — BOM
R — Recuperável
I — Irrecuperável

Obs. - Dados preliminares, em fase de revisão.

42 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS EXISTENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(Maio de 1967)

Discriminação	*Bons*	*Recuperáveis*	*Irrecuperáveis*
Preparo do Solo	17	5	—
Plantio	8	3	—
Tratos culturais	7	2	—
Combate a pragas e doenças	—	—	—
Colheita	7	2	—
Beneficiamento	—	—	—
Oficinas Mecânicas	—	—	—
Estações de Radiotelegrafia ou Fonia	—	—	—
Estações Climatológicas	—	—	—
Laboratórios	—	—	—
Usinas de Eletricidade	—	—	—
Serrarias	—	—	—
Outros	1	—	—

Obs.: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42 - VEÍCULOS EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (†) NO ESTADO DE STA. CATARINA

(Maio de 1967

DISCRIMINAÇÃO	D.P.A.			D.P.E.A.			D.D.I.A.			D.E.			S.M.			D.F.A.			TOTAL		
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Autos	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	3	—	—
Caminhões	8	3	3	1	2	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	6	3
Camionetas	10	2	5	4	3	1	12	5	3	—	—	—	—	—	—	1	1		27	11	9
Jeeps	—	2	2	—	1	2	8	9	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	12	9
Ônibus	—	—	—	1	—	—	—	-	—	—	—	-	—	—	—	—	—	—	1	—	—

(†) B - BOM
R - Recuperável
I - Irrecuperável

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão

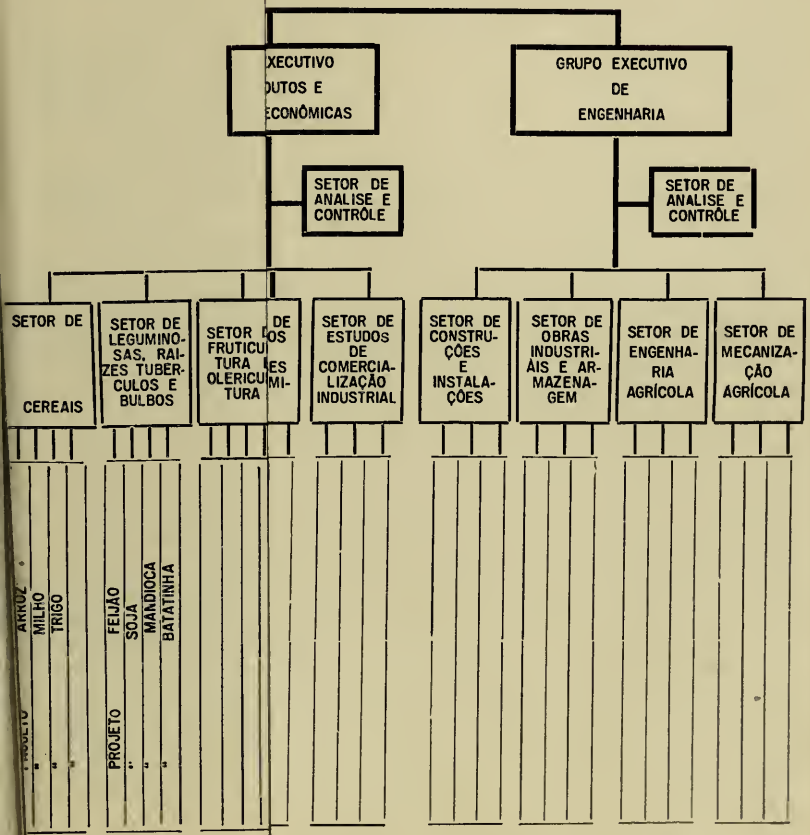
ORGANOGRAMA DA DIRE

SANTA CAT

EM

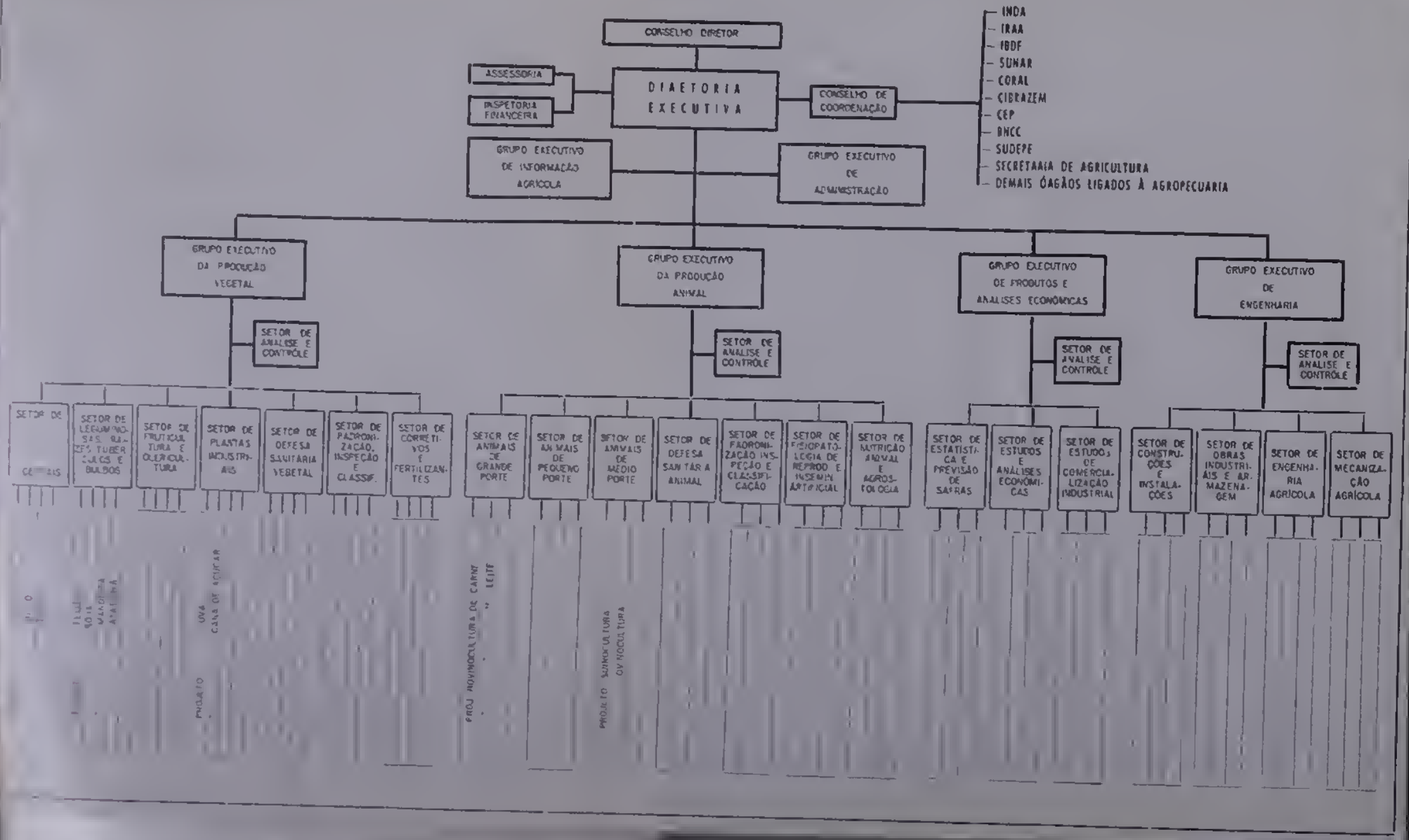
ARIA DE AGRICULTURA

ÓRGÃOS LIGADOS À AGROPECUARIA



ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA EXECUTIVA

SANTA CATARINA



23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/1 — ARROZ

1. *Justificativa*

A cultura destaca-se no Estado em 3 aspectos: produção, industrialização e comercialização. Representa um movimento econômico-financeiro da ordem de 20% da renda agrícola do Estado e 8% da renda global. Por outro lado, o Rio Grande do Sul é responsável por 20% da produção nacional.

Finalmente, o que é mais importante, por ser um sistema de lavoura irrigada, garante o suprimento nacional em circunstâncias climáticas adversas à produção do arroz de sequeiro em outras Unidades do País.

O Rio Grande do Sul tem se constituído no único Estado produtor de arroz a reunir condições para exportação, mercê de sua alta produção, que ultrapassa em muito ao consumo, além da boa qualidade e classificação do produto, o que o torna muito aceito no mercado internacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1 000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	355.581	28,6	11,2	1.090.099	44,1	20,2	3.066	13.442	40,4	19,9
1962	377.452	29,7	11,3	1.169.798	46,7	21,0	3.099	26.500	34,4	16,1
1963	385.338	27,6	10,3	1.275.304	46,6	22,2	3.309	60.768	38,8	19,9
1964	391.339	25,4	9,3	1.180.661	46,0	18,6	3.017	110.281	45,9	22,6
1965	449.561	26,5	9,7	1.304.210	41,8	17,2	2.901	136.447	46,9	21,7
63/65	408.746	26,5	9,8	1.253.392	44,6	21,0	3.066	102.499	44,7	21,6

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Custo da produção gravado principalmente pelo preço da maquinaria, fertilizantes e corretivos;
A insuficiência de semente certificada de arroz constitui um grande entrave à maior expansão e produtividade da lavoura orizícola;
Mecanização quase total;
A maior parte da lavoura é plantada com variedades indicadas pela pesquisa;
Há necessidade do emprêgo de fertilizantes e calcário;
75% da lavoura são explorados em terras arrendadas, a preços elevados.

3. *Objetivos*

Criação de condições para a melhoria do uso da terra, principalmente visando a drenagem, o maior uso de irrigação por gravidade, correção e fertilização do solo, rotação de culturas e diversificação da produção nas zonas orizícolas;
Contrôle das plantas invasoras, principais doenças e pragas;
Execução de um plano racional de produção de sementes;
Uso de variedades de ciclo mais curto;
Continuidade e intensificação dos trabalhos de pesquisas;
Adequação do sistema de crédito às reais necessidades da lavoura;
Manutenção e aperfeiçoamento do atual sistema de comercialização com a participação efetiva do Instituto Rio-Grandense do Arroz, no mercado interno e externo.

4. *Metas*

Instalação de lavouras demonstrativas;
Revenda de sementes melhoradas (certificadas e selecionadas);
Recuperação de terras em esgotamento, através de adubação e rotação de culturas;
Aumento da produtividade e barateamento do custo de produção;

Atingir a seguinte produção mínima:

1968 — 1.494.852 t
1969 — 1.601.664 t
1970 — 1.713.464 t
1971 — 1.830.596 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Revenda de sementes melhoradas.
Pesquisa e Experimentação.
Defesa sanitária vegetal.
Órgãos de Administração Indireta
SUNAB, COBAL e CFP — Regular o mercado; comercialização.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Multiplicação de sementes básicas.
Introdução de novas técnicas de cultivo.
Revenda de sementes.
Pesquisa e experimentação.

5.3 *Outros Órgãos*
IRGA — Assistência técnica
— Extensão Rural.
ASCAR — Práticas demonstrativas.

5.4 *Iniciativa Privada*
Beneficiamento.
Comercialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	20,6
Litoral	9,4	1,9
Depressão Central	38,0	7,8
Missões	9,3	1,9
Campanha	11,2	2,3
Encosta do Sudeste	20,6	4,2
Encosta Inferior do Nordeste ..	5,0	1,0
Outras Zonas	6,5	1,5

Fonte: IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/5 — MILHO

1. *Justificativa*

Embora produzindo quase 20% do milho brasileiro, o consumo no Estado é de tal volume que há necessidade de aquisição em outras regiões. O produto é de grande importância para a economia local, pois participa no mínimo, em 65% na formação das rações para alimentação dos suínos e outros animais domésticos. Cêrca de 300.000 famílias cultivam o milho no Rio Grande do Sul, sendo a produção utilizada na alimentação humana e de animais, transformando o produto em carne, ovos, leite e gordura, ou vendida para o comércio e indústria. É a cultura de maior importância econômico-social do Estado. O rendimento é baixo em relação ao de outros países, mas acima da média brasileira.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — MILHO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1,000 00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	1.281.604	36,7	18,6	1.765.006	33,3	19,5	1.377	14.735	58,9	21,4
1962	1.361.531	36,1	18,5	1.870.590	32,8	19,5	1.374	26.714	50,8	18,8
1963	1.403.915	34,3	17,7	1.947.839	31,1	18,7	1.387	32.662	33,4	18,0
1964	1.420.298	33,8	17,5	1.773.764	32,1	18,8	1.249	80.567	38,5	21,4
1965	1.577.577	34,5	18,0	2.243.859	30,7	18,5	1.422	120.401	34,0	19,1
63/65	1.467.263	34,2	17,7	1.988.487	31,3	18,7	1.353	77.877	35,3	19,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Falta de umidade por ocasião do florescimento;
Não utilização de fertilizantes, implicando no não aproveitamento da capacidade produtiva dos híbridos;
Uso corrente de sementes de variedades de polinização aberta de baixa produtividade;
Espaçamento e densidade de semeadura inadequados a uma melhor produção;
Insuficiência de armazenamento nas zonas produtoras;
Contrôle ineficaz das pragas, doenças e plantas invasoras.

3. *Objetivos*

Aumento da produtividade nas áreas existentes e o aumento da produção pela extensão do cultivo de novas áreas;
Incentivo à iniciativa privada na produção de sementes melhoradas;

Estímulo à pesquisa tecnológica e sua difusão, visando à elevação dos rendimentos e a redução dos custos de produção;
Política de preços e estímulos à melhoria da comercialização, de molde a garantir bases econômicas mais sólidas à cultura;
Estímulos à exportação e industrialização.

4. *Metas*

Aumento do rendimento médio por hectare;
Aumento da área de cultivo;
Aumento da produção, prevendo, inclusive, a alimentação para o aumento da produção de suínos;
Alcançar a produção mínima futura de:

1968 — 2.456.800 t
1969 — 2.594.995 t
1970 — 2.890.810 t
1971 — 3.114.290 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação, com a SA
Defesa sanitária vegetal, com a SA
Reuniões com os agricultores.
Revenda de máquinas agrícolas e sementes.
Instalação de lavouras demonstrativas.
Órgãos de Administração Indireta
SUNAB — Abastecimento.
CFP — Comercialização.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Pesquisa e experimentação
Reuniões com os agricultores
Informação agrícola
Multiplicação de sementes

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Lavouras demonstrativas.
Reuniões com os agricultores.
Informação agrícola.
Multiplicação de sementes.
BB e outros bancos: Crédito e Financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção e venda de sementes melhoradas.
Comercialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%)

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	19,0
Encosta Inferior do Nordeste ..	13,8	2,6
Alto Uruguai	35,2	6,7
Campos de Lima da Serra	6,3	1,2
Planalto Médio	14,3	2,7
Encosta Superior do Nordeste ..	10,3	2,0
Outras Zonas	20,1	3,8

Fonte: IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/6 — TRIGO

1. *Justificativa*

A prioridade para a cultura é plenamente justificada por ser o produto alimento básico para as populações, estando a sua produção, em todo o País, muito aquém das necessidades do consumo interno. Sua importação tem promovido uma acentuada evasão de divisas, ocupando o trigo, neste aspecto, o segundo lugar, logo em seguida ao petróleo.

Em 1966 a importação de trigo atingiu a 2.179.000 toneladas. A produção nacional tem sido em tôrno de 10% do consumo.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO
(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	832.176	81,5	81,4	397.664	73,1	73,0	478	8.743	72,7	72,6
1962	544.533	73,4	73,2	520.695	74,0	73,8	956	21.238	74,6	74,5
1963	600.251	75,8	75,6	262.909	67,3	67,0	438	16.961	68,1	67,9
1964	541.581	73,9	73,8	477.929	74,5	74,3	882	68.365	76,4	76,3
1965	571.111	74,6	74,4	420.575	72,0	71,8	736	82.165	73,6	73,4
63/65	570.981	74,8	74,6	387.132	71,2	71,0	685	55.830	72,7	72,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/MA.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

O alto custo dos bens de produção é um dos fatôres limitantes da expansão da cultura;

Presentemente ocorre uma estagnação no processo de renovação da maquinaria, havendo grande deficiência de máquinas colheitadeiras. A cultura é altamente mecanizada;

Produção de sementes melhoradas satisfatòriamente equacionada;

Comercialização adequadamente estruturada;

Transportes caros impedem uma maior utilização de adubos e corretivos;

A adubação não tem sido utilizada em escala razoável, o que dificulta o desenvolvimento da cultura.

3. *Objetivos*

Prosseguimento e aperfeiçoamento do atual plano de produção de sementes;
Aparelhamento dos órgãos de pesquisa, especialmente na parte referente à formação e condições de trabalho para técnicos especializados;

Maiores facilidades para importação e aquisição de máquinas de colheita, enquanto a indústria nacional não tiver condições de atender à demanda sempre crescente;
Continuidade e ajustamento da política de preços e de financiamento às reais condições da lavoura;

Melhoria das condições de armazenamento, pela ampliação da rêde de silos e armazéns oficiais e através de estímulos à iniciativa privada, especialmente às cooperativas.

4. *Metas*

Plantio de semente básica das novas e melhores variedades;
Revenda de sementes certificadas;
Aumento da produtividade;
Atingir a produção mínima de:

1968 — 547.066 t

1969 — 598.490 t

1970 — 655.346 t

1971 — 716.949 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito às cooperativas.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal.

5.3 *Outros Órgãos*

Banco do Brasil: Crédito e Comercialização.

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção e distribuição de sementes, através das cooperativas.
Estímulo à pesquisa e experimentação.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	72,4
Depressão Central	13,2	9,5
Missões	8,3	6,0
Campanha	2,5	1,8
Serra do Sudeste	5,4	3,9
Alto Uruguai	22,9	16,6
Campos de Lima da Serra	10,3	7,5
Planalto Médio	22,6	16,4
Encosta Inferior do Nordeste ...	4,1	3,0
Encosta Superior do Nordeste ..	9,6	7,0
Outras Zonas	1,1	0,7

Fonte: IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/7 — FEIJÃO

1. *Justificativa*

O feijão é cultura tradicional no Rio Grande do Sul, constituindo-se em um dos elementos básicos na alimentação dos rio-grandenses e, sob êste aspecto, esta cultura tem grande significação social, por se refletir diretamente na alimentação de grande parcela da população. A produção no Estado, nos últimos anos, sofreu significativo incremento. A produção por habitante, por ano, é de 30 kg e a exportação para outros Estados é bastante expressiva; conclui-se que a produção está aquém das necessidades atuais, não obstante o aumento progressivo da mesma. O Rio Grande do Sul ocupa o 4.º lugar na produção nacional, ultrapassado, apenas, por Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — FEIJÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	176.442	19,0	6,8	150.971	20,5	8,6	856	2.655	19,0	7,1
1962	190.144	19,7	7,0	163.364	21,8	9,5	859	4,525	13,2	4,8
1963	195.520	17,3	6,5	173.978	19,0	9,0	890	9.962	16,0	7,3
1964	210.742	17,7	6,7	173.443	18,4	8,9	823	13.652	18,1	7,6
1965	243.644	19,5	7,4	230.081	21,1	10,0	944	23.710	20,9	7,3
63/65	216.635	18,2	6,9	192.501	19,5	9,3	888	15.775	18,3	7,4

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Baixo rendimento, com baixo índice tecnológico. Cultura praticada quase que exclusivamente por pequenos produtores;
Tendência ao decréscimo.
Os trabalhos de pesquisas iniciais, com resultados promissores, não alcançaram ainda a lavoura.
Os preços ao produtor são inadequados e é acentuada a variação estacional dos mesmos.
Armazenamento insuficiente ao nível do produtor.

3. *Objetivos*

Melhoramento e maior utilização de terras para o cultivo, com vistas ao aumento da produção.
Continuidade e intensificação dos trabalhos de pesquisa e produção de sementes.
Adequação da política de preços, padronização e comercialização.

Melhoria no setor de armazenamento.
Melhoria do estado fitossanitário da cultura.

4. *Metas*

Produção de sementes básicas.
Aquisição de sementes melhoradas.
Elevar a produção do Estado.
Armazenamento da produção.

Atingir a produção mínima de:

1968 — 295.720 t

1969 — 322.039 t

1970 — 350.700 t

1971 — 381.913 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgão de Administração Direta
Revenda de sementes e material agrícola.
Instalação de lavouras demonstrativas.
Assistência técnica extensionista.
Defesa sanitária vegetal.
Órgãos de Administração Indireta
CFP — Comercialização.

SUNAB — Abastecimento.

5.2 *Secretaria da Agricultura*

Instalação de lavouras demonstrativas.
Multiplicação de sementes básicas.
Aquisição de sementes.
Fomento à cultura.

5.3 *Outros Órgãos*

ASCAR — Instalação de lavouras demonstrativas.
— Divulgação, reuniões com agricultores e assistência técnica aos agricultores.

5.4 *Iniciativa Privada*

Produção de sementes melhoradas.
Comercialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio — 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	9,2
Encosta do Sudeste	5,4	0,5
Alto do Uruguai	42,7	3,9
Planalto Médio	6,8	0,6
Encosta Inferior do Nordeste ...	21,3	2,0
Outras Zonas	23,8	2,2

Fonte: IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/8 — SOJA

1. *Justificativa*

A soja é um produto de grande procura no mercado internacional. Só o parque industrial do Rio Grande do Sul absorve 80% da produção atual do Estado. O produto é uma boa fonte de divisas para a nação. Além disso, a soja é a cultura recomendada, por excelência, para rotação com o trigo. Ela se constitui em uma das vigas de sustentação da economia gaúcha. O bem equipado parque industrial de óleos que surgiu e cresceu paralelamente ao aumento de produção, passando de 60.000 toneladas de capacidade em 1957 para 360.000 toneladas em 1965, industrializou cêrca de 280.000 toneladas de grão na safra de 1966.

A exportação de soja em grão e farelo forneceu US$ 22.800.000,00, 1966. No corrente ano, a exportação gaúcha deverá ser de 140.000 toneladas de grão e 110.000 toneladas de farelo, que proporcionarão mais de US$ 25.000.000,00. O Rio Grande do Sul produz em tôrno de 90% do total nacional.

A cultura de soja é uma das mais importantes para o Brasil, pois fornece matéria-prima para o parque industrial de produtos alimentares oleaginosos e de rações e para a exportação.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — SOJA

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	227.155	94,7	94,3	252.556	93,5	93,0	1.112	3.297	94,5	93,9
1962	294.892	94,5	94,0	320.755	93,4	92,9	1.088	5.265	93,3	92,5
1963	318.298	94,2	93,7	294.828	91,8	91,3	926	9.713	93,8	93,3
1964	334.520	93,0	93,0	275.946	91,1	90,5	825	19.676	92,5	92,1
1965	386.452	91,1	89,5	463.153	88,9	88,5	1.198	49.548	91,0	90,9
63/65	346.423	92,9	92,1	344.642	90,6	90,1	995	26.312	32,4	92.1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Mecanização em boa escala, com utilização da maqüinaria empregada para o trigo; o custo da maquinaria é elevado, principalmente de combinadas automotrizes.

Nivel técnico com alguns avanços, principalmente quanto a contrôle de pragas e introdução de novas variedades.
Falta um plano de produção de sementes que atenda plenamente às necessidades.
Relação estreita entre custo de produção e preço de venda.
Escoamento entravado pela deficiência dos meios de transporte e instalações portuárias.
Elevadas despesas de exportação e mercado externo oscilante.
Prazo de financiamento muito curto para a aquisição de combinadas automotrizes.
Dificuldades de transporte ferroviário das zonas produtoras às indústrias e aos portos de embarque.
Instalações inadequadas dos portos de Pôrto Alegre e Rio Grande.
Insuficiente capacidade de armazenamento nos centros de produção e nos portos de embarque.
Ausência de financiamento a médio e longo prazo às indústrias.

3. *Objetivos*

Intensificação dos trabalhos de pesquisa, para elevação do nível técnico da lavoura.
Desenvolvimento de um plano racional de produção de sementes.
Campanhas fitossanitárias com vistas ao contrôle de pragas e doenças.
Criação de condições de transporte e de armazenagem portuária, com vistas ao mercado externo.
Política adequada de financiamento e preço.
Expansão da lavoura, através da introdução ou incrementação da cultura.

4. *Metas*

Aumento de produtividade da lavoura, pela introdução de melhores variedades.
Maior produção de sementes certificadas.
Revenda de equipamento e implementos às pequenas lavouras.
Melhoramento do sistema de transporte e armazenagem portuário.

Alcançar uma produção mínima futura de:

1968 — 599.145 t
1969 — 673.485 t
1970 — 752.250 t
1971 — 836.325 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Lavouras demonstrativas.
Revenda de sementes, máquinas e esquipamentos.
Pesquisa e Experimentação.
Defesa sanitária vegetal.
Padronização e classificação.
Órgãos de Administração Indireta
CFP — Comercialização.
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Lavouras demonstrativas.
Revenda de sementes, máquinas e equipamentos.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Lavouras demonstrativas.
— Revenda de sementes, máquinas e equipamentos.
B. B. e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa privada*
Recursos para pesquisas.
Industrialização.
Exportação.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	89,4
Depressão Central	2,1	1,9
Missões	14,3	12,8
Alto Uruguai	56,0	50,0
Planalto Médio	19,4	17,3
Encosta Inferior do Nordeste ...	5,8	5,3
Outras Zonas	2,4	2,1

Fonte IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/9 — BATATA-INGLÊSA

1. *Justificativa*

O Estado do Rio Grande do Sul ocupa com a cultura uma área de aproximadamente 60.000 ha, com uma produção em redor de 300.000 toneladas, no valor de 80 milhões de cruzeiros novos.

Êsses dados, aliados à preferência do povo rio-grandense pelo produto, demonstram a importância desta cultura para o Estado.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — BATATA-INGLÊSA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	58.361	36,8	30,5	272.267	30,2	25,2	4.665	2.945	31,4	26,0
1962	58.121	35,9	29,6	293.807	31,0	25,9	5.055	5.183	27,0	22,0
1963	57.871	35,8	29,0	259.609	26,6	22,2	4.486	7.814	24,6	20,1
1964	55.657	33,3	26,7	287.028	28,1	22,7	5.157	14.234	30,1	24,4
1965	57.912	35,8	28,6	305.119	29,8	24,5	5.269	20.407	29,7	23,7
63/65	57.142	35,0	28,1	283.919	28,2	23,1	4.968	14.152	28,1	22,7

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Produção concentrada principalmente nas regiões do Alto Uruguai, na Encosta Superior e Inferior do Nordeste e nos Campos de Cima da Serra, na Encosta do Sudeste e Serra do Sudeste.

A lavoura está sendo muito prejudicada pela falta de sementes em boas condições de vigor e sanidade.

Uma prática que está sendo estudada com bons resultados, é a adubação foliar pulverizada e adicionada aos fungicidas.

A cultura mantém-se estacionária tanto em área como em rendimento médio.

As oscilações de preços, a dificuldade de colocação dos excedentes comerciáveis e as perdas por deteriorização, constituem os crônicos problemas desta lavoura.

3. *Objetivos*

Elevação da produção e da produtividade da cultura.
Estabelecimento de um plano racional de produção de batata-semente.
Intensificação dos trabalhos de pesquisa, bem como sua rápida difusão.
Regularização do comércio regional e nacional e bem assim do aproveitamento adequado dos excedentes.
Eficiente trabalho de defesa fitossanitária.

4. *Metas*

Produção de sementes melhoradas.
Revenda de máquinas e implementos agrícolas.
Elevação do rendimento por hectare.
Elevação da produção.
Aproveitamento dos excedentes da produção.
Alcançar os seguintes níveis mínimos de produção.

1968 — 338.100 t

1969 — 347.410 t

1970 — 356.475 t

1971 — 365.540 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgão de Administração Direta
Lavouras demonstrativas.
Multiplicação de sementes.
Revenda de máquinas e implementos.
Informação agrícola.
Defesa sanitária vegetal.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.
CFP — Comercialização.
SUNAB — Abastecimento.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Lavouras demonstrativas.
Multiplicação de sementes.
Fomento.
Levantamento dos problemas da cultura.
Fiscalização das lavouras.

5.3 *Outros Órgãos*

ASCAR — Lavouras demonstrativas.
— Reuniões e visitas a agricultores.
— Divulgações técnicas.
B. B. e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa privada*
Cooperativismo.
Comercialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagem em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	23,6
Depressão Central	5,5	1,3
Serra do Sudeste	9,6	2,3
Encosta do Sudeste	20,1	4,7
Alto Uruguai	9,4	2,2
Planalto Médio	8,9	2,1
Encosta Inferior do Nordeste ...	33,4	7,8
Encosta Superior do Nordeste ..	6,8	1,6
Outras Zonas	6,3	1,6

Fonte: IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/10 — MANDIOCA

1. *Justificativa*

A mandioca é um dos produtos mais generalizados do Estado, colocando-se em 4.º lugar entre os demais produtos em área cultivada e em 1.º quanto ao volume. Sua importância econômica e social se deve ao largo emprêgo no forrageamento dos animais e uso generalizado na alimentação humana.

Nas regiões mandioqueiras são raros os agricultores que não destinam uma parcela de terra para o cultivo de variedades doces ou aipins para uso na alimentação da família. Para as populações pobres, o aipim pode mesmo ser considerado como providencial, constituindo valioso recurso alimentar.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — MANDIOCA

(1961/65 e média 1963/65)

	AREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	194.139	47,5	14,0	2.228.032	38,3	12,3	11.476	5.580	43,8	14,2
1962	211.340	46,4	14,3	2.522.524	38,7	12,7	11.936	10.129	37,4	12,2
1963	221.349	44,1	13,7	2.658.072	34,8	11,9	12.008	14.524	35,4	12,4
1964	233.759	40,9	13,6	2.877.448	31,0	11,8	12.309	29.109	39,2	14,9
1965	235.323	39,9	13,4	2.767.332	27,6	11,1	11.760	47.134	41,6	15,2
63/65	230.144	41,6	13,6	2.767.617	31,1	11,6	12.257	30.256	38,7	14,2

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Baixo rendimento por hectare.
Cultivada em geral em terras fracas.
Continuidade de cultivos na mesma área, por desconhecimento da necessidade de realizar a rotação de cultivos.
Incidência de moléstias, tais como o sapeco e a podridão da raiz.
Mecanização deficiente.
A indústria da mandioca, além de incipiente, acaba de sofrer séria crise em virtude da redução do consumo de raspa.

3. *Objetivos*

Proporcionar maiores recursos para os trabalhos de pesquisa e melhoramento, visando o maior rendimento da cultura.
Fomentar métodos racionais de cultivo (rotação cultural, escolha de mudas, adubação e corretivos, mecanização etc.).
Incentivar a industrialização, com base numa tecnologia mais avançada.

4. Metas

Criação de variedades resistentes e produtivas.
Revenda de pequenas máquinas agrícolas e aplicadoras de defensivos.
Produção de sementes básicas.
Elevação do rendimento médio por hectare.
Atingir a seguinte produção mínima:

1968 — 3.504.819 t

1969 — 3.739.642 t

1970 — 3.990.198 t

1971 — 4.257.543 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Lavouras demonstrativas.
Criação de variedades.
Fomento e defesa sanitária vegetal.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Lavouras demonstrativas.
Multiplicação de mudas.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Lavouras demonstrativas.
— Reuniões e visitas a agricultores.
— Divulgação técnica.

B. B. e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização.
Cooperativismo.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	13,0
Depressão Central	9,2	1,1
Missões	9,9	1,2
Alto Uruguai	39,4	4,8
Planalto Médio	20,3	2,5
Encosta Inferior do Nordeste ...	15,3	1,9
Outras Zonas	5,9	1,5

Fonte: IBRE — FGV

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/17 — LARANJA

1. *Justificativa*

A citricultura, em todo o mundo, está atravessando no momento uma grande transformação, que consiste na produção de sucos concentrados congelados em lugar da produção de frutas para a exportação "in natura".

No Rio Grande do Sul a cultura da laranja desenvolveu-se em escala comercial nos vales dos rios Caí e Taquari, região de pequenas propriedades com os característicos de agricultura colonial. Nas propriedades em que é praticada, a cultura da laranja é a atividade principal e proporciona ao agricultor uma renda bastante apreciável que o coloca em situação financeira superior à daqueles que se dedicam apenas a outras culturas.

No Estado, começam a surgir excedentes de produção, tendo alguns grupos financeiros manifestado interêsse por sua industrialização. Como a maioria dos pomares são novos, prevê-se que êstes excedentes aumentarão anualmente. O Estado já produz 10% do total nacional.

O mercado externo para o produto é muito amplo, limitado apenas pela qualidade dos frutos.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — LARANJA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 frutos	% em relação à região	% em relação ao Brasil	frutos/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	14.114	22,4	11,9	965.127	20,8	10,9	68.381	651	19,5	8,0
1962	14.431	21,5	11,5	1.002.858	20,5	10,8	69.493	982	18,6	7,7
1963	15.020	19,4	10,8	989.472	17,4	9,4	65.877	1.374	15,3	5,6
1964	15.507	19,1	10,8	943.888	14,6	9,2	60.868	3.153	14,4	5,5
1965	15.652	18,0	10.4	1.040.422	16,1	9,1	66.472	4.576	13,6	5,4
63/65	15.393	18,8	10,7	991.261	16,0	9,2	64.397	3.034	14,4	5,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Técnicas culturais inadequadas.

Eleição não satisfatória de variedades.
Beneficiamento insatisfatório.
Comercialização deficiente.

3. *Objetivos*

Aumento da produção e produtividade dos pomares e melhoramentos da qualidade das frutas produzidas.
Racionalizar e regularizar o comércio do produto, com a introdução de tipos padrões de embalagem.
Produção de mudas e borbulhas certificadas.
Aumento da área cultivada com a instalação de novos pomares.
Ampliar e reequipar a rêde de beneficiadores de frutas nos vales dos rios Caí e Taquari.
Capacitação e treinamento de pessoal técnico especializado.
Combate às pragas e doenças da cultura.
Padronização e classificação.

4. *Metas*

Melhoramento da produção de frutas por árvore.
Enviveiramento de porta-enxertos de laranjeira comum.
Introdução de plantas matrizes, que serão cedidas aos viveiristas.
Aproveitamento de frutas consideradas refugos, mediante a extração de óleos essenciais.

Produção futura mínima de:

1968 — 1.183.311 mil frutos

1969 — 1.235.376 mil frutos

1970 — 1.289.733 mil frutos

1971 — 1.346.481 mil frutos

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Multiplicação e distribuição de mudas melhoradas.
Orientação técnica na instalação de novos pomares.
Incentivo ao cultivo de novas variedades de valor comercial.
Divulgação sôbre o produto, através de publicações.
Defesa sanitária vegetal.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Melhoramento das variedades cultivadas.

Produção de mudas selecionadas.
Fornecimento de borbulhas certificadas.
Orientação técnica para instalação de novos pomares.
Demonstrações de nutrições e métodos culturais, em fazendas particulares.
Divulgação sôbre o produto, através de publicações.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Demonstração e instalação de novos pomares.
— Assistência técnica extensionista.
— Divulgação do produto, através de publicações.

5.4 *Iniciativa Privada*
Cooperativas de Citricultores
Incentivo ao uso de embalagens e padrões de classificação nos frutos cítricos que se destinam ao comércio.
Extração de óleos essenciais dos frutos considerados imprestáveis ao consumo.
Comercialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas Produtoras:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	9,8
Depressão Central	17,1	1,7
Missões	10,1	0,9
Alto Uruguai	12,6	1,2
Planalto	8,1	0,8
Encosta Inferior do Nordeste ..	28,8	2,8
Outras Zonas	24,3	2,4

Fonte: IBRE — F G V.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/19 — VITIVINICULTURA

1. *Justificativa*

Situa-se o Rio Grande do Sul na posição de maior produtor da Federação, contribuindo com mais de 60% da produção.

Ocupam-se com essa lavoura cêrca de 15 mil famílias em regime de pequenas propriedades, com área de 18 a 20 ha de terras nas quais exploram uma superfície média de vinhedos ao redor de 2 ha, proporcionando ao Estado uma região de riqueza agrícola e industrial das mais expressivas, com seus grupos sociais perfeitamente organizados e estáveis, cuja "status" cabe ao Estado não só manter como dinamizar, impedindo, da melhor forma possível, a marginalização dessa lavoura.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — UVA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	40.869	64,7	63,0	283.767	65,1	62,9	6.943	1.751	41,9	39,7
1962	44.755	66,0	64,3	258.973	67,0	64,6	5.786	3.175	43,9	42,0
1963	44.101	64,1	62,5	328.800	66,7	64,9	7.456	9.040	53,9	51,1
1964	46.711	71,0	69,1	227.467	58,4	56,4	4.870	9.424	42,7	41,1
1965	48.834	72,6	70,8	357.504	66,7	64,9	7.321	24.838	53,7	52,2
63/65	46.549	69,2	67,4	304.590	54,4	62,5	6.543	14.434	50,9	49,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Predominam castas americanas e híbridas, originando vinhos de qualidade inferior, exceto para elaboração do suco de uva e destilado;

A comercialização dos vinhos derivados das variedades predominantes vem se limitando ao mercado nacional;

Defesa fitossanitária deficiente;

Restrita área de cultivo de uvas especializadas para mesa e passa.

3. *Objetivos*

Fomento à viticultura, em todos os seus aspectos;
Intensificação da pesquisa com vistas à obtenção de novas castas, mais resistentes e adaptadas às condições ambientais;
Assistência vitícola em geral;
Tecnologia da matéria-prima;
Preços mínimos, financiamentos e seguro agrícola para a cultura da uva;
Maior período de comercialização da uva, através do emprêgo de câmaras frigoríficas para armazenamento;
Financiamento à indústria de vinhos;
Estudos para reformulação da legislação vigente;
Treinamento e capacitação do pessoal especializado;
Intensificação dos trabalhos de defesa fitossanitária.

4. *Metas*

Estabelecimento de uma rêde de câmaras frigoríficas para armazenamento;
Produção de vinhos finos;
Cultivo de videiras de alta qualidade;

Alcançar nos próximos anos as seguintes produções mínimas:

1968 — 451.636 t

1969 — 488.218 t

1970 — 527.764 t

1971 — 570.513 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*

Órgãos de Administração Direta
Ensino agrícola
Pesquisa e experimentação
Defesa fitossanitária
Distribuição de matrizes selecionadas
Padronização e classificação.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito Cooperativo

5.2 *Secretaria de Agricultura*

Ensino Agrícola.
Pesquisa e experimentação.
Defesa fitossanitária.
Distribuição de matrizes selecionadas.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Extensão Rural.
BB e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização.
Armazenamento.
Comercialização.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/28 — CEBOLA

1. *Justificativa*

O Rio Grande do Sul ocupa destacado papel na produção brasileira de cebola, não só como grande fornecedor de bulbos, como também de sementes. O Estado é responsável por metade da produção nacional.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO — CEBOLA

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000.00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	13.665	45,4	33,4	89.395	76,9	46,4	6.542	3.720	69,5	60,2
1962	14.480	45,0	33,4	105.472	59,8	46,5	7.284	2.301	52,2	32,9
1963	12.420	42,5	30,4	82.962	57,7	42,6	6.680	4.227	53,6	43,0
1964	17.338	49,5	36,6	131.482	64,9	54,5	7.583	9.957	45,2	22,9
1965	15.669	46,5	33,5	109.991	59,7	48,8	7.020	15.044	39,8	31,5
63/65	15.142	46,2	33,5	108.145	60,8	48,6	7.094	9.743	46,2	36,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

A cultura apresenta rendimentos suscetíveis de um considerável aumento;

A área cultivada e a produção acusaram leve ascensão;

As oscilações de preços são muito acentuadas, não só anuais como estacionais, acusando resultados econômicos variáveis também ao produtor;

Impera a monocultura nas principais zonas produtoras.

3. *Objetivos*

Estimular e dar maior ênfase à produção e fiscalização de sementes de alto padrão;

Continuação dos trabalhos de pesquisa, propiciando-se sua rápida difusão entre os agricultores;

Incentivar a diversificação de cultura nas zonas de produção;

Financiamento adequado à produção;

Racionalização das épocas de colheita entre o Vale do São Francisco e o Rio Grande do Sul, de modo a evitar a concomitância de safras e seus reflexos negativos.

4. *Metas*

Conclusão da indústria de desidratação de cebola em São José do Norte, que está em fase de implantação;
Regularização das safras;
Financiamento aos produtores;
Alcançar uma produção mínima de:

1968 — 141.334 t

1969 — 153.630 t

1970 — 166.996 t

1971 — 181.525 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação.
Defesa sanitária vegetal.
Assistência técnica.
Órgãos de Administração Indireta
CFP — Preços mínimos.
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria de Agricultura*
Pesquisa e experimentação.
Defesa sanitária vegetal.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Extensão Rural.

5.4 *Iniciativa Privada*
Produção de sementes.
Cooperativismo.
Comercialização.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/29 — PÊSSEGO

1. *Justificativa*

O Rio Grande do Sul, por sua situação geográfica entre os paralelos 27° e 33° do hemisfério Sul, possibilita o cultivo de fruteiras típicas de clima temperado, como é o caso do pessegueiro. Tais culturas sòmente encontram ambiente favorável na América do Sul, nos Estados do Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile. Esta situação coloca o Rio Grande do Sul como principal fornecedor de frutas de clima temperado aos demais Estados da União, onde tais culturas não são sempre econômicamente cultivadas.

No Estado o pessegueiro é, entre as rosáceas, a espécie de maior importância econômica. Cêrca de 70% do pêssego produzido no País tem origem neste Estado. A maior parte de produção destina-se à industrialização; o restante é levado aos mercados para serem consumidos ao natural.

Até 1963, sòmente 20% do pêssego consumido no Brasil provinha da lavoura nacional; 80% era importado fresco ou industrializado da Argentina. Com o advento da instrução 70, não mais foi possível continuar a importação, porque o ágio a tornou antieconômica. Houve então um incremento da cultura do pêssego na região Sul do Brasil, a tal ponto que, em poucos anos esta região passou a suprir os mercados consumidores de todo o País.

Hoje, encontram-se instaladas nesta região, mais de meia centena de indústrias de conservas de alimentos que trabalham, principalmente, com pêssego.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO

(1961/65 e média 1963/65)

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	1.000 frutos	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000,00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	5.217	69,1	61,7	284.504	63,3	52,9	54.534	183	39,9	36,0
1962	5.951	72,7	65,4	302.153	63,6	53,8	50.773	247	43,3	37,6
1963	8.536	77,6	71,7	511.102	70,6	64,0	59.876	801	59,1	54,0
1964	8.769	77,4	71,5	426.074	66,1	59,4	48.589	933	46,5	42,8
1965	8.961	76,1	70,5	622.340	71,1	65,8	69.450	1.920	50,4	46,5
63/65	8.755	77,0	71,2	519.839	69,5	63,4	59.305	1.218	50,9	46,9

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Rendimento cultural bastante baixo;
Frutos de pequeno tamanho e defeituosos, devido à incidência de pragas e moléstias;
A matéria-prima é relativamente cara à indústria;
Processos rotineiros de cultivo, típicos da agricultura colonial;
Aumento de produção condicionado ao aumento da área cultivada;
Curto período de colheita, motivado pelo cultivo de apenas uma variedade;
Incorretos métodos de colheita, acarretando grandes perdas e diminuição de sua qualidade.

3. *Objetivos*
Melhorar a qualidade, tamanho e aparência da fruta;
Estender o período de safra, de modo a possibilitar um maior aproveitamento das instalações industriais;
Aumento da produtividade dos pomares, proporcionando produção mais econômica;
Introduzir novas variedades mais produtivas;
Melhorar o estado sanitário da cultura.

4. *Metas*
Barateamento do custo de produção da matéria-prima para a indústria;
Obtenção de frutas de alta qualidade;
Aproveitamento integral do parque industrial;

Alcançar a produção mínima de:

1968 — 804.007 mil frutos

1969 — 875.564 mil frutos

1970 — 953.489 mil frutos

1971 — 1.038.349 mil frutos

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação.
Assistência técnica especializada.
Mudas selecionadas.

Defesa fitossanitária.
Divulgação técnica.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.

5.2 — *Secretaria de Agricultura*

Distribuição e venda de mudas selecionadas.
Fomento e extensão, assistência técnica em geral.
Contrôle de pragas e doenças.
Conservação do solo.

5.3 *Outros Órgãos*
S. ECONOMIA — Padronização e comercialização do produto.
BB e outros bancos — Crédito e financiamentos.
ASCAR — Extensão Rural.

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização.
Comercialização.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/29-A — OLIVEIRA

1. *Justificativa*

No Rio Grande do Sul existe uma região ecológica excelente para o cultivo desta oleácea, correspondendo aproximadamente à faixa mundial, que na latitude Sul é limitada entre 33° e 31°.

O Brasil importa grandes quantidades de azeite de oliveira e azeitona em conserva, sendo necessário, para atender o atual consumo, a implantação de 6.100.000 plantas. A atual importação de azeite e azeitona representa cêrca de US$ 30.000. A produção no Rio Grande do Sul representa cêrca de 91% da produção nacional de azeitona.

Aliando esta produção às possibilidades que o azeite representa dentro dos óleos vegetais, principalmente com o de soja, vislumbra-se plenamente o interêsse que o desenvolvimento dessa cultura representa para a estratégia de economia, na substituição de importação.

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO

	ÁREA CULTIVADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTO	VALOR DA PRODUÇÃO		
ANO	ha	% em relação à região	% em relação ao Brasil	t	% em relação à região	% em relação ao Brasil	Kg/ha	NCr$ 1.000.00	% em relação à região	% em relação ao Brasil
1961	372	91,6	88,1	361	85,3	81,7	981	17	77,3	74,0
1962	390	90,3	87,0	440	79,1	76,5	1.128	32	76,2	72,7
1963	405	84,5	81,8	492	70,4	68,5	1.215	65	73,9	72,2
1964	446	82,6	80,2	492	58,1	56,9	1.103	91	56,2	55,1
1965	478	83,3	81,0	491	57,5	56,4	1.027	143	53,0	51,8
63/65	443	83,4	81,0	492	61,5	60,1	1.115	100	57,8	56,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Número insuficiente de olivais;
Há pouca disponibilidade de mudas melhoradas;
Assistência técnica inexpressiva.

3. *Objetivos*
Fixação de uma taxa na importação, com destinação específica para o financiamento da implantação de olivais em regiões ecológicas que correspondem à faixa mundial de cultivo;

ossan
o t

Financiamento a viveiristas para incentivo à produção de mudas de oliveiras, a curto e médio prazo;
Intensificação da extensão olivícola dentro da região preferencial.

4. *Metas*
Produção de mudas de oliveira;
Aumento do número de olivais;
Aumentar o fornecimento de matéria-prima para a indústria de óleos e conservas;
Aumentar a produção para um mínimo de:

1968 — 656 t

1969 — 722 t

1970 — 795 t

1971 — 875 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Assistência técnica
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo
BNCC — Crédito Cooperativo

5.2 *Secretaria de Agricultura*
Pesquisa e experimentação
Defesa sanitária vegetal
Revenda de material agrícola

5.3 *Outros Órgãos*
B. B. e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Industrialização
Cooperativismo
Comercialização

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/30 — BOVINOCULTURA DE CARNE

1. *Justificativa*

Possui o Rio Grande do Sul um rebanho bovino superior a 11 milhões de cabeças (levantamento da Campanha Contra a Febre Aftosa), constituído por animais com vários níveis de mestiçagem de raças especializadas e precoces para a produção de carne. Apesar da baixa produtividade, possui o Rio Grande do Sul, anualmente, um excedente exportável, presentemente não comercializável, devido a deficiências estruturais que nos afastam da possibilidade de concorrer no mercado interno, como, ainda, no mercado internacional, por inexistência de uma política agressiva, definida e tradicional do exportador.

Ressalte-se então que tem o Estado enormes possibilidades de contribuir sensìvelmente para um desejado equilíbrio da balança comercial do País, pois a sua pecuária de corte tem condições que lhe permitem oferecer matérias-primas e alimentos essenciais ao consumo interno e ao mercado de exportação, que dificilmente poderão ser superados por outros Estados, no que se refere à qualidade.

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	QUANTIDADE			VALOR		
	t	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*NCr$ 1.000,00*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	160.788	24,6	13,5	17.010	24,1	13,3
1962	158.962	24,7	13,4	23.762	21,8	11,6
1963	157.826	25,2	13,2	42.008	24,1	12,4
1964	154.981	23,6	12,3	80.425	23,7	12,1
1965	168.391	24,9	12,8	150.642	27,1	13,9
1963/65	160.399	24,5	12,8	91.025	25,0	12,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*

Nutrição, manejo e sanidade em condições deficientes;
Elevado índice de mortalidade e baixa natalidade;
Avançada idade de abate;

Baixo rendimento e qualidade das carcaças;
Industrialização sem estrutura;
Crédito e assistência técnica inacessíveis.

3. *Objetivos*

Aumento do desfrute e redução da idade de abate;
Racionalizar a estrutura da indústria;
Melhorar as condições e acesso à assistência técnica e creditícia;
Melhoria das condições de alimentação e manejo: pastagens nativas e cultivadas, forrageiras;
Melhoria das condições sanitárias: contrôle e erradicação das doenças infecciosas;
Melhoria das condições zootécnicas: reprodutores, inseminação artificial, pesquisa e experimentação;
Instituir uma política definida e agressiva de exportação;
Implantação do preço-estímulo pela adoção da classificação e tipificação de carcaças.

4. *Metas*

Defesa sanitária do rebanho;
Estabelecimento e melhoramento de pastagens;
Inseminação artificial;
Classificação e tipificação de carcaças;
Tradição de exportação;
Atingir a seguinte produção de carne:

1968 — 201.086 t

1969 — 219.649 t

1970 — 239.856 t

1971 — 261.561 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Defesa sanitária animal
Assistência técnica em geral.
Pesquisa e experimentação.
Produção de sementes de forrageiras.
Inseminação artificial.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.
SUNAB — Abastecimento.
CFP — Preços mínimos.

— *Secretaria de Agricultura*
Sanidade.
Alimentação.
Manejo.
Melhoramento.
Registro genealógico e contrôle leiteiro.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Sanidade.
— Alimentação.
— Melhoramento.
Banco do Brasil e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Registro genealógico e contrôle leiteiro.
Indústria de laticínios.
Comercialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População Bovina:*
Percentagens em Relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	12,6
Depressão Central	12,0	1,5
Missões	13,0	1,6
Campanha	27,0	3,4
Serra do Sudeste	10,0	1,3
Alto Uruguai	6,6	0,8
Campos de Lima da Serra	6,5	0,8
Planalto	9,1	1,1
Encosta Inferior do Nordeste ...	5,5	0,8
Outras Zonas	10,3	1,3

Fonte: IBRE-FGV.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/30 — BOVINOCULTURA DE LEITE

1. *Justificativa*

O Rio Grande do Sul situa-se em 4.º lugar entre as unidades da Federação com uma produção anual de 600.000.000 litros de leite (1965).

O rebanho leiteiro é estimado em 1.200.000 cabeças, do qual, aproximadamente, 500.000 vacas encontram-se em produção. Êste rebanho, ainda que constituído, em parte, de mestiços das raças leiteiras, apresenta um nível médio de produção extremamente baixo, situando-se em pouco mais de 1.000 litros/vaca/ano.

O abastecimento da população com leite e laticínios apresenta problemas estacionais devido ao padrão irregular de produção. O consumo ainda não satisfaz aos padrões desejáveis, já alcançados em centros mais desenvolvidos.

PRODUÇÃO DE LEITE

(1961/65 e média 1963/65)

	QUANTIDADE			VALOR		
ANO	*1.000 litros*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*NCr$ 1.000,00*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	388.187	18,9	7,6	5.828	18,2	7,6
1962	396.206	18,6	7,5	8.599	17,2	7,0
1963	438.353	20,2	8,1	16.503	19,6	7,9
1964	528.299	21,0	8,6	36.946	18,1	7,5
1965	604.827	22,1	9,1	63.653	20,3	8,6
1963/65	523.826	21,1	8,6	39.034	19,3	8,0

Fonte dos Dados Brutos SEP/M A

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Nível médio de produção extremamente baixo;
A elevada incidência de moléstias infecto-contagiosas e parasitoses limita rendimentos mais elevados;

O manejo deficiente da alimentação, da sanidade e da reprodução condicionam um padrão estacional de produção altamente prejudicial ao produtor, à indústria e ao consumidor;
A estrutura do beneficiamento e industrialização do leite ainda não atendem integralmente às necessidades do produtor e do consumidor.

3. *Objetivos*

Aumentar a produção de leite no Estado, com um incremento médio anual de 7%, através do aumento da produtividade do rebanho leiteiro;
Melhoria e ampliação da estrutura de beneficiamento e industrialização do leite;
Aumentar o consumo de leite e laticínios pela população, através da maior disponibilidade e pela melhor qualidade;
Aumentar o nível dos investimentos financeiros, através intensificação do crédito;
Aumentar os investimentos tecnológicos na produção de leite e laticínios, pela racionalização e ampliação de estrutura assistencial existente;
Melhoria dos meios de transporte e comunicações.

4. *Metas*

Contrôle das doenças infecto-contagiosas e combate aos ecto e endo-parasitos;
Intensificação e aumento da área de forrageiras;
Intensificação do uso da mistura mineral;
Introdução de reprodutores machos de capacidade comprovada;
Promoção da inseminação artificial;
Registro genealógico e contrôle leiteiro;

Obter a seguinte produção mínima de leite:

1968 — 712.660 mil litros

1969 — 773.906 mil litros

1970 — 839.642 mil litros

1971 — 910.090 mil litros

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Melhoramento.
Alimentação.
Defesa sanitária animal.

Pesquisa e experimentação.
Fornecimento de reprodutores.
Inseminação artificial.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.
SUNAB — Abastecimento.
CFP — Comercialização.

5.2 *Secretaria de Agricultura*
Defesa sanitária.
Assistência técnica em geral.
Pesquisa e experimentação.
Produção de sementes.
Inseminação artificial.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Extensão Rural.
USAID — Financiamento.
Banco do Brasil e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Comercialização.
Cooperativismo.
Industrialização.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/31 — SUINOCULTURA

1. *Justificativa*

A suinocultura é a atividade econômica típica da pequena propriedade, encontrando-se no Rio Grande do Sul mais de 300.000 famílias rurais que dependem direta ou indiretamente dela, fato êste que vem ressaltar a importância sócio-econômica dessa atividade. O rebanho suíno está estimado em 7.000.000 de cabeças, com bom grau de mestiçagem. O Rio Grande do Sul produz mais de 20% da carne suína brasileira.

PRODUÇÃO DE CARNE SUÍNA

(1961/65 e média 1963/65)

ANO	QUANTIDADE			VALOR		
	t	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*NCr$ 1.000,00*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	45.786	41,8	23,1	5.086	37,3	22,0
1962	51.735	39,2	22,3	8.069	36,0	20,8
1963	49.595	39,5	21,6	14.064	35,9	20,3
1964	49.302	40,2	21,6	27.229	36,2	20,4
1965	52.835	42,1	22,5	46.599	38,5	21,6
1963/65	50.577	40,6	21,9	29.297	36,9	20,8

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Alimentação deficiente;
Bom grau de mestiçagem;
Más condições sanitárias e zootécnicas;
As carcaças não atendem satisfatòriamente às necessidades da indústria e do mercado consumidor;
Comercialização inadequada e preço instável do porco vivo são os principais fatôres limitantes ao desenvolvimento da criação.

3. *Objetivos*
Aumento do desfrute do rebanho e evolução para o suíno tipo carne;

Substituição do porco comum pelo porco tipo carne, tendo em vista as necessidades nacionais e a futura possibilidade de exportação da carne suína;
Estímulos à industrialização, pela concessão de financiamento para as indústrias que estimularem o porco tipo carne e adotarem a classificação e tipificação das carcaças suínas.

4. *Metas*
Aumento do índice de porco tipo carne no rebanho;
Aumento da porcentagem de abate do porco tipo carne e elevação da taxa de desfrute;
Ampliação da vacinação contra a peste suína e helmintose suína;
Avaliação de reprodutores, para obtenção de animais melhorados;
Alcançar a seguinte produção mínima de carne nos próximos anos:

1968 — 57.096 t

1969 — 59.202 t

1970 — 61.542 t

1971 — 63.882 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Produção e venda de reprodutores.
Assistência técnica.
Defesa sanitária animal.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.
CFP — Preços mínimos.
SUNAB — Abastecimento.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Produção e venda de reprodutores.
Assistência técnica.
Defesa sanitária animal.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Extensão Rural.
BB e outros bancos — Crédito e financiamentos.

5.4 *Iniciativa Privada*
Comercialização.
Cooperativismo.
Industrialização.

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População Suína:*

Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	11,6
Depressão Central	6,5	0,7
Missões	7,4	0,8
Alto Uruguai	35,0	4,1
Campos de Lima da Serra	9,4	1,3
Planalto	12,1	1,4
Encosta Inferior do Nordeste ...	13,3	1,5
Encosta Superior do Nordeste ..	8,2	0,9
Outras Zonas	8,1	0,9

Fonte: IBRE — F.G.V.

23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

23/33 — OVINOCULTURA

1. *Justificativa*

O rebanho ovino rio-grandense é, atualmente, o maior e melhor rebanho do Brasil, onde predominam raças bem definidas em suas características para produção de lã e carne. Constitui a principal fonte de abastecimento da indústria têxtil de lã do País e tem sido um dos sustentáculos principais da pecúária rio-grandense.

A riqueza poderá ser expressivamente aumentada, não só para o maior abastecimento do mercado nacional com os diferentes produtos que a espécie ovina oferece, como ainda concorrer significativamente para elevar a disponibilidade de divisas do País.

A exploração ainda não atende adequada e plenamente às exigências da indústria nacional, que possui capacidade de consumir muito maior volume de sua matéria-prima qualificada.

PRODUÇÃO DE CARNE E LÃ OVINA

(1961/65 e média 1963/65)

C A R N E

ANO	QUANTIDADE			VALOR DA PRODUÇÃO		
	t	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*NCr$ 1.000,00*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	9.368	96,3	38,3	608	94,1	32,9
1962	9.909	96,0	37,5	1.034	93,6	31,2
1964	11.147	95,7	38,3	3.843	74,2	33,8
1965	13.817	96,4	42,4	7.535	75,1	39,3
1963/65	11.543	96,0	38,9	4.356	94,5	34,1
1963	9.666	95,9	36,0	1.689	94,3	29,1

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

-uintes produções mínimas:

Ovos

ANO	QUANTIDADE			VALOR DA PRODUÇÃO		
	t	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*NCr$ 1.000,00*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	23.932	98,1	97,4	6.334	99,0	98,6
1962	24.569	98,0	97,3	21.936	99,4	99,2
1963	25.735	98,0	97,0	34.470	99,3	99,0
1964	27.349	98,1	97,2	47.239	99,0	98,6
1965	28.201	97,7	96,9	51.325	78,5	98,1
1963/65	27.095	97,9	97,1	44.345	98,9	98,6

Fonte dos Dados Brutos SEP/M A

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
Baixa produção de lã *per capita;*
Numèricamente o rebanho mantém-se estacionário;
Deficiências de alimentação e manejo;
Más condições sanitárias de rebanho;
Alta porcentagem de cordeiros morre antes da idade de reprodução

3. *Objetivos*
Aumento numérico do rebanho, estendendo sua criação às regiões ecològicamente apropriadas;
Elevar a produtividade da exploração ovina, com a melhoria quantitativa e qualitativa da produção de lã e carne;
Assegurar a uniformidade da produção de lá comerciada, através da fiscalização da classificação;
Elevar o volume de financiamento à indústria têxtil para maior facilidade e rapidez da comercialização da lã;
Promover o consumo da carne ovina;
Melhorar o estado sanitário do rebanho.

4. *Metas*
Despertar as fontes de produção, indústrias e consumo para a importância da carne ovina na alimentação e na economia nacional;
Aumento do índice de natalidade e desmama dos cordeiros;
Maior disponibilidade de cordeiros para abate;
Crescimento das operações inseminatórias;
Matéria-prima para a indústria têxtil;

Atingir nos próximos [illegible] mínima de:

	Carne	*Lã*
1968	15.713 t	33.386 t
1969	17.100 t	35.911 t
1970	18.486 t	39.089 t
1971	19.873 t	42.442 t

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgão de Administração Direta
Supervisão da inseminação artificial.
Pesquisa e experimentação.
Defesa sanitária animal.
Órgão de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Promoção, pesquisa e seleção ovina.
Cursos sôbre tipificação.

5.3 *Outros Órgãos*
ASCAR — Extensão Rural.
— Inseminação artificial.

5.4 *Iniciativa Privada*
A.R.C.O. — Promoção e seleção do rebanho.
— Inseminação artificial.
Inst. Rio-grandense de Carnes:
— Mercados e comercialização.
— Inseminação artificial.

quintes produções mínimas:

23 — ESTA... *Ovos* ...DE DO SUL

23/34 — AVICULTURA

1. *Justificativa*

Possui o Rio Grande do Sul uma avicultura em desenvolvimento, mas já em boa situação. O Estado produz 5% da carne avícola e 6% do total de ovos consumidos no Brasil.

Entretanto, é baixo o consumo de carne de aves, em função da pequena diferenciação de preço entre esta e a carne bovina e ainda uma comercialização muito irregular de ovos de consumo.

PRODUÇÃO DE CARNE E OVOS

(1961/65 e média 1963/65)

	CARNE					
	AVES ABATIDAS			PÊSO DAS CARCAÇAS		
ANO	*1.000 cabeças*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*t*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	523	18,6	7,8	571	16,5	7,3
1962	695	23,0	10,6	766	21,2	9,7
1963	519	18,6	7,8	578	16,8	7,3
1964	649	8,1	5,0	592	6,9	4,4
1965	956	9,7	6,3	932	7,7	5,1
1963/65	708	12,1	6,4	734	10,5	5,6

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

ANO	QUANTIDADE			VALOR		
	1.000 dúzias	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*	*NCr$ 1.000,00*	*% em rel. à Região*	*% em rel. ao Brasil*
1961	44.601	15,6	8,2	1.991	12,4	6,5
1962	45.530	15,5	7,9	3.171	12,6	6,4
1963	48.181	15,6	7,9	5.196	12,0	6,0
1964	49.776	14,9	7,7	11.412	13,7	6,8
1965	52.079	14,4	7,5	11.636	15,0	6,6
1963/65	50.012	15,0	7,7	11.415	13,6	6,5

Fonte dos Dados Brutos — SEP/M.A.

2. *Diagnóstico — Aspectos Técnicos*
O elevado preço da ração limita o desenvolvimento da indústria avícola;
Exploração avícola com carência de técnica;
Comercialização de ovos muito irregular;
Pequeno número de cooperativas e sem orientação;
Assistência creditícia difícil.

3. *Objetivos*
Incremento da avicultura;
Implantação de uma indústria avícola integrada;
Aumento de consumo de carne e ovos;
Formação de cooperativas;
Regularização de exportação de matérias-primas para o fabrico de rações, para evitar o aumento excessivo do preço destas.

4. *Metas*
Produção e venda de aves vacinadas;
Criação e manutenção de lotes de reprodutores;
Venda de ovos para incubação;
Integração da avicultura de corte em tôrno dos matadouros;
Incremento do fabrico de rações;

Alcançar as seguintes produções mínimas:

Cabeças para abate	*Ovos*
1968 — 1.263.780	61.973 mil dúzias
1969 — 1.486.800	67.711 mil dúzias
1970 — 1.709.820	73.941 mil dúzias
1971 — 2.007.180	80.745 mil dúzias

5. *Faixas de Atuação e Responsabilidade*

5.1 *Ministério da Agricultura*
Órgãos de Administração Direta
Pesquisa e experimentação.
Defesa sanitária animal.
Assistência técnica.
Padronização e classificação.
Órgãos de Administração Indireta
INDA — Cooperativismo.
BNCC — Crédito Cooperativo.

5.2 *Secretaria da Agricultura*
Revenda de material pecuário.
Assistência técnica.

5.3 *Outros Órgãos*
Prefeitura de Pôrto Alegre — Assistência técnica em geral.
ASCAR — Extensão Rural.
BB e outros bancos — Crédito e financiamento.

6. *Principais Zonas Fisiográficas de Concentração da População de Galinhas:*
Percentagens em relação à Unidade da Federação (100,0%) e ao Brasil (100,0%).

Média do Triênio 1962/64

Unidade da Federação e Zonas Fisiográficas	*% em relação à Unid. da Fed.*	*% em relação ao Brasil*
RIO GRANDE DO SUL	100,0	8,0
Depressão Central	9,8	0,8
Missões	9,3	0,7
Encosta do Sudeste	6,5	0,5
Alto Uruguai	24,1	1,9
Planalto	13,5	1,1
Encosta Inferior do Nordeste ...	15,3	1,2
Encosta Superior do Nordeste ..	8,1	0,7
Outras Zonas	13,4	1,1

Fonte: IBRE — FGV

50.4.23 — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1 — *Diagnóstico:*

1.1 — Em têrmos gerais, pode dizer-se que pouco menos da metade do território rio-grandense está ocupada, naturalmente por formações florestais localizadas em sua parte Norte, sendo, em troca, a maior parte da superfície do Estado ocupada por formações herbáceas naturais dos campos estépicos e de pradarias. As formações florestais abrangem, principalmente, os tipos: formação de Floresta Tropical-Subtropical Mista e a Floresta Subtropical da Araucárias.

1.2 — O Estado possuí, ademais, algumas superfícies do tipo de formação herbácea e arbustiva hidro-higrófila natural nas ilhas do Delta do Guaíba, em frente mesmo da zona mais povoada da Cidade de Pôrto Alegre (1 milhão de habitantes). Essas superfícies estão mal aproveitadas, pois se acham ocupadas em sua orla costeira por populações estabilizadas em uma acentuada pobreza. Esta situação é duplamente lamentável, se se levar em conta as extraordinárias possibilidades econômicas daqueles ambientes ecológicos, tìpicamente florestais, situados pràticamente frente à parte mais importante da Capital do Estado, que, ademais, é o mais alto consumidor de madeiras moles e brancas, que poderiam ser produzidas nestas áreas em grandes quantidades.

1.3 — O Rio Grande do Sul apresenta, também, margeando as grandes lagoas (dos Patos e Mirim), extensas áreas de solos pobres, marcadamente silicosos, totalmente despidos e não aproveitados. Esta circunstância favorece a livre ação eólica negativa sôbre os solos e sôbre as águas das lagoas. Além disso, os eflúvios salinos do mar, unidos aos demais fatôres negativos citados, prejudicam notadamente a atividade agrícola interior da parte S do Estado, que representa uma das zonas de plantação do arroz mais importante do país.

1.4 — No Rio Grande do Sul se verifica extraordinário avanço agropecuário, em detrimento das florestas naturais, que hoje se acham restritas a áreas mínimas, também objeto da exploração irracional. De todos os modos, é necessário reconhecer que, em muitos casos, a destruição da floresta, em áreas dêste Estado, deu vida a uma agricultura e pecuária de boa produção. Ainda que lamentável, deve-se assinalar por exemplo, que o "pinheiro brasileiro" *(Araucaria angustifolia)*, outrora importante supridor madeireiro do País e até exportador, hoje,

é espécie não só escassa como também rara e isolada no Estado. Se continuar a ação destruidora indiscriminada, atendendo às necessidades crescentes de terras para o desenvolvimento agropecuário, as florestas remanescentes de produção serão infalìvelmente destruídas.

1.5 — Quanto ao reflorestamento, se bem que existam alguns esforços dignos de estímulos, pode-se dizer que no Estado do Rio Grande do Sul tem sido muito escasso.

2 — *Objetivos:*

Por suas condições ambientes, o Rio Grande do Sul poderá ter uma boa e permanente produção agropecuária e florestal, se conseguir coordenar, sôbre bases concretas, uma política que vise a um desenvolvimento equilibrado da agricultura, pecuária e florestal. Com essa política se obteria uma acentuada melhoria econômica e social das populações, devido às características do Estado, altamente favoráveis a essas atividades, que devem ser aproveitadas nas atividades indicadas. Em tal sentido os objetivos perseguidos no Estado são:

2.1 — A difusão progressiva das cortinas quebra-ventos florestais da proteção à produção agrícola e que, no devido tempo, convenientemente exploradas, poderiam fornecer interessante produção madeireira. Êste tipo de cortinas deveria difundir-se amplamente em tôda a região agrícola do Estado, para se obter efetiva proteção contra a erosão e a destruição pelos excessos climáticos e pelos próprios eflúvios salinos. Defendendo assim os cultivos, obter-se-iam maiores e, paralelamente, ter-se-ia interessante produção madeireira.

2.2 — A difusão progressiva, na maior escala possível, de cortinas e maciços florestais para a proteção da produção pecuária, teria a mesma finalidade dos casos anteriores.

2.3 — A formação de massas arbóreas de Coníferas e Latifoliadas na região das dunas, nas lagoas etc., que, ao mesmo tempo que criariam riqueza em madeira, consolidariam os solos e no futuro essas regiões poderiam ser atraentes centros de turismo.

2.4 — A formação de massas arbóreas de espécies hidro-higrófilas apropriadas para a Delta do Guaíba, tendendo a:

I — produzir madeira para as necessidades de Pôrto Alegre;

II — criar uma imensa floresta de recreação e turismo para a população da própria cidade;

III — dar um marco ornamental que tão progressista cidade merece, em lugar do lamentável aspecto de abandono que hoje apresentam as ilhas do Delta;

IV — dar possibilidades de melhor vida às populações que hoje as habitam, que estão estacionadas na pobreza;

V — criar, para um futuro próximo, um centro industrial florestal, aproveitando para isso não só a madeira que fôr produzida, em escala progressiva, como também a água que as indústrias dêsse tipo necessitam amplamente.

2.4 — Realizar o inventário das florestas de produção que ainda restam, especialmente de *Araucaria*, com o fim de orientar, sôbre bases mais seguras, a política de exploração racional das mesmas. Ao mesmo tempo conviria adquirir áreas representativas das formações florestais remanescentes, com o objetivo de perpetuar as espécies arbóreas interessantes e de garantir uma fonte de produção de sementes, em especial de *Araucaria*.

2.5 — Determinar a capacidade de uso dos solos que ainda possuem florestas, antes de encarar a eliminação destas, para substituí-las pela produção agropecuária. Dessa forma será evitada a destruição das massas arbóreas nos solos florestais, onde a cultura agrícola seria possível apenas por breve tempo em prejuízo da cultura florestal que, bem organizada, poderia fornecer de forma permanente material madeireiro para as indústrias.

2.6 — Reflorestar, com espécies econômicamente valiosas e de rápido crescimento, as massas degradadas. Será interessante, neste sentido, a aquisição dêste tipo de áreas, com o fim de reflorestamento, por parte dos serviços florestais oficiais.

3 — *Ação do Ministério da Agricultura:*

Particularmente no que tange a reflorestamento, I.B.D.F. tem, no presente, realizado interessantes obras, que poderão ser ampliadas, para responder ao cumprimento dos objetivos assinalados.

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(Maio de 1967)

Órgãos / *Dependências*	DPA	DPEA	DDIA	DE	SM	DFA	*Total*
	SECRETARIA GERAL DA AGRICULTURA						
Institutos	—	1	—	—	1	—	2
Delegacias	—	—	—	—	—	1	1
Agências	1	—	—	1	—	—	2
Post. de Inspeção ..	—	—	7	—	—	—	7
P. Mecanizadas	4	—	—	—	—	—	4
P. Agropecuários ...	24	—	—	—	—	—	24
F. Experimentais ..	—	1	—	—	—	—	1
E. Experimentais ..	—	4	—	—	—	—	4
Insp. D. S. Vegetal ..	—	—	1	—	—	—	1
Insp. D. S. Animal ..	—	—	1	—	—	—	1
P. D. S. Vegetal	—	—	4	—	—	—	4
P. D. S. Animal	—	—	10	—	—	—	10
P. Análise Vinho ..	—	2	—	—	—	—	2
E. Meteorológicas ..	—	—	—	—	31	—	31
P. Suinocultura	1	—	—	—	—	—	1
C. de Mult. de Mudas	1	—	—	—	—	—	1
P. de Ins. Artif.	6	—	—	—	—	—	6
P. F. da Export.	—	—	6	—	—	—	6
Insp. (SIPAMA)	—	—	1	—	—	—	1
P. Des. de Veículos .	—	—	2	—	—	—	2
P. E. Gado p. Exame	—	—	2	—	—	—	2
Lab. p. F. S. Vacinas	—	—	1	—	—	—	1
U. C. Vac. A-Aftosa .	—	—	1	—	—	—	1
P. Classificação	—	—	40	—	—	—	40
Total	37	8	76	1	32	1	155

Obs.: — Dados preliminares, em fase de revisão.

40 — ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS, AUTÁRQUICOS E PRIVADOS RELACIONADOS COM A AGROPECUÁRIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(Maio de 1967)

FEDERAIS (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA)				ESTADUAIS		AUTÁRQUICOS		PRIVADOS	
Administração Direta		Administração Indireta							
ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências	ÓRGÃO	N.º de dependências
DPA	37	IBRA	1	SEC. AGRIC	—	IGRA	—	ASCAR	81
DPEA	8	INDA	2	PREFEITURA	—	IRGA	—		
DDIA	76	IBDF	2						
DE	1	SUNAB	2						
SM	32	COBAL	2						
DFA	1	CIBRAZEM	2						
		CEP	2						

Obs. Dados Preliminares, em Fase de Revisão.

40. ÓRGÃOS E DEPENDÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Maio de 1967)

Denominação	*Delegacia*	*Representação*	*Agência*	*Total*
IBRA	1	—	—	1
INDA	1	—	—	1
IBDF	1	—	—	1
SUNAB	1	—	—	1
COBAL	—	—	1	1
CIBRAZEM	1	—	—	1
CFP	—	1	—	1
SUDEPE	—	—	—	—
Total	5	1	1	7

Obs: Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

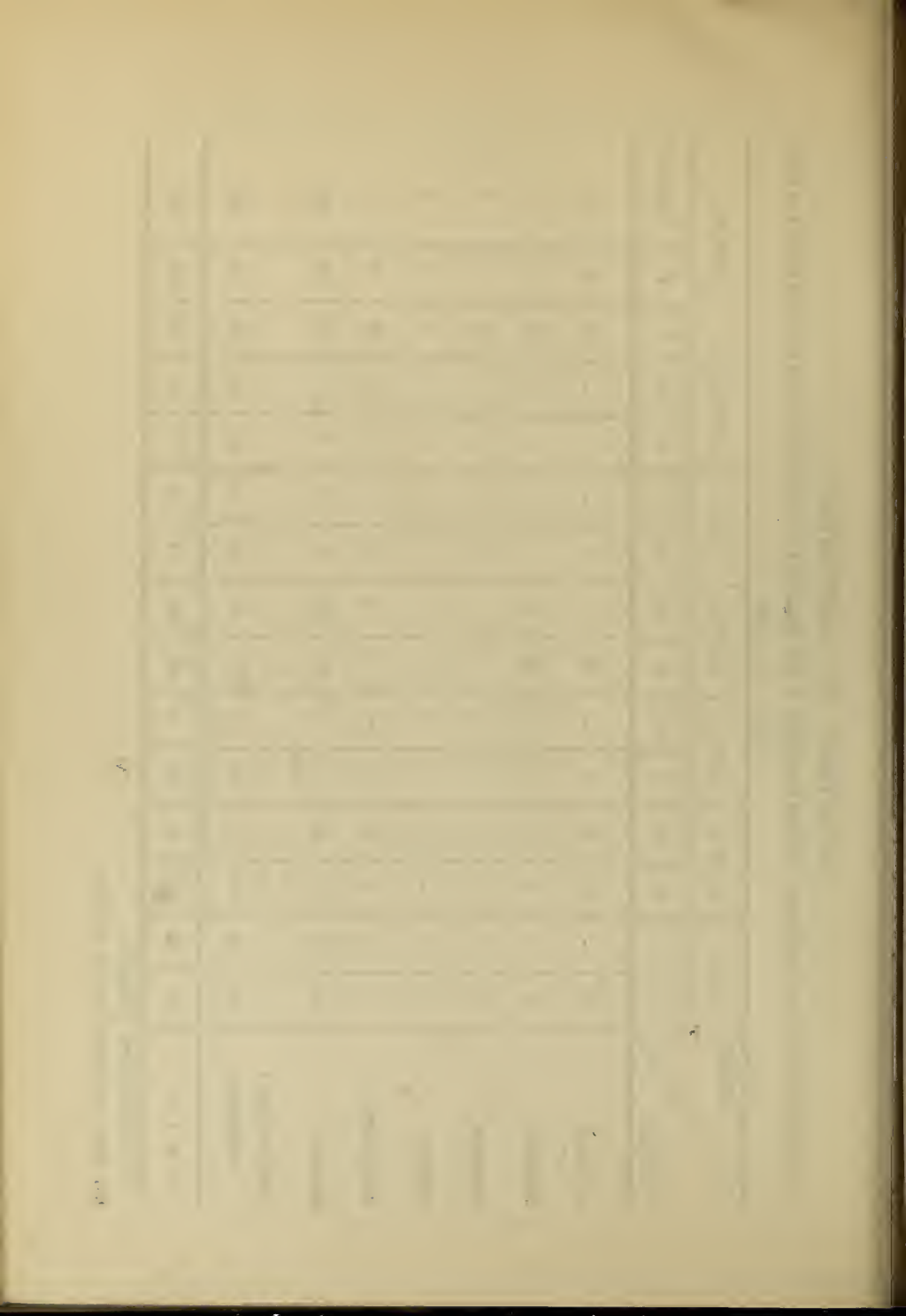
41 - EXISTÊNCIA DE PESSOAL PERMANENTE E DE RECIBO (+) NO EST. DO RIO GRANDE DO SUL

(Maio de 1967)

ÓRGÃO / FUNÇÃO	DPA		DPEA		DE		DDIA		SM		DFA		TOTAL		
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	GERAL
Agr ônomos	31	—	69	27	4	—	10	—	—	—	—	—	114	27	141
Veterinários	2	1	6	3	—	—	30	10	—	—	—	—	38	14	52
Economistas	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2	—	2
Contadores	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2	—	2
Outros Técnicos	1	—	3	—	1	—	5	4	2	—	—	—	12	4	16
Burocratas	38	4	49	43	6	—	110	120	8	3	4	—	215	170	385
Pessoal de Campo e Trabalhadores	219	57	11	1	14	—	231	86	65	—	—	—	540	144	684
T O T A L	293	62	138	74	25	—	388	220	75	3	4	—	923	359	1.282

+) Inclusive Pessoal Temporário.

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão.



41 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

RELAÇÃO PROPORCIONAL ENTRE AS VÁRIAS CLASSES DO TOTAL DE PESSOAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(Maio de 1967)

Discriminação	*Relação proporcional*
Agrônomos / Burocratas	1/3
Veterinários / Burocratas	1/7
Outros Técnicos / Burocratas	1/20
Agrônomos / Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/5
Veterinários / Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/13
Outros Técnicos / Pessoal de Campo e Trabalhadores .	1/34
Burocratas / Pessoal de Campo e Trabalhadores	1/2

Obs.: — Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42-TRATORES EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(Maio de 1967)

ÓRGÃOS / TRATORES		D.P.A.			D.P.E.A.															
		B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Caterpillar D-2	1957	—	2	2		—													
Caterpillar D-4	1957	—	1	2															
Fiat 411-B	1960	—	5	—															
Fiat 25-R	1954	-	1	—															
Ferguson 35	1958	—	3	—															
Ford 650	1955	—	1	—															
F. Major Eiedam	1958	—	6	—															
F. Major Power	960	—	1	—															
C.B.T. OM321	1965	1	—	—															
John Deere 730	1960	—	1	—															
Valmet 370 D	1963	—	5	—															
Oktobar TG 905	1965	6	—	—															
Caterpillar					1	1	—												
John Deere 820					1	—	—												
John Deere 720					1	—	—												
M. Ferguson					6	—	—												
Ford 8 BR					3	1	—												
Caterpillar D-2					1	1	—												
John Deere MC					—	3	—												
John Deere N					1	—	1												
TOTAL		7	26	4	14	6	1												

(+) B — BOM
R — Recuperável
I — Irrecuperável

Obs. - Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42–TRATORES EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(Maio de 1967)

ÓRGÃOS / TRATORES	D.P.A.			D.P.E.A.														
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Izeki (Micro)				2	1	—												
Haco				2	2	—												
John Deere MT				1	—	—												
Fordson Major				5	—	—												
A. Chalmers				1	—	—												
Ferguson FE 35				1	—	—												
Zadrugar JM 03				1	—	—												
Deutz DH 55				1	3	—												
G B.T. 1020				1	—	—												
Chalmers				—	—	—												
Case				—	—	2												
Harris				1	—	2												
Fiat				—	—	—												
Tobatta				1	—	1												
TOTAL				17	6	5												

(+) B – BOM
R – RECUPERÁVEL
I – IRRECUPERAVEL

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

42. EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS EXISTENTES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(Maio de 1967)

Discriminação	*Bons*	*Recuperáveis*	*Irrecuperáveis*
Preparo do Solo	72	185	9
Plantio	17	14	—
Tratos Culturais	13	1	—
Combate a Pragas e Doenças	—	—	—
Colheita	30	18	1
Beneficiamento	—	—	—
Oficinas Mecânicas	—	—	—
Estações de Radiotelegrafia ou Fonia	—	—	—
Estações Climatológicas	—	—	—
Laboratórios	—	—	—
Usinas de Eletricidade	—	—	—
Serrarias	—	—	—
Outros	31	20	7

Obs.: — Dados preliminares, em fase de revisão.

42 — VEÍCULOS EXISTENTES E GRAU DE CONSERVAÇÃO (+) NO ESTADO DO RIO G. DO SUL

(Maio de 1967)

Discriminação	D. P. A.			D. P. E. A.			D. D. I. A.			D. E.			S. M.			D. F. A.			TOTAL		
	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I	B	R	I
Autos	-	1	-	3	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	6	2	-
Caminhões	17	13	4	-	-	-	3	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	20	15	5
Camionetas	16	9	1	30	16	4	57	13	5	4	2	1	-	1	-	-	-	-	107	41	11
Jeeps	-	9	1	4	7	1	36	20	3	1	1	1	-	-	-	-	-	-	41	37	6
Ônibus	1	-	-	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1	-

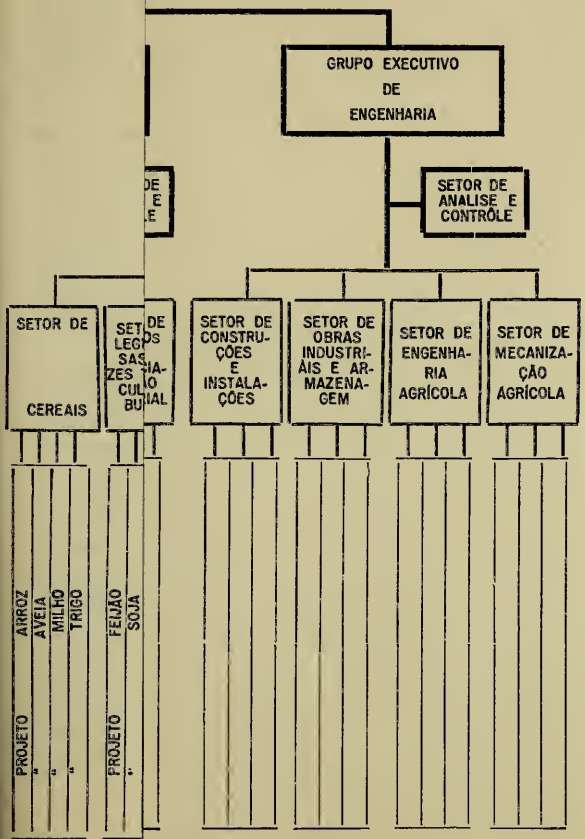
(+) B – BOM
R – Recuperável
I – Irrecuperável

Obs. Dados preliminares, em fase de revisão

ORGANOGRA

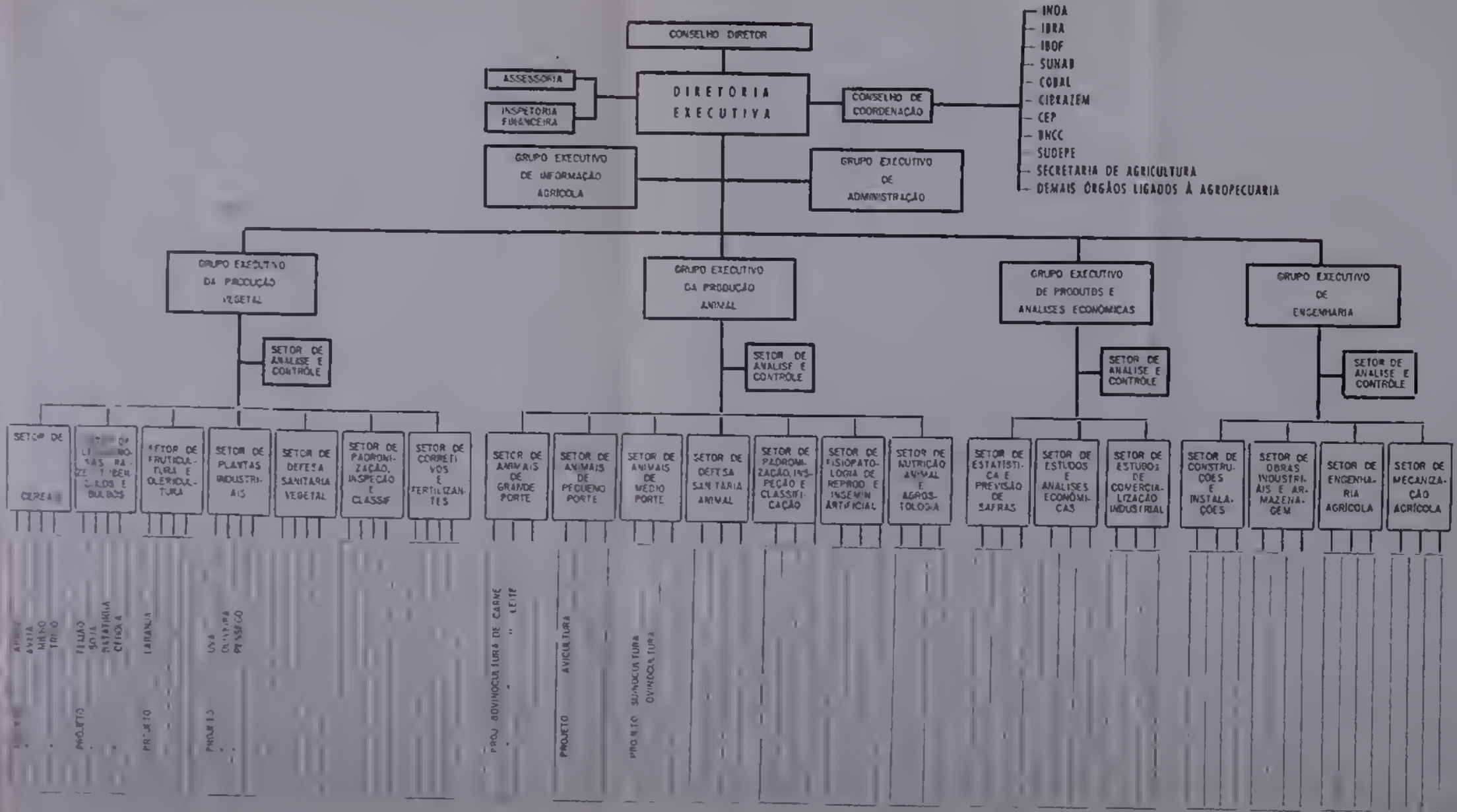
RIO G

CULTURA
ADOS À AGROPECUARIA



ORGANOGRAVA DA DIRETORA EXECUTIVA

RIO GRANDE DO SUL



POLÍTICA FLORESTAL

RESUMO E CONCLUSÕES DA REGIÃO SUL

1 — *Diagnóstico Geral da Região:*

1.1 — Compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma superfície total de 82.000.000 ha, das quais se estima sejam cobertas com florestas de diferentes tipos, desde inexploradas até o mais avançado estágio de degradação, uns 16.000.000 ha.

1.2 — Na realidade, trata-se de uma região que ainda tem ampla cobertura florestal, ocupada preferencialmente pela Floresta Subtropical e Tropical, econômica e biològicamente de alto valor. Sem dúvida, devido à prolongada exploração irracional de que foi objeto, hoje deve ser classificada como região de mediana extração madeireira; é atualmente uma região para reflorestamento em alta escala, pelas condições ecológicas de excelente aptidão para o desenvolvimento de espécies de rápido crescimento de madeiras de elevado valor tecnológico.

1.3 — Em todos os Estados que integram a região, a diminuição das florestas deveu-se ao processo de desenvolvimento dos povoados, vilas e cidades, assim como às necessidades de terras para dedicação à agropecuária. Como ocorre nas outras regiões, estas atividades se desenvolveram às custas da destruição das florestas, de maneira indiscriminada e sem levar-se em conta se eram massas florestais de produção ou de proteção; tratando-se de massas de produção, seu aproveitamento racional poderia tornar-se mais conveniente que qualquer outra cultura.

1.4 — Em todos os Estados da região, também a exploração das florestas naturais se realizou de maneira irracional, causando a degradação das massas, por extrações seletivas comerciais; como resultado, São Paulo e Rio Grande do Sul ficaram pràticamente sem madeira da Conífera mais importante do Brasil, a *Araucaria angustifolia*, denominada comumente "pinheiro brasileiro" ou "pinheiro do Paraná"; já estão ameaçadas de extinção, as Araucárias dos Estados do Paraná e Santa Catarina, sendo esta situação uma perspectiva grave, especialmente para Santa Catarina, cuja receita tributária estadual proveniente da exploração dessas florestas, particularmente de Araucária, é estimada em 30 por cento.

1.5 — Finalmente, em relação à ação reflorestadora da Região, salvo o caso de São Paulo, onde, com elogiável impulso, a atividade oficial e privada vem realizando importante trabalho, nos outros Estados pouco se tem realizado, frente ao muito que foi extraído de maneira irracional, sobretudo frente à magnitude da obra que será necessário realizar neste aspecto da Silvicultura.

2 — *Objetivos Gerais da Região:*

Dada a política aconselhável para os Estados integrantes da Região Sul tender para a mediana produção de madeiras de suas florestas naturais e em troca, as extraordinárias possibilidades que apresenta o reflorestamento, os objetivos a recomendar para a região, são:

2.1 — Realizar o inventário das massas florestais de produção que ainda restam, para promover a política de extração mais aconselhável, visando prolongar a existência das madeiras mais valiosas das florestas naturais, especialmente a *Acaurária*, até o momento de produção das massas arbóreas de reflorestamento.

2.2 — Determinar a capacidade de uso dos solos das florestas que ainda restam, antes de encarar sua destruição, para fins de aproveitamento agropecuário.

2.3 — Promover, ao máximo possível, o reflorestamento com as espécies arbóreas de rápido crescimento e alto valor, realizando o trabalho de acôrdo com as condições ambientes de cada zona, seguindo os lineamentos técnicos adotados pelo Serviço Florestal do Estado de São Paulo. O reflorestamento poderá ser realizado segundo os casos e quando convenha, em forma de cortinas quebra-ventos florestais de proteção agrícola e produção florestal, ou em forma de cortinas e maciços de proteção pecuária e produção madeireira, ou simplesmente em forma de massas arbóreas de produção industrial.

2.4 — Dada a destruição das florestas naturais, em todos os Estados, torna-se aconselhável a aquisição de áreas representativas das formações florestais remanescentes, com o fim de manter uma fonte de produção de sementes e conseguir a perpetuidade de algumas espécies que estão em acelerada regressão. Em igual sentido, será aconselhável a aquisição de florestas degradadas, visando reflorestá-las.

2.5 — Dadas as características ecológicas da região e as semelhanças com regiões vizinhas, localizadas no Uruguai, Argentina e Paraguai, com problemas semelhantes, é aconselhável a reunião de técnicos especialistas e visitas explicativas entre áreas vizinhas, com o fim de aproveitar-se, da melhor forma possível, a experiência existente, para a solução de problemas florestais semelhantes. No caso, podem ser destacados trabalhos de fixação de dunas, de reflorestamento com *Araucária angustifolia* e de florestamento em solos inundáveis do tipo delta realizados com grande êxito no Uruguai e na Argentina.

3 — *Ação do Ministério da Agricultura:*

O I.B.D.F., que é a instituição encarregada, entre outras atividades, da aplicação e fiscalização das normas do Código Florestal, poderá colocar a serviço dêsses objetivos seus melhores esforços, dada sua organização moderna. Poderá, ademais, estabelecer acordos tendentes ao trabalho de colaboração que estime necessário, para o cumprimento dos objetivos propostos na região.

MADEIRAS MAIS IMPORTANTES DA REGIÃO SUL

angico prêto	—	Piptadenia macrocarpa
ipê pardo	—	Tabebuia ocheracea
jatobá	—	Hymenaea stilbocarpa
cabriúva vermelha	—	Myroxylon balsamum
angico vermelho	—	Piptadenia rigida
taiúva	—	Cholorophora tinctoria
aroeirana	—	Vantanea paniculata
jacarandá pardo	—	Machaerium villosum
jacarandá do brejo	—	Plathyniscium floribundum
pau-marfim	—	Balfourodendron riedelianum
peroba-rosa	—	Aspidosperma peroba
grapiapunha	—	Apuleia leiocarpa
copaíba	—	Copaifera langsdorffii
caviúna	—	Machaerium scleroxylon
louro pardo	—	Cordia trichotoma
graiuvira	—	Patagonula americana
canela	—	Nectandra sp
canela sassafrás	—	Ocotea pretiosa
jacaré	—	Piptadenia communis
guatambu rosa	—	Aspidosperma populifolium
peroba-do-campo	—	Paratecoma peroba
canela parda	—	Ocotea sp.
angico-branco	—	Piptadenia peregrina
jangada brava	—	Bastardiopsis densiflora
tamboril	—	Enterolobium contortisilicum
cangerana	—	Cabralea cangerana
arruda brava	—	Fagara sp
bracatinga	—	Mimosa bracaatinga
bicuíba	—	Virola bicuhyba
açoita cavalo	—	Luehea divaricata
imbuia	—	Phoebe porosa
pinheiro do Paraná	—	Araucaria angustifolia
cedro	—	Cedrella fissilis
pau-de-sangue	—	Pterocarpus sp
jacarandá mimoso	—	Jaracaranda acutifolia
tapiá	—	Alchornea sp
peroba-d'água	—	Tetrorchidium sp

EMP. GRÁFICA JORN. HORIZONTE LTDA
S I G - Trecho 2 - Lotes 375/395
Fones: 2-7700 - 01 - 02 - 04 - 05
B R A S Í L I A — D. F.

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

30/12/68			

I. B. C. 09/35-C
D M T — S G

A C B B
338.984.3(81)
B823
cio da agricultura.
a: região sul (Anexo IV)
R
Devolver em
NOME DO LEITOR
AN/mk
AN/mk

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade êste livro á Biblioteca

---

Se, findo o prazo de empréstimo (2 semanas), o livro não fôr devolvido, será cobrada uma multa.

O prazo acima poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

Modêlo 1